



**Câmara Municipal
de Oeiras**

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 2022

ATA NÚMERO VINTE E TRÊS/DOIS MIL E VINTE E DOIS

ÍNDICE

- 1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS**
- 2 - APROVAÇÃO DE ATAS**
- 3 - SITUAÇÃO FINANCEIRA**
- 4 - ASSUNTOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**
- 5 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**
- 6 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA CARLA CASTELO**
- 7 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA ANA FILIPA LABORINHO**
- 8 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA TERESA BACELAR**
- 9 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR ARMANDO SOARES**
- 10 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR PEDRO PATACHO**
- 11 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR NUNO NETO**
- 12 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA CARLA ROCHA**
- 13 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA SUSANA DUARTE**
- 14 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA JOANA BAPTISTA**
- 15 - INFORMAÇÕES - SR. VICE PRESIDENTE**
- 16 - INFORMAÇÕES - SR. PRESIDENTE**
- 17 - RESPOSTAS ÀS INTERVENÇÕES DOS SRS. VEREADORES**
- 18 - ATRIBUIÇÃO DE VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO PROFESSOR DOUTOR
LUÍS MANUEL HENRIQUES DE OLIVEIRA ROLDÃO**
- 19 - ATRIBUIÇÃO DE VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SUBCHEFE JOSÉ
ANTÓNIO DOS SANTOS LEVITA, BOMBEIRO DA ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS
VOLUNTÁRIOS DE OEIRAS**

- 20 - PROPOSTA Nº. 838/22 - GAM - RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO DO MUNICÍPIO DE OEIRAS (INCLUINDO OS RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS) - 2021**
- 21 - PROPOSTA Nº. 926/22 - DPM - AQUISIÇÃO POR OCUPAÇÃO DE VIATURAS ABANDONADAS E DOADAS**
- 22 - PROPOSTA Nº. 927/22 - SIMAS - ABERTURA DE PROCEDIMENTO POR AJUSTE DIRETO, AO ABRIGO DE CRITÉRIOS MATERIAIS, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DESTINADOS À AQUISIÇÃO DE OBJETOS POSTAIS - PD Nº. 250-SIMAS/2022**
- 23 - PROPOSTA Nº. 928/22 - SIMAS - CP 21194/2021 - PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO PARA EXECUÇÃO DA EMPREITADA DESTINADA À SUBSTITUIÇÃO DE REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO CASAL DA MIRA, FREGUESIA DA MINA DE ÁGUA, ZONA NORTE E ZONA SUL, CONCELHO DE AMADORA” - AUTORIZAÇÃO PARA A RECABIMENTAÇÃO DO PROCEDIMENTO E APROVAÇÃO DE NOVA MINUTA DO CONTRATO - PD Nº. 251-SIMAS/2022**
- 24 - PROPOSTA Nº. 929/22 - DOTPU - AQUISIÇÃO PELO MUNICÍPIO DE OEIRAS DO LOTE C14, NA FREGUESIA DE PORTO SALVO**
- 25 - PROPOSTA Nº. 930/22 - DPE - EMPREITADA “39/DPE/19 - BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE OEIRAS - NOVO QUARTEL” - 8ª. REVISÃO DE PREÇOS**
- 26 - PROPOSTA Nº. 931/22 - GCEO - CONSTITUIÇÃO DO MUNICÍPIO DE OEIRAS COMO COMUNIDADE DE ENERGIA RENOVÁVEL**
- 27 - PROPOSTA Nº. 932/22 - GCEO - MARGINAL SEM CARROS TODOS OS DOMINGOS E FERIADOS**
- 28 - PROPOSTA Nº. 933/22 - SIMAS - CP 21045/2021 - EMPREITADA DESTINADA À “INSTALAÇÃO OU SUBSTITUIÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E**



**Câmara Municipal
de Oeiras**

**DE RAMAIS DE LIGAÇÃO, NO CONCELHO DA AMADORA - ANOS 2021 A 2024” -
ALTERAÇÃO DA NOMEAÇÃO DO COORDENADOR DE SEGURANÇA EM OBRA E
DO DIRETOR DE FISCALIZAÇÃO DA OBRA - PD Nº. 259-SIMAS/2022**

**29 - PROPOSTA Nº. 934/22 - SIMAS - ADJUDICAÇÃO DO PROCEDIMENTO POR
CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE
GESTÃO DE COBRANÇA POR ENTIDADES EXTERNAS - PD Nº. 260-SIMAS/2022**

**30 - PROPOSTA Nº. 935/22 - SIMAS - ADJUDICAÇÃO DO PROCEDIMENTO, NO ÂMBITO
DO CONCURSO PÚBLICO, COM VISTA À CELEBRAÇÃO DE ACORDO-QUADRO,
DESTINADO À EMPREITADA DE REMODELAÇÃO/EXECUÇÃO DE CAIXAS E
INSTALAÇÃO DE TUBAGEM E ACESSÓRIOS EM VÁRIOS LOCAIS DE CONSUMO,
NO CONCELHO DE OEIRAS - ANOS 2022, 2023, 2024 E 2025 - PD Nº. 261-SIMAS/2022**

**31 - PROPOSTA Nº. 936/22 - SIMAS - AD 21052/2021 - APROVAÇÃO DA ORDEM DE
SUPRESSÃO DE TRABALHOS PREVISTOS NO CONTRATO DE EMPREITADA DE
“EXECUÇÃO DO COLETOR 59 - REMODELAÇÃO DA REDE DE SANEAMENTO NA
PRAÇA CENTRAL DE QUEIJAS, NO CONCELHO DE OEIRAS” - AJUSTE DIRETO -
PD Nº. 263-SIMAS/2022**

**32 - PROPOSTA Nº. 937/22 - SIMAS - CP 20168/2020 - 8ª. REVISÃO DE PREÇOS PROVISÓRIA
NO ÂMBITO DA EMPREITADA DESTINADA À CONSTRUÇÃO DO NOVO
RESERVATÓRIO DO ALTO DE SANTA CATARINA, NO CONCELHO DE OEIRAS - PD
Nº. 264-SIMAS/2022**

**33 - PROPOSTA Nº. 938/22 - DDPE - CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO
E ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À COMPANHIA DE ATORES
(CDA) PARA A REALIZAÇÃO DO “FALA-ME DISSO...” - CONCURSO DE TEATRO
PARA ALUNOS DO 3º. CICLO DO ENSINO BÁSICO DO CONCELHO DE OEIRAS - 4ª.
EDIÇÃO**

- 34 - PROPOSTA Nº. 939/22 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO DOS NAVEGADORES PARA APOIO AO PROJETO BAIRRO FELIZ**
- 35 - PROPOSTA Nº. 940/22 - DCS - ACERTOS RELATIVOS AO PROCESSO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA ÀS JUNTAS DAS UNIÕES DE FREGUESIA E FREGUESIAS PARA FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE INFÂNCIA - 3.º TRIMESTRE DE 2021 - RETIFICAÇÃO**
- 36 - PROPOSTA Nº. 941/22 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À LIGA DOS COMBATENTES - NÚCLEO DE OEIRAS/CASCAIS**
- 37 - PROPOSTA Nº. 942/22 - DPE - EMPREITADA 07/DPE/2021 - REQUALIFICAÇÃO DO ANTIGO QUARTEL DOS BOMBEIROS DE PAÇO DE ARCOS - AUDITÓRIO JOSÉ DE CASTRO E UNIDADE DE SAÚDE” - APROVAÇÃO DA 4ª. REVISÃO DE PREÇOS**
- 38 - PROPOSTA Nº. 943/22 - DOM - “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E/OU CORRETIVA DE TODAS AS FONTES, LAGOS, ESPELHOS DE ÁGUA E GEISER MARÍTIMO, DO MUNICÍPIO DE OEIRAS” - RATIFICAÇÃO DO ATO DE APROVAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA ENTREGA DA CAUÇÃO**
- 39 - PROPOSTA Nº. 944/22 - DDS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À PROATLÂNTICO - ASSOCIAÇÃO JUVENIL, NO ÂMBITO DA INICIATIVA “TU ÉS EUROPA”**
- 40 - PROPOSTA Nº. 945/22 - DDPE - TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR (AEC) - 2022/2023 - FINANCIAMENTO NO ÂMBITO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO E DA REORGANIZAÇÃO DA OFERTA POR INICIATIVA MUNICIPAL - CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE**



**Câmara Municipal
de Oeiras**

COLABORAÇÃO

- 41 - PROPOSTA Nº. 946/22 - DGP - ATRIBUIÇÃO DO SUPLEMENTO DE PENOSIDADE E INSALUBRIDADE**
- 42 - PROPOSTA Nº. 947/22 - DPE - EMPREITADA 21/DPE/2020 - REABILITAÇÃO E RESTAURO DA CASA DA QUINTA DOS SETE CASTELOS - TRABALHOS COMPLEMENTARES E PRORROGAÇÃO DO PRAZO DA EMPREITADA**
- 43 - PROPOSTA Nº. 948/22 - DOM - Pº. 2020/199-DEM - REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DA EMPREITADA DE “LIMPEZA E MANUTENÇÃO DE COBERTURAS DOS EDIFÍCIOS E MERCADOS DE OEIRAS”**
- 44 - PROPOSTA Nº. 949/22 - DOM - Pº. 2021/82-DGEP - 2ª. MODIFICAÇÃO OBJETIVA DO CONTRATO DE “FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ILHAS ECOLÓGICAS NO CONCELHO”**
- 45 - PROPOSTA Nº. 950/22 - DOM - Pº. 2021/69-DGEP - REVISÃO DE PREÇOS EXTRAORDINÁRIA RELATIVA À EMPREITADA “NÓ DE LIGAÇÃO DA CRIL A MIRAFLORES - RAMO DE ACESSO SUL E BOLSAS DE ESTACIONAMENTO”**
- 46 - PROPOSTA Nº. 951/22 - DOM - Pº. 2020/113-DGEP - REVISÃO DE PREÇOS PROVISÓRIA DA EMPREITADA “EXECUÇÃO DA CICLOVIA DA MEDROSA, ENTRE A ESTAÇÃO DA CP DE OEIRAS E A PRAIA DA TORRE”**
- 47 - PROPOSTA Nº. 952/22 - DOM - “VIA LONGITUDINAL NORTE (VLN) - ESTUDO PRÉVIO DOS TROÇOS 8, 9, 10 E 11 (CARNAXIDE - LAJE, NO LIMITE DO CONCELHO DE CASCAIS) E PROJETO DE EXECUÇÃO DO TROÇO 8 (CARNAXIDE - CASAL DO LAMEIRO)” - APROVAÇÃO DA 3ª. REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DO CONTRATO E NOMEAÇÃO DO RESPETIVO GESTOR**
- 48 - PROPOSTA Nº. 953/22 - DOM - Pº. 2020/130-DEM - REVISÃO DE PREÇOS DEFINITIVA RELATIVA À EMPREITADA “INTERVENÇÕES DE REPARAÇÃO PARA A**

MANUTENÇÃO EM ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL”

- 49 - PROPOSTA Nº. 954/22 - DOM - Pº. 2021/64-DGEP - CONCEÇÃO/CONSTRUÇÃO PARA ESTABILIZAÇÃO E CONTENÇÃO DO TALUDE DO RIO JAMOR, NA RUA CAMILO CASTELO BRANCO, EM QUELUZ DE BAIXO - APROVAÇÃO DE REVISÃO DE PREÇOS DEFINITIVA**
- 50 - PROPOSTA Nº. 955/22 - DOM - Pº. 2021/126-DEM - APROVAÇÃO DE TRABALHOS COMPLEMENTARES, TRABALHOS A MENOS E PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO RELATIVO À EMPREITADA “ESCOLA BÁSICA DE SÃO BRUNO, EM CAXIAS - REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO EXTERIOR”**
- 51 - PROPOSTA Nº. 956/22 - PCM - CONSTITUIÇÃO DE EQUIPA DE INTERVENÇÃO PERMANENTE NOS CORPOS DE BOMBEIROS DE OEIRAS**
- 52 - PROPOSTA Nº. 957/22 - DGEV - CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OEIRAS E A QUINTA DA FONTE, S.A., PARA GESTÃO E MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS VERDES DO PARQUE EMPRESARIAL DA QUINTA DA FONTE**
- 53 - PROPOSTA Nº. 958/22 - DGEV - DECISÃO DE CONTRATAR RELATIVA AO PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL, PARA AQUISIÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DO PATRIMÓNIO ARBÓREO**
- 54 - PROPOSTA Nº. 959/22 - DGEV - Pº. 1383/2022 - DECISÃO DE CONTRATAR RELATIVA AO PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA AQUISIÇÃO, POR DIVISÃO EM LOTES, DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS VERDES DO CONCELHO DE OEIRAS**
- 55 - PROPOSTA Nº. 960/22 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA AV. INFANTE**



**Câmara Municipal
de Oeiras**

- SANTO, Nº. 24, R/C ESQº., NO BAIRRO DO CASAL DA MEDROSA**
- 56 - PROPOSTA Nº. 961/22 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA AUGUSTO NOBRE, Nº. 7, 2º. FTE., NO BAIRRO DA ENCOSTA DA PORTELA**
- 57 - PROPOSTA Nº. 962/22 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA DR. ALBERTO PINHEIRO TORRES, Nº. 8, SUB C/V ESQª., NO BAIRRO PÁTEO DOS CAVALEIROS**
- 58 - PROPOSTA Nº. 963/22 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA ABEL FONTOURA DA COSTA, Nº. 4, PISO 0B, NO BAIRRO MOINHO DAS ROLAS**
- 59 - PROPOSTA Nº. 964/22 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA AVENIDA COPACABANA, Nº. 13, R/C ESQº., EM OEIRAS**
- 60 - PROPOSTA Nº. 965/22 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA ANTÃO GONÇALVES, Nº. 6, 2º. ESQº., NO BAIRRO DOS NAVEGADORES**
- 61 - PROPOSTA Nº. 966/22 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA CONDE DE RIO MAIOR, Nº. 34, 1º. ESQº., NO BAIRRO ALTO DA LOBA**
- 62 - PROPOSTA Nº. 967/22 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA AV. DOS CAVALEIROS, Nº. 18, 1º. D, NO BAIRRO OUTURELA/PORTELA**
- 63 - PROPOSTA Nº. 968/22 - DGSH - RESOLUÇÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DECORRENTE DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE DESPEJO RELATIVO À HABITAÇÃO SOCIAL SITA NA AV. JOÃO DE FREITAS BRANCO, Nº. 23, 2º. A, EM LAVEIRAS**
- 64 - PROPOSTA Nº. 969/22 - DP - ABERTURA DE PROCEDIMENTO COM PUBLICAÇÃO PRÉVIA DE ANÚNCIO PARA ARRENDAMENTO NÃO HABITACIONAL NA RUA COSTA PINTO, Nº. 198, EM PAÇO DE ARCOS**
- 65 - PROPOSTA Nº. 970/22 - DPCHM - Pº. 41/DPCHM/2021 - “EMPREITADA DE EXECUÇÃO DE REFORÇO ESTRUTURAL DAS FUNDAÇÕES DA AVª. JOÃO DE FREITAS BRANCO, Nº. 39, LAVEIRAS-CAXIAS” - 2ª. MODIFICAÇÃO OBJETIVA DO**

**CONTRATO E APROVAÇÃO DA PRORROGAÇÃO GRACIOSA DO PRAZO DA
EMPREITADA - APLICAÇÃO DO REGIME EXCECIONAL DO D.L. Nº. 36/2022**

66 - PROPOSTA Nº. 971/22 - DPOC - RATIFICAÇÃO DA 28ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL

67 - PROPOSTA Nº. 972/22 - DPOC - RATIFICAÇÃO DA 29ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL

**68 - PROPOSTA Nº. 973/22 - GATPI - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO DE APOIO DESTINADO À
REABILITAÇÃO DO POLIDESPORTIVO DA CIDADE DO MINDELO, SÃO VICENTE,
CABO VERDE**

**69 - PROPOSTA Nº. 974/22 - DPSP - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO CENTRO DE CULTURA
E DESPORTO (CCD), AQUISIÇÃO DE CABAZES DE NATAL**

**70 - PROPOSTA Nº. 975/22 - DTGE - COMEMORAÇÃO DO DIA DE SÃO MARTINHO EM
OEIRAS E ALGÉS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À
ACECOA - ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DOS CONCELHOS DE
OEIRAS E AMADORA**

**71 - PROPOSTA Nº. 976/22 - DTGE - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA
À COFINA MEDIA, S.A., PARA APOIO À REALIZAÇÃO DO “CLEAN ENERGY
FORUM OUTLOOK” E GRANDE CIMEIRA EUROPEIA DA TRANSIÇÃO
ENERGÉTICA**

**72 - PROPOSTA Nº. 977/22 - DRU - PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE
REABILITAÇÃO URBANA DE CARNAXIDE**

**73 - PROPOSTA Nº. 978/22 - DOT - REVOGAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DO
ESPARGAL**

**74 - PROPOSTA Nº. 979/22 - DOT - DELIMITAÇÃO DA UNIDADE DE EXECUÇÃO DO
ESPARGAL - DELIMITAÇÃO DA UNIDADE DE EXECUÇÃO E APROVAÇÃO DO
RESPECTIVO MODELO URBANO, APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO DE
URBANIZAÇÃO E ABERTURA DO PERÍODO DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA**



Câmara Municipal
de Oeiras

75 - PROPOSTA Nº. 980/22 - DOT - PLANO DE PORMENOR OCIDENTAL DE PORTO SALVO - FASE II - PRORROGAÇÃO DO PERÍODO DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO

76 - PROPOSTA Nº. 981/22 - DPOC - RECONHECIMENTO DA CONCESSÃO DE ISENÇÃO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) E DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS TRANSMISSÕES ONEROSAS (IMT)

77 - MARCAÇÃO DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

78 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO



Câmara Municipal
de Oeiras

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 2022-----

----- ATA NÚMERO VINTE E TRÊS/DOIS MIL E VINTE E DOIS -----

----- Aos vinte e seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois, nesta Vila de Oeiras, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal de Oeiras, sob a Presidência do Senhor Presidente Doutor Isaltino Afonso Morais, estando presentes os Senhores Vice-Presidente Doutor Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves e Vereadores Doutora Joana Micaela Salvador Baptista, Professor Doutor Pedro Manuel Freire Patacho, Doutora Ana Filipa Laborinho da Fonseca, Doutor Armando Agria Cardoso Soares, Doutora Teresa Alexandra de Matos Santos Simões Vaz de Bacelar, Doutora Susana Isabel Costa Duarte, Doutor Nuno Ricardo Ribeiro de Almeida Neto, Doutora Carla Alexandra Orvalho da Silva Castelo e Doutora Carla Cristina Teixeira Rocha. -----

1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS: -----

----- Às quinze horas e dez minutos, o **Senhor Presidente** declarou aberta a reunião e submeteu à votação a respetiva ordem de trabalhos que foi aprovada, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo. -----

2 - APROVAÇÃO DE ATAS: -----

----- O **Senhor Presidente** submeteu à votação a ata número vinte e um, de dois mil e vinte e dois, de vinte e oito de setembro, previamente distribuída pelo que foi dispensada a sua leitura, tendo-se verificado a sua aprovação, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo. -----

3 - SITUAÇÃO FINANCEIRA: -----

-----Foi presente o balancete de tesouraria, relativo ao período de dezassete de outubro de dois mil e vinte e dois a vinte e três de outubro de dois mil e vinte e dois, tendo o **Senhor Presidente** informado da disponibilidade orçamental, previsão de tesouraria, compromissos em aberto e execução do orçamento de dois mil e vinte e dois, constatando-se um saldo orçamental positivo de sessenta milhões duzentos e cinquenta e seis mil cento e cinquenta e sete euros. -----

4 - ASSUNTOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: -----

-----Conforme artigo quinquagésimo segundo, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, o **Senhor Presidente** deu conhecimento à Câmara da remessa pela Assembleia Municipal dos seguintes ofícios:-----

-----Número quatrocentos e quarenta e oito, remetendo cópia da deliberação sobre proposta C.M.O. número seiscentos e sessenta, de dois mil e vinte e dois - GAEP - Designação do Fiscal Único da “Parques Tejo, Empresa Municipal”, na qual deliberou, por maioria, com trinta votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras, Paço de Arcos e Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, e com cinco abstenções, sendo três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, uma do Partido Chega e uma do Partido Pessoas-Animais-Natureza, aprovar a designação do Fiscal Único “MC Godinho & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Limitada”, para o exercício de funções na “Parques Tejo, Empresa Municipal”, no período compreendido entre o segundo semestre de dois mil e vinte e dois e o termo do mandato dos órgãos sociais da empresa atualmente a decorrer.-----

-----Número quatrocentos e quarenta e nove, remetendo cópia da deliberação sobre proposta C.M.O. número seiscentos e sessenta e seis, de dois mil e vinte e dois - GIT - Adesão



Câmara Municipal
de Oeiras

do Município de Oeiras à Associação Portuguesa de Qualidade, na qual deliberou, por maioria com trinta e cinco votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras, Paço de Arcos e Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo e com uma abstenção do Partido Chega, aprovar a adesão do Município de Oeiras à Associação Portuguesa de Qualidade.

----- A realização da despesa com o pagamento da quota anual no valor de duzentos euros referente ao ano de dois mil e vinte e dois, assim como o encargo a suportar anualmente, após a adesão, condicionado à concessão de Visto por parte do Tribunal de Contas. -----

----- Número quatrocentos e cinquenta, remetendo cópia da deliberação sobre eleição do representante das Uniões de Freguesias / Juntas de Freguesia do Concelho de Oeiras no Conselho Municipal de Educação de Oeiras, na qual tomou conhecimento da proposta apresentada verbalmente para eleição do representante das Uniões de Freguesias/Juntas de Freguesia do Concelho de Oeiras no Conselho Municipal de Educação de Oeiras, designadamente: -----

----- Dinis Penela Antunes (efetivo) - Presidente da Junta de Freguesia de Porto Salvo. ----

----- Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira (suplente) - Presidente da União das Freguesias de Carnaxide e Queijas. -----

----- A mesma foi aprovada, em sufrágio secreto, por maioria com vinte e três votos a favor, onze votos contra, um voto nulo e um voto branco. -----

----- Face à votação obtida foi deliberado eleger o Senhor Presidente Dinis Penela Antunes para integrar como efetivo o referido Conselho Municipal e o Senhor Presidente Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira como seu suplente. -----

-----Número quatrocentos e cinquenta e um, remetendo cópia da deliberação sobre proposta C.M.O. número oitocentos e sessenta e três, de dois mil e vinte e dois - DPE - Processo cinquenta e sete/DPE/dois mil e vinte - “Pavilhão Desportivo da EB Dois, Três Doutor Joaquim de Barros - Obras de reparação” - Aprovação do relatório final e adjudicação de procedimento de concurso público, na qual deliberou, por maioria com trinta e quatro votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, dois do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras, Paço de Arcos e Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo e com uma abstenção do Partido Chega, aprovar que a empreitada “Pavilhão Desportivo da EB Dois, Três Doutor Joaquim de Barros - Obras de reparação”, na sequência da ata número quatro de reunião do júri - Relatório final de análise de propostas, seja adjudicada à entidade “ECON - Eco Construção, Limitada”, pelo valor de um milhão quatrocentos e quarenta e sete mil duzentos e dezassete euros e noventa e sete cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, perfazendo um valor global de um milhão quinhentos e trinta e quatro mil cinquenta e um euros e cinco cêntimos, com o prazo contratual de quatrocentos e oitenta e cinco dias para execução da obra, nas condições expressas na proposta apresentada e com a seguinte programação plurianual:-----

-----Para o ano de dois mil e vinte e dois - um euro e seis cêntimos (valor com IVA); -----

-----Para o ano de dois mil e vinte e três - um milhão oitenta e três mil setecentos e trinta e cinco euros e quarenta e dois cêntimos (valor com IVA); -----

-----Para o ano de dois mil e vinte e quatro - quatrocentos e cinquenta mil trezentos e catorze euros e cinquenta e sete cêntimos (valor com IVA). -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Número quatrocentos e cinquenta e dois, remetendo cópia da deliberação sobre proposta C.M.O. número oitocentos e sessenta e quatro, de dois mil e vinte e dois - DP - Celebração de contrato de arrendamento para fins não habitacionais no “Hub-Act” do antigo Intermarché de Oeiras, em Porto Salvo, com vista ao desenvolvimento e produção de medicamentos biológicos para o mercado global, na qual deliberou, por maioria com trinta e cinco votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras, Paço de Arcos e Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo e com uma abstenção do Partido Chega, autorizar a celebração de um contrato de arrendamento para fins não habitacionais, entre o Município de Oeiras e a “Lx Bio, Pharmaceuticals, Sociedade Anónima”, tendo por objeto parte do imóvel denominado “Hub-Act”, sito no antigo Intermarché de Oeiras, em Porto Salvo, o desenvolvimento e a produção de medicamentos biológicos. -----

----- Número quatrocentos e cinquenta e três, remetendo cópia da deliberação sobre proposta C.M.O. número oitocentos e setenta e seis, de dois mil e vinte e dois - DOM - Processo dois mil e vinte e um/duzentos e doze-DGEP - “Execução de passagem superior em Algés-RAR” - Reprogramação financeira, na qual deliberou, por maioria com trinta e quatro votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas, um do Grupo

Político Municipal Inovar Oeiras, Paço de Arcos e Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo e com uma abstenção do Partido Iniciativa Liberal, aprovar a reprogramação financeira do contrato de empreitada de obras públicas número quatrocentos e vinte e sete, de dois mil e vinte e dois, respeitante a “Execução de passagem superior em Algés - RAR”, de acordo com o seguinte: -----

----- Dois mil e vinte e dois - vinte e um mil e duzentos euros (com IVA); -----

----- Dois mil e vinte e três - dois milhões duzentos e cinquenta e seis mil duzentos e dez euros (com IVA). -----

5 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

-----O **Senhor Vice-Presidente** declarou aberto o período para intervenção do público, tendo usado da palavra os seguintes munícipes: -----

-----O **Primeiro** que disse: -----

-----“Vivo no Outeiro de São Julião, em Oeiras, eu sempre tive qualidade de vida onde moro há trinta e sete anos, mas desde que foi construída a Universidade, temos a vida num inferno. -----

-----Estou a falar em meu nome, mas também em nome dos meus vizinhos. -----

-----Quando tiramos o carro de manhã, só temos estacionamento a partir das vinte e duas horas. -----

-----Os alunos na Universidade têm diversas aulas durante o dia, de modo que assim que se tira o carro já não há hipótese de voltar a estacionar, porque eles estacionam em todo o lado, nas curvas, em cima dos jardins, etc., e o mais caricato é que há um “placard” à frente da Universidade a dizer: “Cento e cinquenta lugares vazios”, porque não querem pagar estacionamento. -----

-----Já mandámos um email há ano e meio e ainda não obtivemos resposta por parte da Câmara.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Sabemos que puseram parquímetros junto à Marginal, e fizeram muito bem, a ciclovia do nosso lado está pronta, de modo que todos os alunos que estacionavam naquela zona passaram a estacionar em cima de nós. -----

----- Além dos alunos temos um problema no Verão, como agora temos a ciclovia, as pessoas põem ali o carro e vão para a praia.-----

----- Já cheguei a pôr o carro na Quinta de São Gonçalo e a pagar parquímetro, a três euros e vinte cêntimos, por quatro horas, quando os parquímetros que puseram junto à Marginal é um euro, por dez horas, e os estudantes nem um euro querem pagar, por dez horas.-----

----- Esses lugares de estacionamento têm meia dúzia de lugares ocupados e na nossa porta estão todos os lugares bloqueados. -----

----- Tenho aqui fotografias que vou entregar, porque estamos num desespero total e não sabemos o que devemos fazer, e se têm ideias de pôr parquímetros no local, que se resolvam, porque nós devíamos ser os primeiros olhando ao facto de termos uma passagem pedonal, as pessoas estacionam o carro e vão a pé para a faculdade, por isso somos os primeiros a ser invadidos por centenas de carros diariamente e a Câmara de Cascais tem que resolver o assunto, porque empurraram o problema para o Município de Oeiras.”-----

----- O **Senhor Vice-Presidente** esclareceu o seguinte: -----

----- “Sei que isto não tem a ver com o seu problema, mas para perceber como isto nos cai no colo, vou contar uma história. -----

----- Durante o ano dois mil e onze/dois mil e doze, era eu adjunto do Senhor Presidente tiveram lugar muitas reuniões nesta Câmara Municipal com a Reitoria da Universidade Nova de Lisboa, para a instalação do Edifício de Economia e Gestão da Nova, no Concelho de Oeiras, estavam à procura de terreno e havia terrenos públicos no Concelho de Oeiras para instalar aquela Universidade, havia dois terrenos que serviam a pretensão da Reitoria da Universidade, ou no Taguspark, onde eles não gostavam muito, porque queriam mais próximo do mar, ou nos

terrenos que ainda estão livres na Escola Superior Náutica Infante Dom Henrique, em Paço de Arcos e permitia a instalação quase imediata da Universidade, respeitando os padrões de desenvolvimento urbano, que nós entendíamos que a instalação de um equipamento daquela natureza implica, porque não são só os problemas que a instalação da Universidade em Carcavelos trouxe. -----

-----Esta é a fase preliminar. -----

-----Como em dois mil e onze mudou o Governo, e cremos nós, por proximidade, entre o Presidente da Câmara de Cascais e o Senhor Primeiro Ministro, que era Presidente do partido nessa altura, o projeto foi desviado daqueles terrenos públicos, para uns terrenos privados em Carcavelos, que foram expropriados e foi suspenso o PDM precisamente para construir aquele equipamento. -----

-----No entanto, equipamento foi construído sem o devido enquadramento urbanístico, porque próximo daquela Universidade não há, nem residências para estudantes, nem lugares de estacionamento, nem sequer passeio para levar as pessoas, porque aquela é uma Estrada Militar e é uma reclamação recorrente por razões de aproximação de uma instalação militar, também não tem o passeio que a Câmara de Oeiras há muito anos quer fazer, de modo que aquele equipamento foi colocado ali num enclave, sem dizerem nada ao Município de Oeiras e sem ter previsão ou organização urbanística para o acolher e quem sofre com isso são os nossos munícipes, sofrem na questão do estacionamento, sofrem na questão da subida do preço exponencial da habitação naquela zona, nomeadamente os arredamentos, que estão insuportáveis, sofrem com o atravessamento dos peões. -----

-----Sabemos tudo isso, mas não podemos resolver de uma vez.”-----

-----A **Senhora Vereadora Joana Baptista** esclareceu o seguinte:-----

-----“Vive há trinta e sete anos numa zona de excelência, porque têm a proximidade de tudo aquilo que é de bom, tem a Marginal, as praias e como em tudo na vida, nem tudo é bom,



Câmara Municipal
de Oeiras

também há situações mais desagradáveis para os moradores ali da proximidade, designadamente, durante a época balnear, os moradores sofrem a necessidade de estacionamento na área envolvente às praias, mas há problemas adicionais. -----

----- O Senhor Vice-Presidente já explicou um problema que nos últimos anos aconteceu no Concelho limítrofe e esse Concelho não responde à necessidade ao nível do estacionamento e, naturalmente, o Concelho de Oeiras é sobrecarregado, esse é o segundo constrangimento, mas existe um outro constrangimento e quem ali reside tem essa perceção, na zona de Cascais, todas as zonas estão tarifadas, mas com um tarifário muito mais elevado do que em Oeiras. -----

----- Estacionar na Praia de Carcavelos custa à hora um euro e cinquenta cêntimos e no lado de Oeiras custa sessenta e cinco cêntimos. -----

----- Esta disparidade faz com que as pessoas estacionem do lado de Oeiras e não do lado de Cascais. -----

----- São três os constrangimentos que os moradores sentes: -----

----- - por viverem naquela zona próxima do mar; -----

----- - a questão da Universidade; -----

----- - a questão da diferença do tarifário. -----

----- Mas ainda sofrem de outro constrangimento, porque o tarifário só existe junto à orla marítima, mas vamos ampliar. -----

----- Eu percebo que o cidadão comum não tenha esta perceção, porque eu própria quando não exercia estas funções, também não tinha a perceção da burocracia e da tramitação processual, mas é obrigatório e não posso pular por cima, mas há cerca de três meses veio à reunião de Câmara uma proposta para a criação desta ZEDL, na Medrosa, para além de outras zonas, foi um objetivo da Administração da Câmara juntamente com a Parques Tejo, dar prioridade à zona mais próxima do mar, mas até março vamos estar na vossa zona. -----

----- Há um problema, mas é a conjuntura do mercado, que nos ultrapassa a todos, já

comprámos os parquímetros, mas a entrega dos equipamentos está atrasada, mas em março a ZEDL estará na vossa zona, com a entrega de dísticos aos moradores.-----

-----Ainda não consegui estabilizar os valores, mas no início do próximo ano, o tarifário de Oeiras será revisto e a disparidade que existe entre Oeiras e Cascais vai deixar de existir, de modo que a carga de estacionamento que sofremos em Oeiras vai ser diferente no primeiro semestre do próximo ano. -----

-----Eu percebo o vosso dia-à-dia da dificuldade para estacionar e a Administração da Câmara e a Administração da Parques Tejo comunga das vossas dores, daquilo que é a dificuldade do vosso quotidiano, mas temos este planeamento há muito traçado e até março quero crer que a situação estará ultrapassada. -----

-----Embora conhecendo muito bem a zona, gosto de vos ver na reunião de Câmara, gosto desta participação e da cidadania ativa e estou disponível para fazer uma visita ao local convosco.” -----

-----O **Segundo** que disse:-----

-----“Faço a administração de condomínio de vários prédios nessa zona, tanto na Rua Manuel Pinheiro Chagas, como na Rua António Galvão, a situação é mais grave do que aquilo que se está a falar, porque os moradores não tendo sitio para estacionar acabam por estacionar em cima dos canteiros, nas curvas e os jovens que vão para a Universidade, fazem a mesma coisa e isto implica que um carro de bombeiros, uma ambulância, não consegue entrar nem passar ali, há muitos carros riscados, tem havido atos de vandalismo com os carros dos moradores, que se comprova pelas fotografias que entregámos, por isso, também se trata da segurança das pessoas e independentemente da colocação dos parquímetros tem que haver uma fiscalização naquela zona e retirarem os carros que não permitem a segurança dos moradores.” -----

-----O **Senhor Vice-Presidente** observou o seguinte: -----

-----“O reforço do policiamento já está previsto, até porque há exposições apresentadas



Câmara Municipal
de Oeiras

por munícipes e o assunto é conhecido.” -----

----- O **Terceiro** que disse: -----

----- “Comprei uma moradia no Bairro da Medrosa, fiz o licenciamento da obra, tenho projeto aprovado, alvará, tudo, mas a vizinha do lado fez uma denúncia e um mês depois de eu ter começado a obra ela foi embargada parcialmente e isto deixa-me preocupada, não tem lógica o embargo, porque não tem fundamento. -----

----- Foi feita uma exposição no dia doze de agosto pelos meus advogados a explicar como o embargo foi feito, porque foi tudo muito estranho e muito rápido, de um dia para o outro, uma obra que estava toda certinha, e não percebo a razão de não ter uma resposta por parte da Câmara, e como podem imaginar, isto implica uma série de coisas, a parte administrativa, não ter havido uma audiência prévia, e eu preciso de respostas.” -----

----- O **Senhor Vice-Presidente** respondeu o seguinte: -----

----- “Nem eu, nem o Senhor Presidente, pois somos nós que mandamos embargar obras, lemos um embargo antes de o fazer, porque o embargo é uma questão técnica, que vem dos Serviços a dizer que uma obra não está conforme o que está licenciado, depois de uma série de procedimentos é proposto o embargo, por sistema, não se lê a proposta do embargo, porque conhecemos muita gente e é complexo embargar qualquer coisa. -----

----- Junto da minha adjunta, sugiro que marque uma reunião comigo amanhã para estudarmos a situação.” -----

----- O **Quarto** disse o seguinte:-----

----- “Sobre o estacionamento na Medrosa já ouvi o suficiente, por isso não vou falar sobre isso. -----

----- Apesar de ser uma rua, acaba por ser uma praceta, porque tem uma entrada e uma saída. -----

----- Quando comprei a casa há trinta e seis anos, nós é que pagávamos aos jardineiros, se

o terreno é público, ou semipúblico, não sei, mas foram construídas garagens que tiveram que ser fechadas por haver água lá dentro, mas o estacionamento foi feito para os moradores, por isso tem seis faixas de estacionamento, também é verdade, mas já foi aqui referido.-----

-----O que me traz aqui é outro problema, é a praga daquelas árvores, danificam os carros todos, as árvores choram resina e têm as folhas todas pretas. -----

-----Antigamente estavam lá umas árvores, foram tiradas porque faziam alergia e puseram lá estas azinheiras, que cada vez crescem mais, mas se há árvores que não fazem aquele estrago aos carros, que têm as tintas todas danificadas, porque não as colocaram em vez das azinheiras? -

-----Há certos sítios que fazem tratamento às árvores, mas ali nunca é feito, por isso solicitamos que sejam retiradas e colocadas outras que os técnicos sabem que não causam problemas.”-----

-----O **Senhor Vice-Presidente** esclareceu o seguinte:-----

-----“O Município de Oeiras, da Área Metropolitana de Lisboa, é o Município com maior espaço verde, por habitante. -----

-----Tratamos do espaço verde com muito carinho e muita dedicação, procuramos manter o espaço arbóreo, de modo a que tenhamos um espaço público cuidado, devidamente sustentável, do ponto de vista ambiental.-----

-----Há quem não saiba isso, mas as árvores requerem algum tratamento e nós fazemos esse tratamento e esse acompanhamento, até porque há muitas reclamações, até com as podas, porque muitas vezes é preciso fazer podas para tratar das árvores e há quem não goste. -----

-----Vou pedir à Senhora Vereadora Joana Baptista para, se tiver disponibilidade, visitar o local.”-----

-----A **Senhora Vereadora Joana Baptista** esclareceu o seguinte:-----

-----“Já tenho agendada uma visita ao local.”-----

6 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA CARLA CASTELO:-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- A **Senhora Vereadora Carla Castelo** prestou à Câmara as seguintes informações: --

----- “No dia vinte e quatro de outubro, segunda-feira, em nome do grupo político, enviei ao cuidado do Senhor Presidente, em resposta àquilo que foi o seu convite verbal aqui na reunião do dia doze de outubro, os nossos contributos para as Grandes Opções do Plano para dois mil e vinte e três.-----

----- Tendo em conta o atual contexto de crise energética e também do aumento da inflação e aumento do custo de vida e não esquecendo aquilo que são as obrigações do Município com as políticas de sustentabilidade e de adaptação e mitigação das alterações climáticas, propusemos a inclusão nas Grandes Opções do Plano de uma série de medidas, doze mais quatro, já vou explicar, mas vou destacar apenas algumas para não ser exaustiva.-----

----- Das doze iniciais que propomos, destaco na área da ação social, a gratuitidade do Passe Navegante Metropolitano, tanto família, como individual, dependendo do caso, para residentes no Concelho de Oeiras que auferam um rendimento mensal bruto até novecentos euros.

----- Na área da educação, propomos a criação de um vale a que chamamos Vale Aprender, que possibilita estudantes que frequentem instituições do Concelho de Oeiras do básico e secundário e cujas famílias recaiam nos primeiros três escalões de rendimento coletável de IRS, para adquirirem material escolar, livros de apoio em estabelecimentos comerciais do Concelho. -----

----- Também a instalação de duas salas de estudo em bairros municipais Alto dos Barrinhos e Navegadores, podendo a medida ser estendida a outros, havendo orçamento para tal.

----- Na área da energia, vamos abordar uma das propostas que tem a ver com a constituição do Município como Comunidade de Energia Renovável, que vem precisamente hoje a reunião de Câmara ou também a proposta de um projeto-piloto de combate à pobreza térmica, pobreza energética e promoção de eficiência energética e independência energética também com a colocação de painéis fotovoltaicos num bairro municipal a definir.-----

-----Estes projetos-piloto podem realmente ter uma importância grande, porque são forma de incentivar o desenvolvimento de soluções técnicas que permitam uma independência das fontes fósseis, uma utilização mais eficiente da energia e também criar a capacitação no Município para abrir caminho a outros projetos, noutros bairros, não só municipais, mas também dando aqui um sinal também ao mercado e aos privados. -----

-----Além das nossas doze medidas que os Senhores Vereadores, creio que já terão todos e que, como disse, não vou aqui elencar todas, apresentámos mais quatro, que são medidas que com as quais nós concordámos e que o IN-OV propôs no seu programa eleitoral de dois mil e dezassete como medidas prioritárias e que cinco anos depois continuam por pôr em prática. -----

-----Não foram concretizadas, portanto, nós propomos que sejam, uma tem a ver com a transparência e boa governação, nomeadamente a transmissão das reuniões públicas de Câmara “online” para que todos os cidadãos possam ver e acompanhar os assuntos do Município que são assuntos que lhes dizem respeito. -----

-----Outra tem a ver com a mobilidade também, falaram aqui os munícipes e bem da necessidade de uma mobilidade mais sustentável, que passará certamente pela cobrança com parquímetros do estacionamento com selo para moradores que anualmente possam por um determinado valor ter uma viatura coberta por esse sistema. -----

-----Mas já em dois mil e dezassete o IN-OV falava de medidas, nomeadamente de promoção da mobilidade pedonal, desobstrução de passeios, continuamos exatamente com os mesmos problemas, portanto, daí a nossa proposta. -----

-----Relativamente à transparência, aquilo que falei há pouco de medidas para uma boa governação, como esta da transmissão das reuniões de Câmara “online”, eu lembro-me que há relativamente pouco tempo li um estudo da Fundação Francisco Manuel dos Santos, de investigadores da área da ciência política, que diziam que a transparência dos Órgãos Municipais é realmente essencial para garantir a participação dos munícipes de forma informada e um dos



Câmara Municipal
de Oeiras

aspectos essenciais da prestação de contas gira em torno da capacidade de escrutínio dos eleitos. -

----- Por um lado, os cidadãos devem ter acesso à informação sobre a carreira dos eleitos, para identificar potenciais motivações e conflitos de interesse e, por outro lado, a oposição, como representante de interesses que são minoritários, mas que existem e devem ser respeitados deve dispor de meios efetivos para escrutinar os interesses dos membros do Executivo. -----

----- Daí vir a sugerir, não no âmbito das Grandes Opções do Plano, porque é algo que se faz muito simplesmente, havendo interesse e disponibilidade com os Serviços Informáticos, que seja disponibilizada informação dos membros do Executivo com pelouro, no “site” institucional do Município, nomeadamente declarações de incompatibilidade e rendimento, todos os membros do Executivo com pelouro, declarações patrimoniais e de riqueza e de interesse de todos os membros do Executivo com pelouro, remunerações dos membros do Executivo com pelouro e os currículos detalhados dos membros do Executivo com pelouro. Ainda o documento consolida os registos de interesse de todos os membros do Executivo, com ou sem pelouro.-----

----- Ora, realmente nada disto está no “site” institucional do Município e a democracia local teria muito a ganhar em que estivessem, pelo que proponho que seja incluída esta informação.-----

----- Venho também trazer aqui uma questão que tem a ver com obras no edifício onde estava prevista a instalação da nova estação de autocarros, em Paço de Arcos, estão a decorrer obras, que obras é que são aquelas? -----

----- Gostaríamos de saber uma vez que foi revogada a decisão de contratar a estação de autocarros. -----

----- Não sei se será um parque de estacionamento, se for, gostaria de saber quantos lugares terá e se servirá para retirar lugares à superfície do estacionamento em Paço de Arcos ou apenas para aumentar a capacidade. -----

----- Gostaria também de saber, se for para aumentar a capacidade, em que estudos é que

se baseia essa questão do défice de capacidade que, como vimos há pouco também pela intervenção dos munícipes, muitas vezes não há défice de capacidade nenhum, há capacidade e há má gestão também da capacidade, há capacidade que está às moscas, portanto, temos inúmeros lugares de estacionamento que não estão a ser utilizados e depois, temos estacionamento selvagem em cima dos passeios, em cima das passadeiras com grande risco para os peões e para os utilizadores, chamados vulneráveis, nomeadamente, os utilizadores de bicicleta.---

-----Finalmente, gostaria de perceber o acidente que houve com alunos na Escola Professor Noronha Feio, a informação que nos chegou é que a Câmara tinha sido alertada para uma situação que estava perigosa e que merecia a atenção dos Serviços, se a Câmara teve conhecimento, foi alertada antes daquilo que se passou, de uma queda de uma estrutura em cima de crianças e o que é que fez ou se pura e simplesmente desconhece o caso.” -----

7 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA ANA FILIPA LABORINHO: -----

-----A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** prestou à Câmara as seguintes informações:-----

-----“Eu iria começar por fazer uma sugestão e depois passar às informações. -----

-----Saiu esta semana, um despacho, relativamente à redução de consumos energéticos que, obviamente, o Partido Socialista entende que foi um despacho positivo e que está em linha com aquilo que foi a recomendação do Governo e nós gostaríamos de sugerir que esse despacho pudesse incluir a diminuição da lavagem dos carros da “pool” e dos dirigentes, excluindo os carros operacionais, como é óbvio, precisam de outro tipo de manutenção. -----

-----Até sugeria que a Senhora Vereadora da área da comunicação pudesse encontrar uma forma de colocarmos um autocolante nos carros, com uma mensagem que fosse pedagógica, dizendo que, de facto, não nos lavamos com a mesma frequência, porque estamos a contribuir para a poupança de água no Município e isso poder ter um efeito de promoção dessa atitude para



Câmara Municipal
de Oeiras

o cidadão relativamente aos seus próprios veículos. -----

----- - No dia vinte de outubro, estive em representação do Senhor Presidente e do Município de Oeiras, na sexta edição do Prémio Viver em Igualdade e a Câmara Municipal foi um dos Municípios que recebeu este prémio, pelo reconhecimento daquilo que é o seu trabalho e da proposta de trabalho que existe para o biénio de dois mil e vinte e dois, dois mil e vinte e três.

----- - No dia vinte e quatro, celebrámos no Município, o Dia Municipal da Igualdade com iniciativa de graus para a igualdade.-----

----- - Aproveitando este momento, gostaria de convidar o doutor Luís Afonso, a doutora Ivone Afonso, bem como, os Conselheiros para a Igualdade Externa, a Carla Martingo e Conselheiros para a Igualdade Interna, Teresa Coelho e Nuno Oliveira, para entregarem ao Senhor Presidente, formalmente, este prémio que trouxemos de Guimarães.-----

----- Estão todos de parabéns, esta equipa fantástica tem feito um excelente trabalho e são muito meritórios deste prémio.-----

----- Quero agradecer à Senhora Vereadora Teresa Bacelar, mas também ao Senhor Vereador Armando Soares, todo o empenho que tiveram nesta área e que nos permitiu chegar onde estamos, e continuo a contar, obviamente, com o Senhor Vereador Armando Soares para podermos implementar mais políticas de igualdade no Município. -----

----- E por fim, gostaria de dar a nota de que estive presente nos prémios, Júlio César Andrino, onde foram distinguidas várias personalidades da vida sociocultural do nosso País e dizer que, de facto, foi um momento emotivo, de ver tantos artistas, tanta gente que contribuiu para a sociedade e sentir que eles reconhecem Oeiras, como um espaço de acolhimento e de reconhecimento do trabalho que fazem, cada um nas suas áreas.”-----

8 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA TERESA BACELAR: -----

----- A **Senhora Vereadora Teresa Bacelar** informou a Câmara do seguinte:-----

----- “Vou fazer aqui um destaque ao mês de outubro, como sabem, existe o Dia do Idoso,

que é o dia um de outubro e em Oeiras festeja-se o mês todo, temos atividades todos os dias como seja passeios, eventos, bailes, conferências, passeios de um dia, viagens ao Porto, aos Açores, à Covilhã, ou seja, tivemos um mês recheado de iniciativas. -----

-----Destacar aqui que dia trinta e um, temos o encerramento destas atividades, estão todos convidados, vai acontecer na Associação Nova Morada às dez horas da manhã, quem vai organizar é a União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, o Município desafiou as entidades do Concelho para poderem este ano, pela primeira vez, também organizarem atividades para todos os participarmos e para toda a comunidade estar presente nesta que foi a grande celebração do mês do idoso. -----

-----Destacar que tivemos vinte e duas entidades fora do Município a organizar atividades, conseguimos abranger mais de mil e novecentos idosos nas nossas atividades e, por isso, foi e está a ser um mês muito feliz e ainda vamos na sexta-feira aos fados à Severa, no Bairro Alto. -----

----- - Temos ainda mais uma conferência, no âmbito das Demências, seria muito importante que todos assistíssemos e participássemos. -----

----- - No dia trinta de setembro estive presente no encerramento do Projeto No Meu Bairro Ponto por Ponto, o livro que todos têm à sua frente é referente a esse projeto. -----

-----Trata-se de um projeto muito interessante, no âmbito do CLS, nós tínhamos que fechar este projeto, porque ele tinha acabado e não tinha havido um fim e o fim foi uma mostra das roupas que foram realizadas por estas mulheres. -----

-----O que é que aconteceu neste projeto? -----

-----Várias mulheres inscreveram-se para aprender a costurar e, de repente, isto tornou-se um grupo de autoajuda, tivemos mulheres ciganas presentes neste projeto que os maridos como era para aprenderem costura deixaram e, de repente, tínhamos ali grupos de mulheres que partilhavam as suas vivências, foi uma coisa extraordinária como vão poder ver nesse livro, estes



Câmara Municipal
de Oeiras

projetos valem a pena.-----

----- - No dia dois de outubro, estive presente na missa solene em honra de São Miguel Arcanjo, em Queijas. -----

----- - No dia seis, assisti à cerimónia de assinatura dos acordos de parceria entre o Instituto São João de Deus e seis ERPI, é muito importante esta referência.-----

----- O Instituto São João de Deus como sabem, é uma entidade de referência nos cuidados continuados paliativos e nas demências, fez um convite ao Município de Oeiras para indicar seis ERPI onde eles pudessem desenvolver um projeto que já tinha o financiamento do Projeto lá Caixa e o que se pretende é uma equipa de apoio psicossocial a utentes e familiares e trabalhadores destes ERPI em situação paliativa, tem sido uma grande mais-valia para estas entidades poderem contar com esta equipa que os ajuda nesta fase tão difícil que é dos Serviços lidarem com estas questões e a família.-----

----- - No dia dez, estive presente em representação do Senhor Presidente nos vinte e cinco anos da Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis, neste dia foi assinalado o Dia Mundial da Saúde Mental e é importante fazer referência a esta data, porque Oeiras é um dos Municípios fundadores.-----

----- Eram seis Municípios que acreditaram que era possível há vinte e cinco anos promover políticas de saúde e estilos de vida saudáveis e Oeiras como sempre estava à frente e foi um precursor nesta área. -----

----- - No dia vinte e um, teve lugar o festival Cativ'Arte promovido pelo Centro Nuno Belmar da Costa, no Auditório Eunice Muñoz, em que pessoas com deficiência e as diversas entidades podem fazer demonstrações de teatro, de dança e de músicas, é um festival muito interessante e gratificante. -----

----- - Ainda durante este dia também estive no Concerto Orquestra dos Navegadores, no Festival Big Bang, no Centro Cultural de Belém, onde pude assistir a uma demonstração da

Orquestra dos Navegadores.-----
----- - À tarde, estive na Associação Pombal Vinte e Um, onde, no âmbito do POS, a Cisco ofereceu quarenta “kits” escolares aos jovens que frequentam a sala de estudo. -----
----- - No dia vinte e dois, assisti à comemoração do nono aniversário da União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo e também estive presente em representação do Senhor Presidente no décimo aniversário da Associação Família Solidária, Oeiras. -----
----- - Dia vinte e quatro, estive presente na comemoração do Dia Mundial para a Igualdade, muitos parabéns Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho. -----
----- - No dia vinte e cinco, ocorreu a reunião alargada da CPCJ - Comissões de Proteção de Crianças e Jovens onde reforcei todo o apoio que o Município dá a esta Comissão e a importância que consideramos que o trabalho deles significa em prol das nossas crianças.-----
----- - Ontem houve o segundo encontro nacional de NPISA - Núcleo de Planeamento e Intervenção dos Sem Abrigo, todos os Municípios têm o NPISA e Oeiras foi convidado para apresentar o seu projeto inovador, que é um “hostel” social, destacar a presença do Senhor Presidente da República neste evento, que ficou muito impressionado com a nossa resposta de “Hostel” Social. -----
-----Desde junho de dois mil e vinte e um, quando foi inaugurado, já passaram por lá vinte e duas pessoas, que tiveram oportunidade de poder mudar de vida e poder ter um projeto de vida.-----
----- - Em relação aos dados COVID, estamos com um total de noventa mil duzentos e trinta um acumulados, recuperados oitenta e nove mil setecentos e vinte e nove, óbitos trezentos e oitenta e sete e ativos cento e quinze.-----
-----Estamos com uma incidência de cento e cinquenta e quatro casos por cem mil habitantes, e em junho tínhamos dois mil duzentos e noventa e quatro casos.”-----



Câmara Municipal
de Oeiras

9 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR ARMANDO SOARES: -----

----- O **Senhor Vereador Armando Soares** prestou à Câmara as seguintes informações: -

----- “Disse a Senhora Vereadora Carla Castelo, relativamente à informação do Tribunal Constitucional de declaração de rendimentos, que não estava mencionada no nosso “site”. -----

----- Gostaria de dar nota de que essa obrigatoriedade não existe, mas na parte do nosso “site” consultando início, barra município, transparência municipal, declaração patrimonial dos membros do Executivo, existe lá um “link” que remete para o Tribunal Constitucional. -----

----- E o estranho é que em janeiro a DGP - Divisão de Gestão de Pessoas, que está sob a minha tutela, não tinha até à data cópias de algumas declarações de rendimentos remetidas ao Tribunal Constitucional de alguns Vereadores deste Executivo, um deles, a Senhora Vereadora Carla Castelo, portanto, não havendo obrigação, porque não existe, de divulgar diretamente as declarações individuais de cada um, basta remeter o “link” para o Tribunal Constitucional. -----

----- A verdade é que mesmo que a DGP - Divisão de Gestão de Pessoas o quisesse fazer, não poderia fazer com todos, porque não tinha na sua posse cópias de todos, entre os quais o da Vereadora que levantou a questão. -----

----- Pedia alguma bondade do Senhor Presidente no que vou aqui dizer, porque como não houve informações na última reunião, é capaz de ser um bocadinho mais exaustivo, mas condensámos os dois períodos num, nunca será mais do que o dobro do tempo. -----

----- Boas notícias que costumo dá-las, nasceu uma menina e três meninos na família da Câmara de Oeiras, é sempre bom, não morreu ninguém, o que também apraz registar, mas quatro trabalhadores nossos aposentaram-se, quatro que não eram técnicos superiores, mas que fazem parte e bem de uma das molduras maiores da Autarquia que também muito se esforça e muito dá para aquilo que tem sido o sucesso do nosso Município: -----

----- Um assistente operacional, da DGO - Divisão de Gestão Organizacional, dois assistentes operacionais e um encarregado, da UGPND - Unidade de Gestão de Pessoal Não

Docente. --- -----

-----Aos quatro que se aposentaram, naturalmente que o Município lhes agradece os serviços prestados e endereça os maiores cumprimentos na sua vida que continua naturalmente. -

-----Naquilo que tem sido a atividade da DPS - Divisão de Promoção Socioprofissional e, ao fim ao cabo também da parte que tem ligada aos Recursos Humanos, dar nota que, desde que foi efetuada a mudança para o Casal do Deserto, portanto, em que as instalações sofreram essa alteração, essa benfeitoria, contabilizamos em número de atendimentos só na medicina do trabalho mil quinhentos e trinta e nove. -----

-----Em psicologia, seiscentos e quatro, desde essa altura, tanto convém dizer que em psicologia, eu falo muito deste tema porque é um tema que me é querido, já vamos em mil duzentos e trinta e dois atendimentos, portanto, só em setembro foram oitenta e nove atendimentos psicológicos. -----

-----Consultas de nutrição, penso que toda a gente sabe que existem, cento e sessenta e três, desde a mudança no Casal do Deserto. -----

-----Quinhentas e vinte e sete, de massagem terapêutica. -----

-----Dois mil e quarenta e oito, de enfermagem. -----

-----Dando um total de cinco mil setecentos e quarenta e seis. -----

-----É muito trabalho. -----

-----A Unidade de Segurança e Saúde no Trabalho, o trabalho que faz, é o que muitas clínicas que por aí andam, fazem. -----

-----Relativamente aos inquéritos, agradecer a todos os colaboradores do Município a excelente participação que deram, foram dois mil quinhentos e quinze trabalhadores que preencheram o questionário, num total de cerca de dois mil oitocentos e trinta, o que significa que, salvo as baixas médicas e as pessoas que estavam de férias, na generalidade, não será cem por cento, mas noventa e nove vírgula qualquer coisa dos trabalhadores preencheram, eu próprio



Câmara Municipal
de Oeiras

e o Executivo depositamos alguma expectativa agora no tratamento dos dados, o que é que lá vem, que sugestões é que vêm, que políticas é que podemos depois adotar para atender algumas das pretensões, talvez não todas, temos que o avaliar, mas foi um sucesso, pelo menos no preenchimento e, portanto, gostava também de agradecer a todos os colaboradores do Município essa participação.-----

----- - Dia vinte e oito de setembro, representei o Senhor Presidente na reunião ordinária do Conselho Metropolitano de Lisboa, já cá falámos nisto, por isso não serei exaustivo, a preocupação que temos é uma preocupação de todos os Municípios da Área Metropolitana de Lisboa relativamente aos transportes, todos estão de acordo de que a decisão de tornar numa ótica metropolitana as decisões de atendimento à população e com uma política concertada, daí a conseguir que ela se efetive com o maior dos sucessos já vai uma grande dificuldade, Municípios como o Barreiro e Setúbal, apresentam grandes preocupações pelos atrasos que existem neste momento nas falhas dos transportes, ainda não chegou a vez de Oeiras, foi adiado, vamos ver o que é que acontece, estamos vigilantes e por maioria de razão a Senhora Vereadora Joana Baptista é que detém essa área. -----

----- - Dia quatro de outubro, estive numa visita de trabalho com a Senhora Vereadora Joana Baptista e o Senhor Vereador Pedro Patacho no ACT-Hub, no antigo Intermarché de Porto Salvo, foi a preparação do FIC.A, que todos sabemos depois como decorreu. -----

----- - No dia onze, no âmbito do pelouro do empreendedorismo, fiz a abertura, em representação do Senhor Presidente, do evento “Impact Day”, um evento tornado público pela Gesbanha, com o apoio do Turismo de Portugal, com grande adesão tanto a Norte e Sul do País. -

----- - Dia treze, participei em conjunto com a Senhora Vereadora Joana Baptista e a Administração da Parques Tejo num encontro realizado com os colaboradores, na Adega do Palácio do Marquês. -----

----- A este propósito também dizer que houve alguns colaboradores do Município que me

abordaram a mim e possivelmente outras pessoas, a dizer que a Parques Tejo já foi à Adega e eles não. --- -----

-----Claro que isso é fácil de organizar, melhor do que eu, a Senhora Vereadora Joana Baptista poderá falar do assunto, mas o propósito é apenas um, é de uma vez por todas as entidades empresariais municipais sentirem que fazem parte de um todo que é a Câmara Municipal de Oeiras, portanto, fazem parte da equipa do Município, naturalmente que um trabalhador do Município, que está mesmo aqui ao lado e tem acesso a toda a informação com muito maior facilidade, é muito mais simples conseguir aderir e participar nesse tipo de eventos e infraestruturas e conhecê-las, do que às vezes os trabalhadores que estão nas entidades empresariais municipais, que não têm tanta proximidade e, por vezes, podem sentir que há duas equipas e não há duas só há uma, essas empresas fazem parte também do Município, portanto, foi apenas imbuído dessa lógica que decorreu essa visita, mas, se todos os trabalhadores querem visitar a Adega, o Senhor Presidente até é o primeiro certamente a querer que todos participem e que todos apareçam. -----

----- - No dia quinze, estive presente no novo espaço do Mercado de Oeiras, dinamizado pela associação sem fins lucrativos Luchapa, que foi uma associação que eu fundei há muitos anos, por isso, foi um duplo prazer lá estar presente e ver também a dinâmica da Senhora Vereadora Susana Duarte nessa matéria, uma pasta que já esteve sob a minha alçada. -----

----- - No dia dezassete, abriram-se as urnas dos Inquéritos de Clima Organizacional e Bem-Estar, acompanhados do Encarregado de Proteção de Dados do Município de Oeiras, apenas simbolicamente cortei o lacre, não participei na abertura desses inquéritos, porque aquilo que se quis desde a primeira data até agora, foi precisamente que eles fossem anónimos, o facto de serem anónimos não invalida que aquilo que vem lá plasmado e que depois de aplicado o método científico, os dados nos serão bastante úteis para adoção de novas políticas nessa área.---

-----Mas era o anonimato que se pretendia e foi isso que se tentou garantir desde o



Câmara Municipal
de Oeiras

primeiro ponto até ao último, portanto, o último foi a abertura das urnas, apenas participei, observando e não tocando sequer num só inquérito.-----

----- - No dia vinte e dois, já foi referido pela Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho, em representação do Senhor Presidente, estive presente na edição dos prémios Júlio César Andrino. -- -----

----- Foi bastante salutar verificar que, numa organização que não foi cem por cento profissional, compreendeu-se que existiram ali algumas falhas, mas que certamente serão depois melhoradas na segunda edição. -----

----- Aquilo que me apraz mais registar foi o elevado carinho e dose de amor que existiram naqueles prémios e fazer aqui logo uma pequena reflexão, há muita gente, muitos atores, muitos músicos, muita gente da indústria da Cultura que se sente muito mal amada e desprezada por todos os últimos Governos, não é uma farpa à Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho, por causa dos Governos Socialistas, nem à Senhora Vereadora Susana Duarte por causa dos Governos do Partido Social Democrata, mas a verdade é que na área da Cultura há muita gente que está muito triste e muito magoada e aquilo que aconteceu nesta cerimónia de entrega de prémios, foi uma oportunidade para alguns fazerem a sua catarse e apresentarem a sua tristeza, eu vi, por exemplo, uma poetisa que lá estava, tinha sessenta e um anos de carreira, com oitenta e dois anos de idade e apesar de ser reconhecida pelos seus pares, era a primeira vez que recebia um prémio por aquilo que escreveu ao longo de toda uma vida e, de facto, se não tivesse qualidade, possivelmente, os seus pares não a reconheceriam como tal, mas a verdade é que reconheciam.-----

----- Houve a entrega de prémios a título póstumo, à atriz Maria João Abreu e à Eunice Muñoz.-----

----- Também foi entregue ao cantor Olavo Bilac e ao ator Diogo Infante.-----

----- Foi entregue um prémio pela doutora Paula Saraiva, ao médico Doutor Gentil

Martins, uma enorme e profunda personalidade na área da medicina, perfeitamente lúcido, com uma lucidez que muitos da minha idade e mais novos não têm e aquilo que verdadeiramente se sentiu ali foi um agradecimento gigante à Câmara Municipal de Oeiras, na pessoa do Senhor Presidente, pediram que lhe transmitisse, pela adesão que deu de imediato e o fornecimento das condições básicas para poder realizar-se a entrega daquele prémio. -----

-----Depois um profundo amor entre todos aqueles que lá estavam que, ao fim e ao cabo aquilo que mais queriam era carinho e eu lembrei-me muito da minha vivência nos bombeiros, para muita gente que arrisca a vida e que depois no fim recebe apenas uma medalhazinha ou um diplomazinho de papel, mas dá tanta importância a esse pedaço de papel ou a essa medalha, porque é o significado simbólico que se atribui, não é uma menção monetária, não é nenhuma melhoria na sua vida financeira, é o carinho e o amor e esse amor existiu naqueles prémios. -----

-----Eram apenas pequenos artefactos simbólicos, mas todos saíram dali extremamente felizes e com o sentimento que pelo menos entre si se reconheciam e que pelo menos a Câmara Municipal de Oeiras os reconhecia, portanto, acho que isso é algo que nos deve enobrecer a todos e nos fazer ficarmos felizes, porque ao termos tanta gente da classe artística e não só, desportiva, médica, etc., ali presente a ser reconhecida, reconheceram também todos eles que pelo menos a Autarquia de Oeiras era diferente nessa matéria e deve-nos fazer alegre a todos.-----

----- - No dia vinte e quatro, assinalou-se o Dia Municipal da Igualdade, como também já disse aqui a Senhora Vereadora Ana Filipe Laborinho, e o Município recebeu antes o prémio. ----

-----Tive o gosto também em participar nesse dia, logo na abertura, e agradeço essa deferência, esse prémio foi uma parceria conjunta entre vários Serviços da Autarquia, portanto, passou agora para a Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho, passou pela Senhora Vereadora Teresa Bacelar, passou também pelos Serviços da minha tutela, a DPS, portanto, foi uma prova, que a Câmara de Oeiras é capaz de trabalhar em conjunto, de ter vários Serviços organizadamente a participarem numa candidatura e a sagrarem-se vencedores, como também já



Câmara Municipal
de Oeiras

costuma ser hábito.-----

----- - Ontem marquei presença em representação do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, na cerimónia de tomada de posse do novo Diretor do Instituto de Socorros a Náufragos, Capitão de Fragata Rodrigues Vicente, uma instituição com cento e trinta anos de história que dispensa apresentações. -----

----- - Depois estive também presente nos dois murais de arte urbana, no Bairro dos Faroleiros. -----

----- Tenho aqui este livro que me deu a Senhora Vereadora Teresa Bacelar, do Ponto por Ponto e gostava de destacar a página vinte e quatro, ainda a propósito da igualdade, uma moradora, diz esta frase: -----

----- “Sim migraria para a Inglaterra ou para a França, mas por ser mulher cigana essas decisões não me competem, mas sim ao meu marido. Se fosse homem, a minha vida podia ser muito diferente, para melhor.” -----

----- Isto é uma frase que convém continuarmos a refletir e a verdade é esta, continuam a existir muitas diferenças entre aquilo que são as oportunidades e a qualidade de vida que é oferecida a homens e mulheres em algumas circunstâncias e ainda poderão ser francamente piores do que na cidade ocidental que todos de alguma maneira perfilhamos.” -----

10 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR PEDRO PATACHO: -----

----- O **Senhor Vereador Pedro Patacho** iniciou o seu período de informações dando conta do seguinte: -----

----- “Eu começaria por esclarecer uma questão que a Senhora Vereadora Carla Castelo colocou relativamente a um incidente na Escola EB Dois, Três Professor Noronha Feio, em Queijas, efetivamente, temos conhecimento de que houve um incidente. com a queda de uma parte da vedação que separa o recinto escolar do pavilhão desportivo. -----

----- Tanto quanto nos é dado saber tratou-se de um imprevisto, uma vez que até à data

não tínhamos qualquer “report” da Direção do Agrupamento relativamente a eventuais danos na vedação. --- -----

-----Sabemos que esse imprevisto causou traumatismos ligeiros a dois alunos, um na cabeça e outro num ombro, mas que foram prontamente assistidos e se encontram bem, não se tratou nada de substancialmente grave.-----

-----Hoje mesmo foi feita uma visita à escola para melhor perceção daquilo que se passou e amanhã terá lugar uma visita técnica com os Serviços de Senhora Vereadora Joana Baptista, a Divisão de Equipamentos Municipais para analisar a ação corretiva a realizar, no sentido de reparação da vedação.-----

-----Da análise preliminar que foi feita o incidente terá a ver com os fortes ventos que se faziam sentir naquele dia, isto para dizer à Senhora Vereadora que temos conhecimento e estão a ser tomadas medidas corretivas.-----

----- - Queria também informar a Câmara que a Diocese de Lisboa solicitou ao Município de Oeiras a colaboração e apoio para a organização das Jornadas Diocesanas da Juventude, que terão lugar aqui no nosso Concelho nos dias dezanove e vinte de novembro, dezanove a partir das catorze horas e trinta minutos até à meia-noite e no dia vinte de novembro entre as oito horas e trinta minutos e as dezoito horas.-----

-----Trata-se de um evento de grande importância, preparatório das Jornadas Mundiais da Juventude dois mil e vinte e três, que é organizado pelo Comité Organizador Diocesano e que tem como propósito proporcionar um momento de convívio, de partilha, de encontro e de formação para os jovens participantes que serão oriundos das diferentes paróquias e movimentos da Diocese de Lisboa, é um marco muito relevante naquilo que é o caminho preparatório das Jornadas Mundiais da Juventude, esperamos a visita de entre três a cinco mil jovens nesta data, as atividades desenrolar-se-ão entre a Escola Secundária Sebastião e Silva e o Jardim Municipal de Oeiras.-- -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- A organização destas Jornadas Diocesanas da Juventude está a ser acompanhada pelo grupo de trabalho criado por despacho do Senhor Presidente para acompanhamento e apoio às Jornadas Mundiais da Juventude dois mil e vinte e três, que é coordenado pelo Senhor Diretor Municipal. Jorge Barreto Xavier, cujo empenho e dedicação neste trabalho de coordenação agradeço, mas gostaria também, neste momento, de expressar o meu reconhecimento pela ação enérgica muito dinâmica do doutor Luís Afonso, Diretor do Departamento de Desenvolvimento Social, que tem trabalhado com todos os Serviços e agradecer também o fortíssimo envolvimento dos Serviços Municipais, de muitas unidades orgânicas da Câmara na preparação destas Jornadas Diocesanas da Juventude, que vão ter “workshops” formativos, atividades ao ar livre, concerto, caminhadas, um jantar de confraternização, uma vigília, um momento de conversa com o Senhor Patriarca e uma eucaristia, será um vasto programa que reunirá juventude no nosso Concelho.----

----- - Gostaria também, e recuando um bocadinho, porque na última reunião não tive oportunidade de prestar informações à Câmara dizer que, no dia trinta teve lugar um debate sobre Internet Segura Segurança e Bem-estar no Mundo Digital organizado pela Deco Proteste em parceria com a Google, que como sabem tem os seus escritórios no Lagoas Park. -----

----- Teve lugar na Fundação Marquês de Pombal com uma a participação também do Presidente da Fundação no Palácio dos Aciprestes, onde também estive presente, e teve lugar a intervenção do senhor Ministro da Educação, doutor João Costa e no qual participaram também alunos das escolas de Oeiras do terceiro ciclo, alunos do Agrupamento de Escolas Conde de Oeiras e da Luís de Freitas Branco, foi um momento relevante, de debate entre profissionais, representantes das famílias, dos professores, dez empresas no caso da Google, da Deco Proteste e dos alunos sobre este tema da segurança no mundo digital. -----

----- - No dia quatro de outubro, com a Senhora Vereadora Joana Baptista, com os Serviços de Educação e o Departamento de Obras e também a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Barcarena, visitámos a Escola Básica Jorge Mineiro, em Queluz de Baixo, para nos

inteirarmos do estado de conservação da escola e dar-mos início a um planeamento de uma intervenção de relevância nesta escola em Queluz de Baixo, estando agora prevista para breve uma nova reunião com a comunidade escolar para apresentação das propostas de intervenção e recolha dos contributos da comunidade.-----

----- - No dia cinco, comemorou-se o centésimo décimo aniversário da Liga dos Melhoramentos e Recreios de Algés, mais conhecida pela Liga de Algés, continua a ser um importante ponto de encontro das pessoas de Algés e vale a pena dizer isto para lembrar que temos vários clubes centenários e coletividades desportivas centenárias no nosso Concelho, temos um movimento associativo com dinamismo extraordinário no contexto do País e da Área Metropolitana de Lisboa e temo-lo porque temos cidadãos empenhados, participativos e interventivos na sua comunidade e que dão o melhor de si ao desenvolvimento destes projetos e que, naturalmente, a Câmara Municipal de Oeiras, através das várias políticas de desenvolvimento do desporto e da atividade física apoia de forma empenhada e de forma muito próxima.--- -----

----- - No dia nove, aconteceu um importante Torneio Internacional de Boxe, no Complexo Desportivo Carlos Queiroz e vale a pena assinalar isto porque trata-se de mais um empreendimento da Academia Boxing Spirit do Mestre Ramalho que não é só uma Academia de Boxe, é uma importante associação com uma intervenção comunitária muito relevante, por exemplo, uma das coisas que faz a Academia Mestre Ramalho é a dinamização do Centro de Apoio ao Estudo que acompanha dezenas e dezenas de crianças na Outurela e que trabalha no registo de grande proximidade com as escolas e com o Departamento de Educação da Câmara Municipal, os parabéns ao Mestre Ramalho e a este importante projeto.-----

----- - No dia nove, teve lugar o concerto de homenagem ao Maestro César Batalha, um grande ícone nacional dos coros infantis e que nos orgulha muito, sendo um ícone nacional, é um ícone oeirense, um dos grandes oeirenses que orgulha o nosso Concelho e saliento isto para



Câmara Municipal
de Oeiras

informar também que é bom que tenhamos noção de que todos os dias, através das suas políticas educativas, o Município de Oeiras homenageia o César Batalha, porque todos os dias cinco mil crianças do primeiro ciclo cantam nos seus coros infantis escolares, criados pela Câmara Municipal de Oeiras, em parceria com a Escola de Música Nossa Senhora do Cabo e, inclusivamente, é um projeto pedagogicamente coordenado pela maestrina que também coordena atividades no Coro de Santo Amaro de Oeiras, a Carolina Gaspar. -----

----- - Entre dez e dezasseis de outubro aconteceu o Festival Internacional de Ciência de Oeiras. -----

----- Nos dias dez, onze, doze e treze, tivemos o festival única e exclusivamente vocacionado para o público escolar e vedado ao público em geral, visitaram-no treze mil e quinhentos alunos de Oeiras e milhares de outros alunos do País.-----

----- No dia catorze, quinze e dezasseis, o festival abriu ao público em geral, tendo contado também com milhares de visitantes. -----

----- No dia doze, aconteceu a visita inaugural do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras e este festival acompanhado nessa ocasião pela Senhora Ministra da Ciência Professora Elvira Fortunato que, na ocasião, não deixou de afirmar ao nosso lado a relevância desta iniciativa de comunicação e divulgação de Ciência que é a única no País pelas suas características e pela sua dimensão. -----

----- - No dia quinze, teve lugar o Congresso de Vela da Federação Portuguesa de Vela, onde tive oportunidade também de estar presente e discutir com o Senhor Presidente da Federação colaborações futuras, no sentido do desenvolvimento das atividades náuticas em Oeiras, face àquilo que já está a acontecer em Oeiras, na Oeiras Marina, na praia Velha de Paço de Arcos e relativamente a outros projetos que temos em carteira e que, oportunamente discutiremos com o Senhor Presidente da Federação de Vela. -----

----- - No dia dezassete, recebemos mais um importante encontro científico das muitas

dezenas de encontros científicos que acontecem no nosso Concelho, em que muitos cientistas de muitas partes do mundo aqui acorrem para se encontrarem e discutirem os seus projetos de ciência, desta vez no INIAV - Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária e onde tive a oportunidade, na ocasião da sessão de abertura, de transmitir aos cento e cinquenta membros presentes, sobretudo, da América Latina, de Espanha e Portugal aquilo que é a Agenda de Ciência de Oeiras, sua estratégia para a Ciência e Tecnologia e aquilo que faz na comunicação e divulgação de Ciência no apoio à inovação e à internacionalização.-----

----- - No dia dezassete, aconteceu também no Templo da Poesia, um encontro de Agrupamentos de Escolas Aquilino Ribeiro, Paço de Arcos e São Bruno por uma razão simples, há vários grupos de professores nestes agrupamentos de escolas que estão no exercício da sua autonomia pedagógica e do seu saber profissional a empreender um trabalho com vista a transformação das práticas escolares do ponto de vista de organização do tempo e do ponto de vista da gestão curricular, foi um momento de esperança e de confiança nos profissionais de educação que trabalham nas nossas escolas e na sua capacidade para transformar a educação escolar. ---- -----

----- - No dia dezoito, estive também presente na cerimónia de abertura do ano académico na Universidade Atlântica, onde acompanhei o Senhor Vice-Presidente e onde podemos também constatar a vitalidade académica deste projeto, cujo crescimento de alunos tem sido impressionante e que fortalece este projeto universitário. -----

----- - Dia dezoito, teve início as comemorações dos setenta anos do antigo Liceu Nacional de Oeiras, hoje Escola Secundária Sebastião e Silva e digo isto para informar a todos de que esta escola quer comemorar os seus setenta anos ao longo de todo o ano, o dia dezoito de outubro foi o início das comemorações, mas há um programa de atividades que se vão desenvolver ao longo de todo o ano, já este fim-de-semana houve um espetáculo coral na escola do Coro dos Antigos Alunos e Amigos do Liceu Nacional de Oeiras e convido-vos a conhecer



Câmara Municipal
de Oeiras

esta programação e a participarem nos setenta anos do antigo Liceu Nacional de Oeiras. -----

----- - No dia vinte, tivemos o grato prazer de ver apresentado o novo Centro de Modernização e Inovação Tecnológica do Exército, sediado em Paço de Arcos, isto é uma informação importante, porque não é alheio ao sediar este Centro de Inovação em Paço de Arcos, o facto de termos uma Agenda para a Ciência, de termos aprovado e apresentado publicamente um Plano de Ação para o Desenvolvimento de Aeronáutica Espaço Indústrias da Defesa, em Oeiras, de estarmos a fazer um trabalho liderado pelo Senhor Presidente de aproximação às empresas de Oeiras e de ligação dessas empresas com as Forças Armadas e, obviamente que, desde a primeira hora o exército contou com o nosso apoio e a nossa colaboração para o lançamento deste Centro de Inovação, isso orgulha-nos e prestigia-nos e faz-nos evidentemente acreditar que estamos no caminho certo. -----

----- - No dia vinte, tive o privilégio de ouvir o Professor Manuel Carrondo numa das “Master Classes do Cogito” que teve lugar no Aquário Vasco da Gama e convido todos a acompanharem a programação e a assistir. -----

----- Foi um momento único, o Professor Carrondo é uma figura ímpar no panorama nacional um homem que aceitou o risco de fundar e liderar uma iniciativa privada na área da ciência e que se afirmou nacional e internacionalmente como um dos melhores do mundo naquilo que faz aqui em Oeiras.-----

----- Podia ter feito nos Estados Unidos onde trabalhou no “MIT” e noutros lugares, mas escolheu fazê-lo no seu País, é também um patriota que contribuiu para o desenvolvimento da nação e honras ao Professor Carrondo que nesse dia fez uma conferência absolutamente magistral sobre os benefícios da medicina personalizada e o futuro e a evolução da medicina. ----

----- - No dia vinte e um, teve lugar o vigésimo quarto Seminário da Rede de Escolas “ESCXEL”, que há dezasseis anos continua em Oeiras a apoiar os agrupamentos de escolas nos mecanismos de regulação da sua autoavaliação e das suas respostas para o sucesso educativo. ----

----- - No dia vinte e um, assisti no Oeiras Parque à terceira edição do Cineclube de Oeiras, ou seja, mais uma série de curtas metragens realizadas e produzidas pelos alunos do ensino secundário de Oeiras, que para além de irem à escola em Oeiras, têm a distinta oportunidade de viver uma experiência formativa única de aprender a realizar um filme e é uma experiência que está a transformar vidas, muitas vidas de muitas maneiras, embora estes alunos sigam outros percursos académicos, mas apraz-me registar depois de três anos, há sete alunos que, entretanto, já entraram na Escola Superior de Teatro e Cinema e que vão seguir o seu caminho e a sua formação com o sonho de realizar filmes. -----

----- - A terminar, convido todos a associarem-se a esta programação extraordinária, a Rede de Bibliotecas Públicas de Oeiras há muitos anos que se afirmou no panorama nacional como extraordinariamente dinâmica e resultados operacionais muito acima da média nacional.---

-----Ora, neste mês de outubro tivemos cinquenta e cinco atividades planeadas, mais as atividades catalogadas no Oeiras Educa Mais e que chegam a centenas de alunos que usufruem dessas atividades, porque os seus professores as marcam e vão com eles. -----

-----É muita atividade ao longo do mês, convido todos a associarem-se porque novembro e dezembro não vão ser diferentes.” -----

11 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR NUNO NETO:-----

-----O **Senhor Vereador Nuno Neto** prestou à Câmara as seguintes informações:-----

-----“Estive presente na abertura do festival FIC.A e quero aqui dar nota, não da qualidade, porque essa seria inquestionável, mas da sensação que me causou. -----

-----Fiquei efetivamente maravilhado com o que vi, não fui o único, porque andando por Oeiras, muitas pessoas naquela semana me vinham falar, quer dos filhos, quer da vontade de eles próprios poderem ir e causou a inveja de muitos pais que ficaram a conhecer a essência do FIC.A pelos filhos, que eram alunos de Oeiras, todos lá tinham ido e ficaram com a vontade de também ir. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- - Dia dezasseis de outubro, decorreu um evento não organizado propriamente pela Câmara de Oeiras, mas com o apoio, na praia de Santo Amaro, o “Air Show”, para quem é aficionado deste tipo de demonstração, foi efetivamente impressionante pelas máquinas, pela perícia com que aquilo decorreu e mais uma vez se nota a eleição do nosso Concelho para todo o tipo de eventos, o que só poderá acontecer, efetivamente, pela qualidade que costumamos emprestar a estas colaborações. -----

----- - Estive presente na cerimónia do nono aniversário da Junta de Freguesia, da União de Freguesias de Oeiras São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias. -----

----- - Recebi a Direção do Instituto de Registos e Notariado, muitas vezes aqui na Câmara se queixam da falta de espaço, a doutora Paula Saraiva há anos que chama a atenção para essa necessidade, na verdade o Instituto de Registos e Notariado veio-nos visitar para não só pedir espaço, mas perceber como é que nós nos organizamos nessa matéria. Gostaram tanto que saíram daqui cheios de fotografias, detalhes sobre o que está a ser preparado no Alto dos Barrinhos para o Arquivo Municipal. -----

----- - Dia dezanove, decorreu a hasta pública de venda da Companhia Nacional de Petroquímica e mais uma vez, como seria expectável, decorreu sem interessados registados. -----

----- - No mesmo dia da parte da tarde, fui fazer uma visita, porque havia uma instituição presente nos nossos bairros que me estava aqui a causar alguma estranheza, ao fim de três, quatro anos em funcionamento, pediram-nos manutenção pela primeira vez agora, porque houve uma rutura de um cano, mas eu pensei que sendo um equipamento com uma grande flutuação de público estaria tudo muito mais gasto, muito mais estragado e gostava de partilhar convosco que a Associação de Reabilitação e Integração e Ajuda, que trabalha com pessoas em situação de sem-abrigo e doença mental, tem um fogo municipal cedido em Porto Salvo e aquilo que eu pensei que seria um imóvel muito desgastado é na verdade, dos imóveis mais bem cuidados que eu já vi e, apesar de ser com público difícil e da vivência que se passa lá dentro, disseram-me que

às vezes se alteram, que é normal, são pessoas doentes que às vezes sujam e estragam, mas que tudo é imediatamente reparado e reajustado para que fique como estava, impecável.-----

----- - Estive também presente no dia vinte, no aniversário da União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha, Cruz Quebrada e Dafundo.-----

----- - E ontem, numa bonita homenagem de um neto de um faroleiro, a todos os faroleiros, porque um dos artistas que tinha pintado uma das empenas dos prédios era neto de faroleiro e aquela sua obra, de acordo com o que explicou, visava homenagear a profissão para além de homenagear o avô.-----

----- - Porque passou um ano de mandato, dar-vos aqui alguns dados, ainda que telegraficamente sobre o que tem sido a atividade de alguns projetos que eu entendo mais relevantes.- -----

----- - Em primeiro lugar, falar-vos sobre o projeto PIN que é uma coisa que por ser muito técnica é pouco conhecida, é um projeto de inventário municipal, para vos dizer que já se encontram georreferenciadas com registo e valorizadas, cinco mil quinhentos e setenta e dois imóveis municipais. -----

-----Este projeto PIN teve um desenvolvimento recente com a integração na plataforma do Geo Portal Oeiras Interativa com integração ao RP da AIRC. -----

----- - Continuamos a proceder à regularização de inventário e cadastro de bens de domínio público municipal e alguns de domínio público privado, porque são registos muitas vezes muito antigos e importa resolver conflitos de limitações, de confrontações de terrenos. -----

----- - Estamos a regularizar as fichas de investimento em curso, com a criação das novas fichas de ativos fixos tangíveis, com vista à eliminação ao fim de muitos anos das reservas apresentadas pela ROC na certificação de contas, estas reservas eram naturais que acontecessem e só para perceberem porque é que acontecem mesmo, porque é que ao longo dos últimos trinta anos nenhuma câmara conseguiu regularizar esta matéria, porque os registos que existiam eram



Câmara Municipal
de Oeiras

registos desenhados, peças desenhadas com precisão possível, porque as margens de erro eram demasiado grandes para os sistemas digitais que existem hoje em dia que são muito mais precisos, o que é que criavam? Divergências entre artigos matriciais que muitas vezes é necessário dirimir.-----

----- - Neste momento, dar-vos nota também que estamos finalmente a fazer o registo predial das escolas.-----

----- - Definimos também já a metodologia para a inventariação de domínio público municipal, portanto, o critério de valorização de estrada, passeio, sarjeta, valeta, tudo isto é valorizado no âmbito do PIN e há uma tarefa que além de extensíssima e pesada é muito técnica, complicada e requer algum acompanhamento com muita tranquilidade sobre o projeto PIN.-----

----- Eu sei que está aqui a Senhora Diretora Municipal que tem exigido e dado muito impulso nesta matéria, a doutora Maria João Bessa, Chefe de Divisão do Património com o conhecimento técnico que tem nesta matéria, conseguiu ao fim de muitos anos nesta Câmara Municipal dar este impulso. -----

----- - Também dar nota que fizemos catorze concursos de atribuição de espaços, acolhemos as competências do Estado no domínio marítimo, o que nos resultou em mais cinco contratos de concessão, melhorámos o armazém do Casal do Deserto para dotar de melhores condições que nos permite fazer uma melhor gestão de “stocks”, procedimentos de aquisição e armazenamento de materiais.-----

----- - No âmbito do Departamento de Habitação, concursos a decorrer, Quinta dos Aciprestes, doze fogos, termina a trinta e um de outubro a entrega de propostas, portanto, está aí a acabar. -- -----

----- Parque da Junça está em relatório preliminar publicado, significa que daqui a dez dias é provável que a próxima reunião de Câmara se possa trazer já a adjudicação desta empreitada.-----

----- Alto da Montanha, sessenta e quatro fogos, neste momento, tudo aprovado e em visto prévio do Tribunal de Contas.-----

-----Concursos de projetos a decorrer, Tercena, setenta e nove fogos, acaba dia dezanove de novembro.-----

-----Casal do Deserto, duzentos e trinta fogos, estamos em fase de infraestruturas.-----

-----São Marçal, duzentos e quarenta e oito fogos, as arquiteturas terminam em novembro.- -----

-----Leceia já em avaliação e audiência prévia, Tercena e Casal do Deserto as infraestruturas é no final de novembro.-----

----- No âmbito dos projetos, são muitos, dar-vos só nota que até ao final do primeiro trimestre do próximo ano, todos estarão terminados, seria demasiado exaustivo ler-vos todos, uns já estão feitos, outros estão a fazer-se, está tudo a decorrer de acordo com o cronograma que estava anexo à Estratégia Local de Habitação, estamos a cumprir todos os prazos.-----

-----Dar-vos nota que já temos três candidaturas aprovadas com contrato assinado de financiamento, só para recordar, Aciprestes, Junça, Alto da Montanha, noventa e dois fogos, dezassete milhões de euros.-----

-----Lançamos mais algumas candidaturas, Irmã Joana, um investimento total de dez milhões de euros, a candidatura são quatro milhões quinhentos e cinquenta mil euros, porque inclui um edifício, este é um terreno da Santa Casa, portanto, há um equipamento em parceria para a Santa Casa., candidatura já no IRU.-----

-----Talaíde, trinta fogos, é também uma unidade sénior, quatro milhões quatrocentos e noventa mil euros com equipamento.-----

-----Terra do Moinho, dezassete fogos em dois prédios, candidatura já em análise no IRU.

-----Por fim, as comunidades desfavorecidas, os contratos de financiamento serão assinados no próximo dia quatro de novembro.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Navegadores, um milhão novecentos e cinquenta mil euros, São Marçal, um milhão duzentos e trinta e oito mil euros, Pátio dos Cavaleiros, um milhão duzentos e trinta e oito mil euros, todos estes contratos, dia quatro de novembro serão assinados. -----

----- - No âmbito da reparação dos fogos devolutos, apesar da subida enorme de preços, dizer-vos que neste ano reparámos setenta e dois fogos, a uma média de reparação por fogo de onze mil e trezentos euros.-----

----- - Temos estado, neste momento, a atingir a maturidade em muitos dos bairros que foram todos construídos na mesma altura e, portanto, nos últimos dois anos, demos início a uma recuperação mais profunda dos fogos com revisão de eletricidade e substituição de canalizações-----

----- - No âmbito do Plano de Reabilitação de Bairros Municipais temos dezoito procedimentos de empreitada em curso, dois milhões cento e noventa mil euros e as empreitadas de manutenção temos ativos onze procedimentos ao mesmo tempo, um milhão quatrocentos e nove mil e setenta e um euros.” -----

12 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA CARLA ROCHA:-----

----- A **Senhora Vereadora Carla Rocha** informou a Câmara do seguinte:-----

----- “Começo por falar dos Prémios Andrino e dizer como é que tudo começou, provavelmente, não sabem. -----

----- Um dia a Eduarda Andrino pediu-me uma audiência, porque gostaria de homenagear o pai com estes prémios Andrino, mas não tinha dinheiro para fazer os troféus, já tinha o local, já tinha tudo, mas não tinha a possibilidade, e como é que ia homenagear se não tinha nada para dar. -----

----- No Gabinete de Comunicação andámos a ver como é que podíamos ajudar, ou seja, aquilo que vocês entregaram, nomeadamente a doutora Paula Saraiva, foi o Gabinete de Comunicação que ajudou e é sempre muito bom porque muitas vezes apoiamos, mas depois não sabemos o impacto. -----

-----Eu não estive presente, ela estava a homenagear o avô e eu estava a festejar o aniversário da minha mãe a quatrocentos quilómetros de distância, mas é muito bom ouvir o que eu ouvi aqui, fico muito contente e às vezes não é preciso ser muito bom profissional para ser muito bom, é muito gratificante.-----

----- - Relativamente ao “Air Show” foram trinta mil pessoas na Praia de Santo Amaro, foi uma loucura nas redes desde a primeira hora que comunicámos, não tivemos mãos a medir, o impacto foi brutal, foi muito bonito e à noite muito mais, as luzes tornaram tudo ainda mais belo, foi interessante ver a Marginal e a praia cheia de gente, é muito gratificante.-----

----- - Estive presente no aniversário da União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, tenho um carinho muito especial pela Junta, tenho familiares que estão muito ligados ao poder local e este poder de proximidade diz-me bastante.-----

----- - O Trinta Dias sai amanhã, desde que este ano retomámos a mensalidade desta revista não falhámos um único mês, tem sido bastante difícil porque o papel escasseia, amanhã estejam atentos porque o Trinta Dias é especial, tem uma capa especial, acho que o Senhor Vereador Pedro Patacho vai gostar.-----

----- - Deixo um convite para o dia onze de novembro, como sempre temos o Magusto no Centro da Vila.-----

----- - Dia doze será em Algés, acreditamos que será novamente uma festividade que apela ao convívio com os vizinhos, com os amigos, com as pessoas que conhecemos e que não conhecemos, vamos para a rua festejar o facto de estarmos cá, vai ser uma festa muito popular, estamos muito entusiasmados nesta preparação.-----

-----Também já antevemos a preparação para o Natal, mas será algo que nós vamos depois anunciar mais à frente.-----

-----É um convite que fica já aqui espelhado faça chuva ou faça sol.”-----

13 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA SUSANA DUARTE: -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- A **Senhora Vereadora Susana Duarte** prestou à Câmara as seguintes informações: -

----- “O Senhor Vereador Armando Soares já aqui falou e eu também já falei por várias vezes da Luchapa, mas gostaria de referir o que aconteceu no dia quinze de outubro no mercado, e vai continuar, “A Cultura vai ao Mercado”, em Oeiras e agora aos bocadinhos, vamos acrescentando isto aos restantes mercados. -----

----- - Dia quinze de outubro foi um dia particularmente de festa neste encontro, não só porque fizemos os “Encontros com a Poesia”, mas também porque levámos fado, algo que não era habitual no Mercado Municipal de Oeiras. -----

----- Por sorte e por audácia do doutor Valdemar tivemos a companhia do Gonçalo da Câmara Pereira.-----

----- Tivemos um ambiente descontraído e informal que nos deu também uma breve brincadeira entre fado e poesia e foi impressionante ver pessoas que já não iam ao mercado há mais de dez anos cochicharem entre si:-----

----- “Já não vinha ao mercado há muito tempo e afinal ainda tem muita variedade e tem umas lojas novas, no próximo fim-de-semana tenho de cá vir com mais tempo e calma” -----

----- Muitas vezes isto era uma aposta dúbia da nossa parte, para já, tivemos em alguns momentos cerca de uma centena de pessoas no mercado a desfrutar de um momento cultural. ----

----- Os comerciantes vinham comentar comigo e depois auscultei as pessoas e diziam: ---

----- “Realmente ainda bem que fizeram isto, porque eles agora passam por aqui, alguns não sabiam que estávamos cá, nós estamos cá só há dez anos”. -----

----- Esta brincadeira que acaba por depois se tornar palpável e real e que resgata alguns antigos clientes e traz novos públicos, porque apareceram jovens que ouviram, pararam, viram e disseram: - -----

----- “Então, mas isto agora vai acontecer todos os sábados? Então se calhar vou passando.” -----

-----E lembraram-se do mercado, portanto, fazer as pessoas lembrarem-se, às vezes é tão importante como o resto. -----

----- - Nesta ótica do lembrar, vamos este fim-de-semana, dia vinte e oito, vinte e nove e trinta de outubro, das dez horas às vinte horas, trazer um bocadinho daquilo que é a nossa cultura insular, isto para mim que sou neta de uma açoriana, mas não foi por isso, confesso que nem veio de mim, partiu mesmo de uma munícipe nossa esta aventura, mas eu não pude dizer que não, pessoalmente temos Madeira e Açores e depois fica uma brincadeira no gabinete, porque o adjunto tem uns toquezinhos de madeirense, portanto, nós brincamos, mas a verdade é que nós temos muitas feiras de fumeiro, temos muitas feiras de muitas regiões do País, mas realmente Madeira e Açores não, há muitos de nós que não conseguem pagar uma viagem de avião e ir aos Açores ou à Madeira e ter este bocadinho de cultura portuguesa, que também o é, mas que por vezes é muito distante para alguns de nós, se calhar para os que estão deste lado da bancada já quase todos fomos ou se não aconselho vivamente a ir, mas outros não têm sequer essa hipótese.

-----Dizer-vos que é também a hipótese de darmos um “workshop” de poncha, ouvir a Universidade de Corsários dos Açores, ter aqui um momento cultural madeirense com música popular, tertúlias de degustação do Vinho da Ilha do Pico, portanto, trazer um bocadinho destas ilhas durante estes três dias, por isso, convido-vos a estar presente e a desfrutarem deste momento.-- -----

-----Em termos de obra gostaria de destacar o trabalho da Divisão de Equipamentos Municipais, nomeadamente na pintura exterior do Mercado de Algés e na colocação do novo portão do Mercado de Oeiras, duas afamadas obras. -----

-----E também os novos ossários que vão aqui ter um momento, na inauguração, pelo Senhor Presidente e de fazer aqui esta referência, não só porque conseguimos mais ossários do que estávamos à espera, conseguimos quatrocentos e noventa e cinco ossários, o que para quem tinha duas dezenas de ossadas em espera vão finalmente poder ter a possibilidade de fazer o culto



Câmara Municipal
de Oeiras

de uma forma digna aos seus entes queridos, portanto, é também algo muito importante nesta parte do culto aos nossos familiares.”-----

14 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA JOANA BAPTISTA: -----

----- A **Senhora Vereadora Joana Baptista** informou a Câmara do seguinte:-----

----- “No dia vinte e nove de setembro, estive presente na visita de uma entidade brasileira de apoio às micro e pequenas empresas, em Alagoas e que se realizou no nosso Concelho. -----

----- Trata-se de uma entidade que visa apoiar e fomentar a criação, a expansão e a modernização das micro e pequenas empresas do Estado, capacitando-as para cumprir com eficácia o seu papel no processo de desenvolvimento económico e social. -----

----- A delegação que nos visitou era formada por cerca de vinte e sete membros das áreas de liderança dos ecossistemas de inovação de diversos Municípios do Estado de Santa Catarina. -

----- O programa teve início com almoço de boas-vindas na Adega do Palácio. Estes brasileiros adoraram conhecer o Palácio Marquês de Pombal, a nossa Adega e o nosso famoso vinho, de seguida visitámos o Parque dos Poetas, a empresa municipal Parques Tejo e a cidade do conhecimento Taguspark. -----

----- - No dia trinta de setembro, com a equipa do Departamento de Obras, projetistas, fiscalização, gestor do contrato, visitámos a obra do Fórum Municipal. -----

----- É uma visita que eu agora faço com muito mais frequência, certamente todos já perceberam que o edifício está a ganhar envergadura, estamos neste momento a betonar o sexto piso, havemos de chegar ao décimo quarto e só fechamos a estrutura lá para o mês de março ou abril.-----

----- Tem sido para mim um enorme privilégio ser Vereadora das Obras Municipais, é preciso dizer isto, porque isto é um projeto com vinte anos, na verdade, tive a sorte de poder com o pelouro das Obras Municipais concluir o projeto, lançar a obra e a obra estar em curso e é um privilégio para mim, um orgulho e uma satisfação e para toda a equipa poder visitar praticamente

todas as semanas, aquele bebé e vê-lo crescer. -----

-----Como é um projeto com vinte anos e foram feitas alterações cirúrgicas para que neste mandato nós puséssemos aquele projeto em obra, é óbvio, que há muitas alterações e reajustamentos que acontece em obra, desde a mudança dos pavimentos, revestimentos das paredes, instalações sanitárias, cozinhas, tudo está a mudar durante a decorrência da obra em termos daquilo que pode ser a arquitetura de interiores não diminuindo o desempenho da obra, está a ser uma satisfação generalizada para todas as equipas que intervêm neste processo. -----

----- - No dia dois de outubro, no âmbito das tradicionais festas de Queijas, estive presente na missa solene em honra do padroeiro da Freguesia São Miguel Arcanjo.-----

-----A missa solene assim como a procissão são sempre um momento de celebração e de união para muitos dos residentes na Freguesia de Queijas e não só, aqui não posso deixar de enaltecer aquilo que representa o Padre Alexandre nesta paróquia, é um verdadeiro líder, razão pela qual, a missa e a procissão são sempre um momento alto, cheio de pessoas, portanto, congratular esta postura, que nem sempre é uma postura generalizada, mas que pertence ao Padre Alexandre. -----

----- - No dia três, fui entrevistada pela estação de Rádio Antena Um, a entrevista versou essencialmente as mudanças na mobilidade que paulatinamente estão em curso em Oeiras e recordo a este propósito que as mudanças que pretendemos implementar em Oeiras ao nível da mobilidade são abrangentes e assentam em três pilares, eu vou concretizar até porque há uma das questões que a Vereadora Carla Castelo colocou e que será respondida desta forma.-----

-----O primeiro pilar, prende-se com o reforço da oferta de estacionamento, tanto para os munícipes como para aqueles que se deslocam a Oeiras, sejam trabalhadores, sejam visitantes, nós podemos ter a ideia abstrata de uma cidade sem carros, mas não é aquela que existe no presente, aquela que existe no presente é uma cidade com carros, porque todos nós nos deslocamos de carro. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Oeiras e todos os Concelhos do contexto metropolitano estão a fazer um caminho, mas Roma e Pavia não se fazem num dia e esse caminho é aquilo que todos nós sabemos, a Senhora Vereadora Carla Castelo não vem ensinar nada a este Executivo, estamos a fazer um caminho da mobilidade sustentável, que é um caminho de todo o País, assim como os países nórdicos já fizeram esse caminho a outro ritmo e apresentam uma boa aprendizagem, boas práticas que Portugal está a adotar. -----

----- Respondendo àquilo que foi colocado estão obras em curso no terminal rodoviário, foi um procedimento que a Câmara lançou, revogou a decisão de contratar, estamos a falar de um estacionamento que dá vazão a cerca de cento e vinte veículos e o que é que foi decidido? -----

----- Naquilo que é o novo modelo de atuação e o novo ciclo de desenvolvimento da Parques Tejo, este processo de obra transitou para essa empresa municipal e, para quem não conhece, o terminal é composto por duas naves, uma mais pequena e outra maior. -----

----- A nave mais pequena, aquela que está mais próxima do espaço público, está praticamente em condições de abrir o estacionamento, razão pela qual, a empresa municipal Parques Tejo está lá a fazer algumas obras cirúrgicas para que em dezembro de dois mil e vinte e dois se possa abrir esta primeira nave, são cerca de sessenta e cinco a setenta lugares. -----

----- Não se diminui a oferta de estacionamento do espaço público, pelo contrário, aumenta-se a oferta de estacionamento em Paço de Arcos, aliás, basta sairmos agora da reunião de Câmara, não é algo que a Vereadora Joana diz porque sim, basta sair da reunião de Câmara conhecer o território e aquilo que é o comportamento do cidadão, não há estacionamento às moscas Senhora Vereadora, eu convido-a a dizer e comprovar estacionamento às moscas em Paço de Arcos nesta zona, então na zona a sul da linha férrea desconheço, mas desconheço porque não existe, mas convido-a a sair desta reunião de Câmara e comprovar. -----

----- Por outro lado, na gestão, estamos sempre aptos a melhor gerir aquilo que é o estacionamento do espaço público, é óbvio, nós não dizemos aqui que fazemos uma gestão ideal

do espaço público, fazemos a gestão que é possível e todos os dias tentamos melhorar aquilo que é a gestão do estacionamento.-----

-----Um outro pilar do processo de transformação está relacionado com a mobilidade suave, vimos hoje moradores da Medrosa, em que a mobilidade suave não é só introduzir eixos cicláveis, para quem conhecia a Estrada da Medrosa eram duas faixas de rodagem com valetas e não comportava aquilo que é o conforto e a segurança urbana, que é um dos pilares de atuação estratégicos para este Município, que é as pessoas poderem andar em Oeiras com conforto e segurança, esta obra permite introduzir passeios, mas também eixos cicláveis.-----

-----Vamos agora desencadear também mais uma obra e eu espero que dentro de pouco tempo, a ligação daquilo que são duas Freguesias que não são cicláveis a não ser por carro ou transporte público e que são Porto Salvo e Barcarena, vai ser introduzida uma ciclovia entre Porto Salvo, a zona das oficinas de Vila fria e a zona de Leceia, o que vai aproximar de forma muito saudável duas Freguesias.-----

-----Por último, o terceiro pilar da nossa estratégia é o reforço da rede de transportes coletivos do nosso Município com os projetos em curso do LIOS e BRT entre Algés e Reboleira e a reativação do SATUO que já muito foi aqui abordado nestas reuniões do Executivo numa lógica tecnologicamente diferente do passado.-----

-----Nesta questão da oferta do transporte público e eu tenho estado presente em reuniões do Conselho Metropolitano, no último “briefing” que foi feito com o operador, a Viação Alvorada transmitiu-nos na semana passada que se mantém as dificuldades no que respeita aos recursos humanos.-----

-----Era necessária a contratação de cerca de trezentos elementos de nacionalidade brasileira, os mesmos ainda não chegaram na sua totalidade, vão chegar faseadamente entre o mês de outubro, novembro e dezembro e até dia dez de novembro a Viação Alvorada vai reunir outra vez com a empresa de transportes e com os Presidentes de Câmara de cada Município



Câmara Municipal
de Oeiras

Oeiras, Sintra e Amadora, no sentido de se confirmar se a operação vai efetivamente iniciar-se no dia um de janeiro ou não ou se, eventualmente, terá que ser novamente prorrogada, mas logo darei conta desta situação. -----

----- Não vou repetir algumas das visitas que os Vereadores Armando Soares e Pedro Patacho já mencionaram.-----

----- No que diz respeito ao FIC.A, o que é certo é que ele aconteceu com a intervenção de todos os Serviços e aconteceu muito bem e conseguiu-se perceber pela realização deste festival o potencial imenso que representa aquele equipamento, não só para outros eventos desta dimensão, mas também para acolher “startup”, algo que o Senhor Vereador Armando Soares está a trabalhar com as empresas que estão no LEMO, no Palácio Flor da Murta, mas também para a realização de feiras, exposições entre tantas outras situações.-----

----- - No dia onze, assisti acompanhada do Senhor Presidente à cerimónia de assinatura dos protocolos da criação das equipas de intervenção permanente dos corpos dos bombeiros do Município de Oeiras, nos Bombeiros de Carnaxide.-----

----- - No dia catorze, proporcionarmos uma prova de vinhos aos colaboradores da Parques Tejo, é fundamental que estes trabalhadores das empresas municipais sintam aquilo que é a atividade municipal, tenham contacto com a Administração da Câmara, tenham contacto com os colaboradores da Câmara e conheçam também o território, porque alguns deles nem sequer conheciam o Palácio nem tão pouco os jardins, nem a Adega, estes contactos são fundamentais fora do contexto profissional. -----

----- - No dia dezoito, visitei a antiga Escola Custódia Marques, no Bairro de Autoconstrução, em Porto Salvo, para verificar as condições para criação de um parque de estacionamento para cerca de cem lugares, é uma medida de natureza transitória e provisória até que o projeto, que está em curso, para o futuro novo Centro Escolar de Porto Salvo, com parque infantil e parque de estacionamento subterrâneo, esteja pronto. -----

-----Estamos a falar da Freguesia de Porto Salvo, do Bairro de Autoconstrução que, como sabem, tem imensos edifícios de habitação coletiva sem estacionamento subterrâneo, com imensas moradias que não proporcionam estacionamento, aliás, a carência é mais que muita, basta lá ir a qualquer hora do dia, embora se sinta mais no período noturno, este estacionamento é algo que é muito reivindicado pelos moradores daquela zona. -----

----- - Também visitei nesse mesmo dia o restaurante Torre Mar, na Praia da Torre, para aferir o estado das obras que o concessionário ficou obrigado a realizar, estamos a falar de um estacionamento que tem aproximadamente quarenta anos, já está desatualizado, obsoleto, vai entrar num processo de “extreme makeover”, fui lá com a respetiva equipa do Departamento de Ambiente para perceber o sentido das obras. -----

----- - No dia vinte e quatro, estive na inauguração dos dois murais alusivos à marinha portuguesa e, em particular, de homenagem ao Almirante Shultz Xavier, no Bairro dos Faroleiros, em Paço de Arcos. -----

-----Este trabalho surgiu na sequência de um pedido da Direção-Geral de Faróis na pessoa do Capitão de Mar e Guerra Pedro Miranda de Castro com quem eu tenho uma articulação muito próxima e muito simpática, o trabalho foi financiado no valor de doze mil euros pelo Município de Oeiras.-- -----

-----Para vosso conhecimento, porque eu própria também não tinha essa perceção, chama-se bairros faroleiros, porque efetivamente são casas de função para os faroleiros, quem lá vive são mesmo faroleiros. -----

----- - A Senhora Vereadora Susana Duarte falou na questão dos ossários e eu só vou complementar porque, de facto, é importante a obra que estamos a introduzir no Cemitério de Oeiras, embora pareça de menos importância. -----

-----No final do ano passado nós iniciámos a obra e, entretanto, eu fiz lá uma visita, são coisas que acontecem, como seja, reajustamentos e muitas vezes até trabalhos complementares,



Câmara Municipal
de Oeiras

mas são as vicissitudes. -----

----- Havia um projeto e esse projeto visava a criação/construção de cerca de trezentos ou quatrocentos ossários, não consigo precisar agora o número, o que é certo é que essa obra implicava o abate da totalidade dos cedros existentes naquele alinhamento do muro do Cemitério de Oeiras.- -----

----- Automaticamente e pelo respeito que temos neste Município pelo património arbóreo, essa obra foi automaticamente suspensa, eu solicitei ao Departamento de Obras e ao empreiteiro que me apresentassem uma solução técnica distinta, a obra esteve parada cerca de três ou quatro meses, foi reativada e o que é certo é que conseguimos firmar a construção de ossários, não abatemos uma árvore e ainda conseguimos acrescentar ossários a esta empreitada, é de louvar a intervenção de todos nesta temática. -----

----- - A Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho falou da questão do Plano de Poupança de Energia dois mil e vinte e dois/dois mil e vinte e três, onde foi divulgado no passado mês de setembro inúmeras recomendações, algumas de natureza obrigatória outras de natureza facultativa, designadamente, para a administração local e para o setor privado. -----

----- O Município de Oeiras já absorveu este plano poupança e respondendo em concreto não podemos absorver naquilo que é a totalidade da frota automóvel do Município, porque aquilo que são as viaturas operacionais não podem ser diminuídas naquilo que é a sua lavagem, porque senão comprometem a salubridade e sem a divulgação deste plano poupança de energia o Município de Oeiras já poupava energia, no que respeita à iluminação de Natal. -----

----- Todos os anos ela é desligada à uma da manhã, a única diferença que vai acontecer este ano, mas também e porque o Município de Oeiras adere a uma medida facultativa não é obrigatória, este ano aquilo que é uma tradição habitual que é ligarmos a iluminação de Natal no dia onze de novembro, não o vamos fazer, tal situação só vai acontecer no dia seis de dezembro até ao dia seis de janeiro, estará ligada entre as dezoito e as vinte e quatro horas, mas dizer que

este plano poupança materialmente o Município já o acolheu há muitos anos. -----

-----Por último, respondendo a uma questão que a Senhora Vereadora Carla Castelo colocou, não sei se na última ou penúltima reunião de Câmara, porventura poderá não ter sido respondida, dizer que todas as luminárias de iluminação de Natal são em “led”, a situação fica desde já esclarecida. -----

15 - INFORMAÇÕES - SR. VICE PRESIDENTE: -----

-----O **Senhor Vice-Presidente** prestou à Câmara as seguintes informações: -----

-----“No dia doze de outubro, estive presente na visita de sua excelência Senhora Ministra da Ciência e comitiva à abertura do FIC.A e aproveitei a oportunidade para dar os parabéns à organização do lado da Câmara que se esforçou pelo bom sucesso do empreendimento. -----

----- - No dia catorze, recebemos uma delegação da República de Angola, que esteve em vários locais do Concelho, que nos veio solicitar apoio em algumas questões legislativas, principalmente com planeamento e desenvolvimento urbano. -----

----- - No dia dezasseis, estive no “Oeiras Valley Air Show”, que foi um espetáculo extraordinário, com muita adesão por parte da população e que resultou em muitos elogios por parte da mesma nas redes sociais, não que nós olhemos para as redes sociais, tanto quanto deveríamos, se calhar, mas tivemos muito apoio da população que gostou muito da iniciativa. ----

----- - No dia dezassete, estive no nono aniversário da União de Freguesias de Oeiras São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, parabéns à União de Freguesias. -----

----- - No dia dezoito, teve lugar uma entrevista com os alunos do quinto ano da Oeiras International School, meninos de dez anos que queriam saber como é fazer parte de um Executivo Municipal. Um momento particularmente interessante do dia, o nosso dia é perdido com tanta coisa, que é pouco terna e aquele contrariou tudo o que é normal. -----

----- - Também no mesmo dia, em representação do Senhor Presidente, estive na abertura do ano académico dois mil e vinte e dois, dois mil e vinte e três, da Universidade Atlântica, que



Câmara Municipal
de Oeiras

precisa de espaço para crescer, está com problemas e dores de crescimento. -----

----- - No dia dezanove, dei outra entrevista para os alunos da Escola Val do Rio para a disciplina de Vídeo e Edição de Imagem, novamente, para saber o que é ser membro do Executivo Municipal.-----

----- - No dia vinte, assinei o protocolo e estive na abertura em representação do Senhor Presidente, do Centro de Inovação e Modernização Tecnológico do Exército, que teve lugar no âmbito das comemorações do Dia do Exército e que funcionará no Quartel de Paço de Arcos. ----

----- É uma instituição particularmente importante, para quem está atento ao que está a acontecer na Ucrânia, a guerra está a transformar-se substancialmente, chegando a um ponto, já se fala há alguns anos, de revolução dos assuntos militares que não é mais do que a integração tecnológica das tecnologias de informação e comunicação na arte da guerra. -----

----- Oeiras tem há muito tempo um peso relativamente importante na estratégia de segurança de Portugal, não é de hoje, não é deste século sequer, vem desde a formação da Fábrica da Pólvora de Barcarena, onde se produzia a pólvora para o exército português, mais tarde, o papel da Fundação de Oeiras, também com a defesa da linha da Costa, depois o Comando Operacional da NATO para o Mediterrâneo, estando estabelecido aqui em Oeiras, primeiro com a Cinciberlant e depois com a Cincsouthlant, hoje com a Escola de Cibersegurança da NATO. ---

----- O que é curioso é tentar perceber como é que esta evolução tecnológica da guerra esteve sempre presente em Oeiras e Oeiras esteve sempre presente nestas fases. -----

----- Naturalmente, não é muito estranho, olhando para a história de Roma percebendo como é que os militares estão fora da cidade, a cidade acabava aqui perto, portanto, as instituições militares estavam aqui perto, também por isso, pelo seu posicionamento, Oeiras estava nessa posição. -----

----- Por que é que Oeiras participa nisto? -----

----- O Senhor Vereador Pedro Patacho não se alongou muito, mas o “spill over”, o efeito

dos desenvolvimentos tecnológicos e técnicos da guerra para a sociedade são um dado objetivo e como também o são, a integração dos desenvolvimentos tecnológicos da sociedade civil na arte da guerra e Oeiras está no centro dessas questões técnicas e tecnológicas, basta estar atento e saber quais são as empresas ou multinacionais tecnológicas que trabalham com o setor industrial da NATO, que estão todas cá, portanto, mesmo que nós não percebamos, passa por aqui esta matéria. -----

----- - No mesmo dia, teve lugar o segundo Conselho Municipal de Segurança, por acaso, o tema era sobre cibersegurança e o orador foi o Professor Eduardo Vera Cruz Pinto, que fez uma intervenção absolutamente extraordinária, o Professor Eduardo Vera Cruz Pinto era o responsável pela parte jurídica da doutrina de cibersegurança da NATO até há poucos anos, portanto, é alguém que conhece profundamente estas matérias. -----

----- Eu aproveito para voltar a dizer que o Município de Oeiras é o único Município português que participa nos exercícios anuais do Centro Nacional de Cibersegurança do Gabinete Nacional de Segurança, portanto, estamos atestados e verificados pela mais elevada e mais segura instituição no âmbito da cibersegurança do País, isto data desde dois mil e dezoito. -----

----- - No dia vinte e dois, estive presente na celebração de aniversário da União de Freguesias de Algés, Cruz Quebrada e Dafundo em representação também do Senhor Presidente, parabéns também à União de Freguesias. -----

----- - No dia vinte e três, no domingo, estive na comemoração dos trinta anos do Grupo Canto e Dança do CCD de Oeiras, um momento particularmente bonito de encontro da família do Município de Oeiras. -----

----- - No dia vinte e cinco, ontem, participei em representação do Senhor Presidente no “webinar”, Transição Energética: o Papel Estratégico da Economia Azul, organizado pelo Jornal de Negócios, onde também tivemos oportunidade para falar um pouco do que Oeiras tem vindo a trabalhar nesta matéria e no cruzamento da transição energética do papel que queremos ter na



Câmara Municipal
de Oeiras

economia azul que tem vindo a ser desenvolvido pelo Senhor Vereador Pedro Patacho com muito êxito. -----

----- - E já hoje recebemos uma delegação da Câmara Municipal de Maputo, o Senhor Presidente da Câmara visitou a Câmara de Oeiras, foi recebido pelo Senhor Presidente, acompanhado de mim e da Senhora Vereadora Joana Baptista e depois tivemos uma reunião de trabalho com alguns Serviços para se inteirarem de algumas questões que interessam muito ao Município de Maputo. -----

----- Sobre as questões que a Senhora Vereadora Carla Castelo nos trouxe, da questão de transparência, há alguns anos fiz uma pós-graduação em direitos fundamentais, porque acreditava que precisava de aprender algumas coisas sobre direitos fundamentais e a questão da transparência é tentar perceber a diferença, o que é a transparência e o que é o “voyeurismo” que hoje habita na nossa sociedade, naturalmente que o Município de Oeiras cumpre tudo o que deve em matéria de transparência nos decisores políticos, tenho aqui informação que solicitei aos Serviços sobre esta matéria, no que respeita ao registo de interesse dos membros do Executivo, as declarações de rendimento e património dos membros do Executivo, assim como, as declarações de inexistência de incompatibilidades estão disponíveis para consulta presencial em horário de expediente na secretaria do Tribunal Constitucional, nos termos do artigo cento e oito e cento e onze, da lei vinte e oito, de oitenta e dois, de quinze de novembro. -----

----- As declarações patrimoniais dos membros do Executivo também estão disponíveis no mesmo local, de acordo com os artigos cento e oito e cento e onze, da Lei número vinte e oito, de oitenta e dois. -----

----- O que é que queremos dizer com isto? -----

----- Olhando a história do que são os direitos das pessoas e do que é formação dos regimes democráticos ocidentais, as nossas democracias são institucionais. -----

----- Quem deve verificar das sessões privadas das pessoas são as instituições

devidamente autorizadas para tal, sob pena de nós podermos cair numa sociedade em que tudo está sob suspeita e que tudo e todos podem ser vasculhados. -----

-----Naturalmente que a mim não me interessa particularmente entrar na casa de alguém e abrir as gavetas e vasculhar e ver a sua roupa interior, tal como não deve interessar a ninguém vasculhar as minhas gavetas que também não quero que sejam vistas. -----

-----Por outro lado, e em complemento a isso, também não quero que a informação da minha vida esteja aberta aos olhos de todos, para todos discutirem, se tiver importância para as instituições, as instituições munidas dos instrumentos para tal, têm todo o direito de as verificar, todas as declarações têm que estar onde devem estar, nos termos da lei, e é assim que é. -----

-----Nós quando tomamos decisões, devemos ter noção que as decisões têm consequências, assim como a maré, quando nós queremos surfar determinadas ondas, também tem consequências, não podemos querer surfar ondas e depois não querer apanhar com as consequências dessas ondas e com o populismo caímos nesta democracia de “voyeurismo” permanente sobre a vida alheia. -----

----- Também sobre esta questão das decisões, este prémio é muito interessante, “Município de Excelência para Viver em Igualdade”, ora, ainda hoje estávamos aqui a conversar com o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Maputo, estávamos a ver como foi transformado o Município de Oeiras. -----

-----Na semana passada, aproveitando também já que foi referido o Estudo da Fundação Manuel dos Santos, descobrimos que em Portugal há quarenta e quatro por cento de pobres sem apoio do Estado. -----

-----Esses quarenta e quatro por cento de pobres numa democracia devia ser uma vergonha e devia chocar qualquer pessoa, mas há razões para nós sermos pobres, tem a ver com o nosso atraso relativo, que não é de hoje e tem a ver com a natureza das nossas decisões. -----

-----Ontem, por exemplo, neste “webinar” sobre a transição energética, tive a



Câmara Municipal
de Oeiras

oportunidade de falar da importância da decisão de não explorar os recursos energéticos do mar português. -----

----- Hoje estamos a importar energia feita ou produzida com carvão de países terceiros, exportando as nossas divisas.-----

----- As decisões têm consequências, as decisões dos políticos têm sempre consequências, o Município de Oeiras, felizmente é um Município no qual as decisões, eu olho aqui para a expressão igualdade, são muitas vezes tomadas a pensar na igualdade, não na igualdade de iguais, não somos todos iguais, na igualdade considerando a desigualdade da partida tentar encontrar uma igualdade de chegada. -----

----- O que é que isto significa? -----

----- Significa introduzir políticas públicas que possam mitigar a dificuldade de algumas pessoas poderem ser bem-sucedidas na vida. -----

----- Ser pobre em Oeiras hoje, é muito diferente de ser pobre noutros lugares do País, goste-se ou não, quando se tem o acesso à habitação garantido, o Senhor Presidente diz muitas vezes, creio que é sua a expressão, quem não tem casa não tem nada.-----

----- Quando se garante a casa, quando se garante o acesso à educação e o acesso à educação não falamos apenas em termos de ter sido o primeiro Município português durante a pandemia a entregar equipamentos informáticos a todos os alunos do Concelho, que deles precisavam para poderem continuar a ter aulas, também não falamos, quando contratámos as plataformas para que pudesse haver aulas nas escolas públicas do Município de Oeiras, tentando permitir que os filhos dos pobres e os meninos do ensino público tivessem acesso à educação durante aquele período.-----

----- Falamos do passo seguinte que estamos a dar desde o ano passado, porque também é combater as desigualdades, permitir que os filhos das famílias pobres tenham acesso à educação, não conheço nenhum outro Município português onde isso seja feito, procurar que todos tenham

acesso ao ensino superior se assim tiverem vontade de o fazer, procurar a que cada pessoa seja permitido libertar o seu talento e explorar ao limite as suas capacidades.-----

-----Também combater a pobreza energética, como fizemos com os pobres do Concelho, no último ano, combater os idosos sem recurso que não têm possibilidade de pagar toda a sua fatura dos medicamentos, pagando isto há mais de dez anos atrás. -----

-----Recordar já que estamos a falar de dez anos atrás e já que estamos a falar em igualdade, como me divertiu agora o anúncio da Câmara Municipal de Lisboa e da Câmara Municipal de Cascais de lançarem um Fundo de Emergência Social. -----

-----Eu já na última campanha eleitoral ouvi o candidato à Câmara de Lisboa falar que ia fazer uma proposta muito inovadora, de Lisboa dedicar uma parte do orçamento à ciência, eu creio que ele não deve ter visto que nós já tínhamos dedicado um por cento do orçamento do Município de Oeiras à ciência, portanto, era sempre bom que citassem a fonte. -----

-----No caso concreto, agora de Lisboa e Cascais anunciaram a criação do Fundo de Emergência Social, também curiosamente, o Presidente da Câmara que o anunciou era Secretário de Estado do Governo que há dez anos atrás levou o Município de Oeiras a criar um Fundo de Emergência Social quando milhares de portugueses foram em consequência das decisões das políticas públicas, empurrados para a pobreza.-----

-----Este prémio viver em igualdade, eu sinceramente Senhor Presidente não sei como é calçar os seus sapatos e não sei como é que eu no seu lugar depois de tantos anos não me emocionaria a olhar para este prémio.”-----

16 - INFORMAÇÕES - SR. PRESIDENTE: -----

-----O **Senhor Presidente** prestou à Câmara as seguintes informações: -----

-----“Foi-me apresentado no dia treze de outubro o “Programa Oeiras Mar”. É mais um programa que eventualmente pode vir a sediar-se na área da investigação e de todo o conjunto de projetos relativos à economia azul, no nosso Concelho. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Em relação ao FIC.A já foi dita muita coisa, eu quero, neste momento, expressar publicamente o reconhecimento da Câmara Municipal a todas as equipas e a todos os trabalhadores do Município de Oeiras ligados, direta ou indiretamente, mas, particularmente os do Ambiente, da Cultura, das Obras, etc., que tiveram um papel fundamental na preparação daquele espaço e na organização de todo o evento. -----

----- Não posso deixar de expressar aqui este reconhecimento público a todos. -----

----- - No dia dezasseis estive presente na tomada de posse do novo pároco o Padre José Luís, para a paróquia de Caxias, que já era pároco em Paço de Arcos. -----

----- - Em relação ao “Oeiras Valley Air Show” a Senhora Vereadora Carla Rocha os números que referiu deve-se estar a referir às pessoas que estavam na Praia de Santo Amaro, naquela zona, porque, desde a Praia da Torre até à Praia de Paço de Arcos e não falando já naqueles que estavam nas redes sociais, em casa, a ver, portanto, houve muito mais gente a assistir a esse evento, que foi uma coisa extraordinária. -----

----- - No dia dezassete de outubro, tive a oportunidade de dar uma entrevista à Antena Um sobre a “Erradicação da Pobreza”, porque era o Dia Mundial da Erradicação da Pobreza e eu tive oportunidade de dar a nossa perspetiva sobre o problema da Educação, a Habitação, há toda uma série de instrumentos que são fundamentais para a erradicação da pobreza. -----

----- - No mesmo dia, decorreu o aniversário da União das Freguesias de Oeiras, Paço de Arcos e Caxias. -----

----- - No dia vinte e quatro comemorou-se o “Dia Mundial para a Igualdade - Encontro “Degraus para a Igualdade”, já agora visitem no Templo da Poesia os degraus para a igualdade, que é uma inovação de Oeiras. -----

----- - No mesmo dia teve lugar a inauguração das fachadas do Bairro dos Faroleiros. -----

----- - Dia vinte e cinco tive a oportunidade de fazer uma visita com o Senhor Secretário de Estado da Defesa ao Lar Académico do IASFA e ao Forte das Maias, esta visita há vários

meses que estava programada, foi possível realizá-la agora, mas insere-se num contexto em que se pretende fazer um levantamento do património militar aqui do Concelho, aquele que eventualmente pode ser disponibilizado, que a Câmara Municipal possa adquirir ou que possa ser rentabilizado, seja pela Câmara, seja pelo Estado, mas muito particularmente por utilização pública levada a cabo pela Câmara Municipal.-----

-----Ficámos de preparar esses elementos.-----

-----A Senhora Vereadora Carla Castelo referiu as questões relativamente aos contributos que lhe foram solicitados para as GOP.-----

-----Dei uma vista por alto, não vi nenhuma novidade, parece-me que a maior parte daquelas situações, a maior parte das medidas preconizadas, já são desenvolvidas pela Câmara, no entanto, admito que possa haver algum aprofundamento, como as salas de estudo, já temos várias salas de estudo, é sempre possível alargar mais salas de estudo, já está a ser apreciada pelos Vereadores e pelos Serviços e depois no momento oportuno vamos discutir isso.-----

-----Relativamente ao Professor Carrondo é uma pessoa que merece os maiores encómios por parte do Município e devemos tê-lo sempre em referência, porque realmente terá sido ele que mais se esforçou durante anos, por um lado, para sensibilizar a Câmara Municipal da importância que os Municípios e neste caso o Município de Oeiras podia ter no desenvolvimento da Ciência do nosso Concelho, mas, ao mesmo tempo, por outro lado da outra parte, maior disponibilidade manifestou nesse sentido, porque, durante muito tempo, havia, de facto, uma perspetiva muito fechada.-----

-----Nós também temos que ter consciência que nem sempre as instituições científicas, de investigação, se abriram à comunidade, mesmo que pudessem beneficiar de alguma coisa, aliás, de resto, isso mesmo hoje nós vemos, nós temos disponibilidade para investir no Hospital de Santa Cruz, são sete milhões de euros e ainda há dias recebi um telefonema do Ministro das Finanças a dizer-me que o melhor será ser a própria Câmara Municipal a fazer o investimento,



Câmara Municipal
de Oeiras

em vez de ser a Câmara a dar o dinheiro ao Estado, ao Ministério da Saúde, portanto, como veem ainda há muita dificuldade, porque há problemas com o Tribunal de Contas, quando estou farto de dizer aos Ministros, seja da Educação, seja da Ciência, que o problema se resolvia facilmente com uma alínea no Orçamento do Estado dizendo: “Os municípios portugueses podem contribuir, podem levar por diante obras em cooperação com a Administração Central, no âmbito da Ciência, da Educação, da Saúde”, estava o assunto resolvido, aliás, como surgiu há uns anos atrás, no âmbito da cooperação com municípios, chamada cooperação descentralizada, os municípios faziam cooperação descentralizada, mas era sempre um problema, porque havia sempre quem não entendesse, cuidado estão a fazer transferências para municípios de países de expressão portuguesa, onde é que está plasmada na lei essa possibilidade?-----

----- Foi criada então a possibilidade de os Municípios desenvolverem uma cooperação com os municípios de expressão portuguesa, no âmbito da chamada cooperação descentralizada.

----- De maneira que o Professor Carrondo teve esse papel e se nós vamos inaugurar, possivelmente, no próximo ano, a Residência para os Centistas deve-se exatamente ao Professor Carrondo porque foi ele o grande dinamizador dessa ideia.”-----

17 - RESPOSTAS ÀS INTERVENÇÕES DOS SRS. VEREADORES: -----

----- O **Senhor Presidente** antes de responder às intervenções dos Senhores Vereadores deu a palavra à Senhora Vereadora Carla Castelo. -----

----- A **Senhora Vereadora Carla Castelo** referiu o seguinte: -----

----- “Eu peço para termos todos em atenção o Regimento, que no artigo oitavo diz que os Vereadores no período antes da Ordem do Dia têm cinco minutos para fazer as suas intervenções, e eu esforço-me por fazer a minha intervenção em cinco minutos e sei que alguns Vereadores também se esforçam, mas outros não se esforçam, tivemos um Vereador que falou mais de vinte minutos, outro Vereador falou mais de dez minutos, uma Vereadora falou mais de quinze minutos e assim a reunião estende-se muito e eu peço que tenhamos todos esta atenção, para não

termos uma situação de pouca equidade, em que uns falam imenso e outros cumprem o tempo. --

-----Eu tinha pedido a palavra para responder ao Senhor Vereador Armando Soares, que eu não quis dizer que a Câmara não estava a cumprir, a Câmara está a cumprir a lei, aliás, ela zela sempre pelo cumprimento da lei. -----

-----Aquilo que eu propus foi ir um pouco além da lei, numa questão de transparência e de divulgar estes elementos que são entregues e os meus foram entregues precisamente dentro do tempo no Tribunal Constitucional. -----

-----Eu como Vereadora sem pelouro e sem funções executivas, não tenho qualquer problema em enviar uma cópia e em estar essa cópia no “site”, se todos os outros Vereadores e Vereadoras com pelouro e com funções executivas também divulgarem, não tenho qualquer problema, isso não é ver a minha roupa interior, isso é pura e simplesmente ver os meus rendimentos.”-----

-----O **Senhor Vereador Armando Soares** disse o seguinte: -----

-----“Apenas uma pequena correção. -----

-----Em vinte e dois de dezembro escreveu a Senhora Vereadora que tinha apenas o comprovativo de entrega que fez no Tribunal Constitucional e que não tinha cópia para poder fazer chegar aos Serviços. -----

-----Os Serviços, entretanto, em janeiro, escreveram ao Presidente do Tribunal Constitucional dando nota de que sabiam que todos os Vereadores tinham feito a sua entrega, mas que não tinham essas cópias na sua posse e gostariam que fosse comunicada a forma de obtenção de cópias desses documentos, mas também não recebemos nada.”-----

-----A **Senhora Vereadora Carla Castelo** acrescentou: -----

-----“Senhor Vereador nunca mais ninguém me disse nada, porque se tivessem voltado a enviar algum email a dizer que tinham dificuldade, em obter a cópia, eu teria ajudado, eu pessoalmente e acho que nenhum dos Senhores Vereadores tem a cópia, temos um comprovativo



Câmara Municipal
de Oeiras

em que entregámos, certo?-----

----- Bastaria os Serviços ou o seu gabinete ter-me pedido e eu iria lá buscar uma cópia.” -

----- O **Senhor Presidente** argumentou o seguinte: -----

----- “Cumpra-se a lei, cada um cumpra a lei que é o seu dever. Nesta matéria, eu não tenho mais nada a acrescentar. -----

----- Relativamente à questão dos tempos regimentais, a Senhora Vereadora Carla Castelo tem toda a razão e temos que alterar esse procedimento.-----

----- Eu próprio chamei a atenção já algumas vezes dos Senhores Vereadores e quando chamo a atenção, não pensem que eu o faço por considerar fastidiosas as intervenções que os Senhores Vereadores fazem, pelo contrário, eu fico encantado a ouvi-los, e eu estaria aqui a ouvi-los até à meia-noite e por aí fora, por uma razão muito simples, porque a informação que os Vereadores trazem para esta reunião é a vida deste Município e como o Município mudou. -----

----- Há trinta anos não era possível, há trinta anos, se calhar, um minuto de informações dizia tudo o que se passava no Município. -----

----- Hoje são precisas horas para dizer o que é que se passa numa semana neste Município, ou seja, a intensidade da atividade desportiva, da atividade cultural, da atividade social, é uma coisa extraordinária e, portanto, somos, de facto, o Município privilegiado no contexto nacional, é uma realidade e há uma minoria de detratores que contestam o modelo de desenvolvimento, etc., mas são aqueles que realmente mais usufruem deste modelo de desenvolvimento que, naturalmente, o criticam, porque são conservadores e pretendem a destabilização da situação que consideram de excelência, aliás, devo dizer que adoro prémios, sejam medalhas de prata, sejam as medalhas de cobre, sejam medalhas de ouro, prémios de excelência como este: “Município de Excelência para Viver em Igualdade”, não pensem que isto foi atribuído a trezentos e oito Municípios Portugueses, foi atribuído a vinte e quatro e depois foram atribuídas mais dez menções honrosas, portanto, seja na igualdade, seja no ambiente, seja

na cultura, seja no desporto, quando há prémios, Oeiras está lá. -----
-----Esta é que é a realidade. -----
-----Oeiras, de facto, é o Município de excelência a nível nacional e o Município que já está equiparado aos melhores da Europa e, portanto, quem viaja um bocadinho, apercebe-se que a qualidade de vida deste Concelho está ao melhor nível da Europa e é um orgulho para todos nós, mas há umas minorias ruidosas, que nunca estão satisfeitas e que têm de criticar por criticar. ----
-----Ontem com a Vereadora Joana Baptista, fomos visitar o escultor Vidigal, que está a fazer a escultura do Ruy de Carvalho e da Eunice Muñoz e quando regressávamos a Oeiras, eram para aí vinte horas, vinha encantado, porque cheguei ao Estádio Nacional e a fila de carros de Lisboa para Oeiras era enorme e fiquei encantado, porque de Oeiras para Lisboa era igual. -----
-----Há trinta anos, de manhã de Lisboa para Oeiras estava vazia e de Oeiras para Lisboa era brutal, e à noite era ao contrário, agora é uma enchente nos dois sentidos e à mesma hora. ----
-----Portanto, agora há um equilíbrio, isto quer dizer, que se não houvesse este modelo de desenvolvimento e se mantivesse o modelo que alguns defendem, Oeiras continuaria a ser um dormitório de Lisboa. -----
-----Oeiras deixou de ser dormitório há muito tempo. -----
-----Oeiras é um território de excelência, é um território que se qualificou, é um território que, no contexto nacional, tem equipamentos únicos.-----
-----Isto é tanto assim que, na realidade Municípios como Lisboa ou Cascais, hoje, citam medidas que nós temos há mais de dez anos, mas muito pior do que isso, o discurso é uma coisa, a retórica é uma coisa, outra coisa é a realidade, a realidade que vivemos no dia a dia e, portanto, nós vemos os Municípios à nossa volta que têm um discurso social absolutamente imbatível, mas, depois, têm milhares de famílias a viver em barracas e dizem que esse não é um problema de alojamento, não é um problema de habitação, é um problema de proteção civil, porque a vala abateu, ou pode abater, porque há construções de barracas em cima da vala e é um perigo, porque



Câmara Municipal
de Oeiras

se a vala abate aquelas famílias podem ter um problema grave, não falam no problema que é preciso construir casas para as famílias, o que é indigno é aquela situação.-----

----- Ora bem isso verifica-se em concelhos que fazem fronteira connosco, uns têm o Rio Tejo a separá-los outros não, outros são contíguos connosco, portanto, a realidade, de facto, é esta.-----

----- Oeiras é um território qualificado, com uma percentagem de equipamentos única, com pessoas altamente qualificadas, onde os pobres são tratados com dignidade, onde há igualdade.- -----

----- O esforço que o Município faz em relação à igualdade não é de agora, realmente começou a acentuar-se muito quando desenvolvemos a política de habitação, que visava dar dignidade à família, mas, quando universalizamos as bolsas de estudo, vocês viram valorizar as bolsas de estudo?-----

----- Eu não me apercebi que a comunicação social, ou outros Municípios valorizassem o esforço que a Câmara de Oeiras está a fazer, o acesso à universidade, em Oeiras, é universal, quem terminou o décimo segundo ano e não tem condições económicos para pagar as propinas, a Câmara paga. -----

----- Ao menos os nossos detratores, aqueles que não gostam do Concelho, ao menos esses deviam valorizar e dizer que aí está uma boa medida.-----

----- É interessante que muitos dos que criticam o modelo de desenvolvimento de Oeiras, que afinal é o que deu mais resultado ao nível deste País, porque se Oeiras há trinta anos ocupava o trigésimo segundo “ranking” no orçamento das condições de vida dos portugueses e hoje ocupa o primeiro, segundo, terceiro ou quarto lugar, oscila aqui nesta métrica, alguma coisa aconteceu, não foi por milagre. -----

----- Foi preciso trabalhar muito, muita gente trabalhou muito. -----

----- Eu fico muito satisfeito, felicito todos aqueles que contribuíram para este prémio e

cada vez que chegam prêmios destes, seja em papel mais rasca, seja papel mais “cochet”, seja uma medalha de cobre, pintada a ouro, ou pechisbeque, mas se lhe dão a cor adequada, seja como for o que importa é a simbologia e a simbologia está aqui o “Município de Excelência para Viver em Igualdade”.

-----Quero dar uma sugestão, porque eu fiz esta intervenção a propósito das intervenções demoradas neste período de informações dos Vereadores, obviamente que, como digo, é um encanto ouvi-los, porque traduz aquilo que é a vida deste Município.

-----Naturalmente que o objetivo é plasmar em ata aquilo que é a atividade do Município, é o nosso objetivo, nós, naturalmente, para quem está aqui na Câmara Municipal e, sobretudo, porque temos outras tarefas, temos deliberações a tomar, etc., prolongamos talvez de forma exagerada a duração desta reunião, de maneira que aquilo que eu sugeria era que de futuro os Senhores Vereadores quando tiverem informações mais demoradas que ultrapassam os cinco minutos, podem dar as mais importantes e aquelas que querem dar mais ênfase, aqui e o resto podem vir num texto e entrega-se o texto para publicar na ata e até facilita o trabalho do Serviço de Atas.”

-----A **Senhora Vereadora Joana Baptista** disse o seguinte:

-----“Só acrescentar o seguinte.

-----Tem que haver uma tolerância, porque os Vereadores que nesta reunião demoraram mais tempo abdicaram de dar informações na passada reunião.”

-----O **Senhor Presidente** acrescentou:

-----“E mais, o meu rigor na flexibilização do tempo, como calculam, tem alguma flexibilidade, naturalmente que um Vereador com pelouros justifica-se que fale mais do que um Vereador sem pelouros, portanto, a medida aqui, não é exatamente os cinco minutos, eu próprio, quando analiso essa situação tenho de ter esse grau de tolerância, agora o que também é verdade, é que uma coisa são cinco minutos, outra coisa são vinte minutos, e eu estou a dizer que é



Câmara Municipal
de Oeiras

possível nós encontrarmos aqui uma medida mais adequada, deixando a parte oral, os aspetos mais importantes e, quando há informações que ultrapassam esse tempo não custa nada ter um documento escrito e ser entregue aqui ao Serviço de Apoio, aliás, não é a primeira vez, há uns anos atrás já aconteceu o mesmo, começavam a falar, depois, a dada altura, às dezanove horas, ainda estávamos nas informações.-----

----- Isto é como a poupança energética.-----

----- Há trinta anos já se poupava energia, não pensem que é de agora, alguns descobrem a pólvora, mas há trinta anos, houve uma crise energética e nós aqui no caso de Oeiras, tivemos de desligar em cada quatro luminárias de rua, duas, desligávamos duas e ficavam outras duas, para reduzir o consumo, porque, na altura, havia uma crise do petróleo qualquer.-----

----- Estas coisas são cíclicas e é óbvio que não é cada um querer levar a camisola, quando estas coisas acontecem todos os Municípios, todas as instituições tomam medidas em simultâneo, porque o próprio Governo se tiver bom senso, faz regulamentos, despachos, resoluções a recomendar aos Municípios, às instituições, façam isto, façam aquilo e, portanto, qualquer um que fique de fora do esquema, obviamente, que não faz sentido, portanto, não vamos aqui também agora exagerar as coisas.-----

----- Estamos todos aqui para fazer bem, para fazer o melhor, para tomar as medidas mais adequadas, porque é esse o nosso papel.-----

----- Dá a impressão, às vezes, que um traz esta ideia como se estivesse a descobrir a pólvora e a descoberta foi há muito tempo e, por acaso, Oeiras teve um contributo fundamental no Século Quinze já havia a Fábrica da Pólvora “-----

18 - ATRIBUIÇÃO DE VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO PROFESSOR DOUTOR LUÍS MANUEL HENRIQUES DE OLIVEIRA ROLDÃO:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando

Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta verbal do **Senhor Vereador Armando Soares**, exarar em ata um voto de pesar pelo falecimento do Professor Doutor Luís Manuel Henriques de Oliveira Roldão, Doutorado em “Suficiência Investigadora” no Doutoramento em Direito Civil, na Universidade de Salamanca, era pós graduado em Gestão de Empresas, pelo SÍDEC, uma pós graduação em “Internacional Operations Management”, ocupou várias funções e será exaustivo estar a dizer todas, de modo que só vou destacar que era um prestigiado advogado, foi docente universitário, adjunto do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras entre dois mil e cinco e dois mil e sete, Presidente do Conselho de Administração da Parques Tejo, entre dois mil e sete e dois mil e treze e colaborou com a Câmara de Oeiras enquanto seu consultor jurídico. -----

-----Digo eu que tive o privilégio de ser seu amigo, que ele era uma personalidade de humor caustico, alguém com uma inteligência e uma cultura bastante acima da média, capaz de refletir sobre os temas mundanos, contemporâneos, mas também de pensar um pouco sobre o passado. --- -----

-----É alguém que me irá fazer muita falta, assim como ao Senhor Presidente e aqueles que dele foram amigos e que o amaram, o qual deverá ser transmitido à sua família.-----

19 - ATRIBUIÇÃO DE VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SUBCHEFE JOSÉ ANTÓNIO DOS SANTOS LEVITA, BOMBEIRO DA ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE OEIRAS: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta verbal da **Senhora Vereadora Susana Duarte**, exarar em ata um voto de pesar pelo falecimento do Subchefe José António dos Santos Levita, Bombeiro da Associação de Bombeiros Voluntários de Oeiras, que em boa hora lhe foi atribuída a Medalha de



Câmara Municipal
de Oeiras

Mérito Municipal - Grau Ouro, o qual deverá ser transmitido à sua família e à Associação de Bombeiros Voluntários de Oeiras.-----

20 - PROPOSTA Nº. 838/22 - GAM - RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO DO MUNICÍPIO DE OEIRAS (INCLUINDO OS RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS) - 2021: -----

----- I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** observou o seguinte:-----

----- “Suponho que é para fazermos uma apreciação do Relatório, já que da outra vez só coloquei as questões, mas não fiz apreciação, porque não tinha as respostas. -----

----- Globalmente o Relatório apresenta um ponto da situação que revela algumas falhas, alguns aspetos a melhorar na execução deste Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os riscos de corrupção e infrações conexas.-----

----- Relativamente à forma, a utilização de grafismo com tabelas poderia ajudar que a informação fosse mais fácil de ler e a ser o Relatório mais conciso, porque temos um Relatório com cerca de duzentas páginas. -----

----- Em termos de conteúdo, de realçar as preocupações e as recomendações do Gabinete de Auditoria Municipal, que não devem ser escamoteadas, mas não só a execução do Plano precisa de melhorar, como o próprio Plano necessita de melhorias, por exemplo, passando a incluir os Gabinetes dos Vereadores, que não se percebe por que é que ficam de fora deste Plano.

----- Quanto às questões que coloquei na reunião de vinte e oito de setembro e que enviei por escrito dia vinte e nove, percebi que tanto o Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, como o Código de Ética e de Conduta se encontram agora em revisão visando não só a sua adequação aos requisitos do Regime Geral de Prevenção de Corrupção, mas também visando a introdução de melhorias face às experiências até agora adquiridas e também às melhores práticas nesta área.

----- Também percebi que há uma perspetiva que esse processo de revisão possa ser concluído até julho de dois mil e vinte e três, que registo como positivo.-----

-----Também registei que após ter questionado sobre a existência de um canal de denúncias, previsto na legislação, o Senhor Presidente assinou um despacho a determinar a constituição de um Grupo de Trabalho para a implementação e o desenvolvimento do Regime Geral de Proteção dos Denunciantes de Infrações, que será o responsável por receber e dar seguimento às denúncias internas e externas, com a obrigação de confidencialidade, isenção e imparcialidade. -----

-----Gostaria de saber, porque não estava nas respostas que me foram remetidas, quando estará operacional esse canal para a receção das denúncias internas e externas.” -----

-----A **doutora Cristina Ferreira** esclareceu o seguinte: -----

-----“Neste momento já foi contratada, e isso constava do memorando, uma plataforma para assegurar os requisitos de confidencialidade e do anonimato, porque este Regime tem esta circunstância especial e que quer assegurada, e neste momento ainda não está implementado, porque temos que assegurar também a questão do Regime de Proteção de Dados, de modo que está a ser analisado pelo Encarregado de Proteção de Dados, não só os requisitos da plataforma, como também a política de privacidade, os termos e condições da mesma, e isso não pode ser feito de ânimo leve, como se compreenderá, e até podermos ter essa parte concluída, não poderemos passar para a fase de testes da aplicação e sendo assim, estamos nessa contingência para lançar a plataforma e tornar operacional a mesma. -----

-----O Encarregado de Proteção de Dados não depende hierarquicamente da instituição e estamos à espera desse parecer para poder avançar, tudo o resto está em andamento.” -----

-----II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o Relatório de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão do



Câmara Municipal
de Oeiras

Município de Oeiras (incluindo os riscos de corrupção e infrações conexas) - dois mil e vinte e um. -----

----- A sua posterior submissão ao órgão deliberativo para conhecimento. -----

----- O posterior envio do referido Relatório de Execução e do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão do Município de Oeiras para o Conselho de Prevenção da Corrupção e demais órgãos de superintendência, tutela e controlo. -----

----- A posterior divulgação do Relatório de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão do Município de Oeiras (incluindo os riscos de corrupção e infrações conexas) - dois mil e vinte e um a todos os colaboradores do Município, da “intranet” e da página oficial da “internet”. -----

----- Nos termos do artigo nono, números um e dois, da Lei número cinquenta e quatro, de dois mil e oito, de quatro de setembro. -----

----- Recomendação número um, de dois mil e nove, de um de julho, do Conselho de Prevenção da Corrupção, publicada no Diário da República, segunda série, número cento e quarenta, de vinte e dois de julho de dois mil e nove. -----

----- Recomendação número um, de dois mil e dez, de sete de abril, do Conselho de Prevenção da Corrupção, publicada no Diário da República, Segunda Série, número setenta e um, de treze de abril de dois mil e dez. -----

----- Recomendação número três, de dois mil e quinze, de um de julho, do Conselho de Prevenção da Corrupção, publicada no Diário da República, segunda série, número cento e trinta e dois, de nove de julho de dois mil e quinze. -----

----- Recomendação número três, de dois mil e vinte, de oito de janeiro, do Conselho de Prevenção da Corrupção sobre Gestão de Conflitos de interesse no setor público, publicada no Diário da República, segunda série, número cento e trinta e oito, de dezassete de julho de dois mil e vinte. -----

-----Artigo vigésimo quinto, número dois, alínea a), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Pontos dois ponto dois, dois ponto três e dois ponto quatro, do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão do Município de Oeiras.-----

21 - PROPOSTA Nº. 926/22 - DPM - AQUISIÇÃO POR OCUPAÇÃO DE VIATURAS ABANDONADAS E DOADAS: -----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, considerar adquiridos por ocupação e por doação os veículos constantes na lista junta ao processo, para posteriormente se proceder à respetiva venda à firma “Bentos - Gestão de Resíduos, Limitada”, revertendo o produto da venda para o Município de Oeiras. -----

-----Nos termos dos artigos centésimo sexagésimo terceiro a centésimo sexagésimo oitavo, do Código da Estrada, designadamente no artigo centésimo sexagésimo quinto, números quatro e cinco, artigo trigésimo terceiro, número um, alíneas cc), dd) e rr), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

22 - PROPOSTA Nº. 927/22 - SIMAS - ABERTURA DE PROCEDIMENTO POR AJUSTE DIRETO, AO ABRIGO DE CRITÉRIOS MATERIAIS, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DESTINADOS À AQUISIÇÃO DE OBJETOS POSTAIS - PD Nº. 250-SIMAS/2022: -----

-----I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** referiu o seguinte:-----

-----“O convite e o caderno de encargos não constavam como anexo à proposta, penso que de futuro seria importante anexar estes dois elementos, porque quanto à justificação de aplicação por motivos de urgência imperiosos resultantes de acontecimento imprevisível, não tenho nada a questionar sobre isso, mas estes elementos seriam importantes.” -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- A **Senhora Vereadora Joana Baptista** esclareceu o seguinte: -----

----- “No anexo três, página dezanove e página vinte e quatro constam tanto o convite, como o caderno de encargos, é uma questão de a Senhora Vereadora confirmar.” -----

----- A **Senhora Vereadora Carla Castelo** disse o seguinte: -----

----- “Não encontrei, peço desculpa.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar a abertura de procedimento por ajuste direto, ao abrigo dos critérios materiais, para a contratação da prestação de serviços destinados à aquisição de objetos postais, com consulta à empresa CTT - Correios de Portugal, Sociedade Anónima, pelo preço base de seiscentos e quinze mil e quarenta euros, isentos de IVA, com um prazo de execução de quatro meses, renovável, mensalmente, por igual período de tempo, num total de oito meses, a ocorrer de dezembro de dois mil e vinte e dois a julho de dois mil e vinte e três, ou até que seja outorgado o contrato referente ao concurso público aberto e em curso para idêntico fim, o qual à presente data se encontra pendente em juízo, por impugnação judicial de um dos concorrentes, devendo, face ao caráter plurianual da prestação de serviços em causa ser afeto para fins cabimentais o valor de setenta e seis mil oitocentos e oitenta euros, isento de IVA, ao ano de dois mil e vinte e dois, mês de dezembro e o valor de quinhentos e trinta e oito mil cento e sessenta euros, ao ano de dois mil e vinte e três, janeiro a julho - setenta e seis mil oitocentos e oitenta euros por mês. -----

----- As peças procedimentais, compostas por convite e caderno de encargos. -----

----- A celebração de contrato escrito. -----

----- A designação de gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a

execução do mesmo, em todos os seus aspetos, e ainda delegar no mesmo a adoção de todas as medidas conducentes à boa execução do contrato, nomeadamente, as necessárias à correção de desvios, defeitos ou outras anomalias, detetadas na sua execução, tendo como substituto, nas suas faltas e impedimentos, Assistente Técnica da (DAAC). -----

-----A delegação no Senhor Presidente do Conselho de Administração os eventuais atos de liberação de caucões, materializado nos ofícios de notificação do cocontratante e da entidade bancária, na sequência do definido no relatório de execução do contrato, elaborado pelo gestor do contrato. --- -----

-----Nos termos do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro.----- -----

-----Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho. ----

-----Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. -----

-----Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

23 - PROPOSTA Nº. 928/22 - SIMAS - CP 21194/2021 - PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO PARA EXECUÇÃO DA EMPREITADA DESTINADA À SUBSTITUIÇÃO DE REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO CASAL DA MIRA, FREGUESIA DA MINA DE ÁGUA, ZONA NORTE E ZONA SUL, CONCELHO DE AMADORA” - AUTORIZAÇÃO PARA A RECAPIMENTAÇÃO DO PROCEDIMENTO E APROVAÇÃO DE NOVA MINUTA DO CONTRATO - PD Nº. 251-SIMAS/2022:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar a autorização da recapimentação do procedimento e aprovação de nova minuta do contrato, relativa ao procedimento por concurso público para execução da empreitada destinada à substituição de rede



Câmara Municipal
de Oeiras

de abastecimento de água no Casal da Mira, Freguesia da Mina de Água, zona norte e zona sul, Concelho de Amadora”, adjudicada à empresa “Mafrágua, Limitada”.-----

----- Nos termos do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro.-----

----- Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho.-----

----- Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro.-----

----- Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

24 - PROPOSTA Nº. 929/22 - DOTPU - AQUISIÇÃO PELO MUNICÍPIO DE OEIRAS DO LOTE C14, NA FREGUESIA DE PORTO SALVO:-----

----- A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e voto contra da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar a aquisição do seguinte terreno, livre de pessoas, bens e quaisquer ónus ou encargos, no valor de seiscentos e oitenta e três mil seiscentos e onze euros:-----

----- - Prédio com área total de mil cento e oitenta vírgula trinta metros quadrados, situado em Porto Salvo, inscrito na Primeira Conservatória do Registo Predial de Oeiras na ficha número dois mil duzentos e quarenta, de doze de maio de dois mil e dez, secção número trinta e três e matriz predial número trinta e seis, da Freguesia de Porto Salvo.-----

----- O prédio confronta a norte com a Rua do Casal do Deserto, a sul e a nascente com a Rua Eça de Queiroz, a poente com a Avenida da Santa Casa da Misericórdia de Oeiras, tendo como titular a empresa GIME - Gestão Imobiliária, Sociedade Anónima.-----

----- Nos termos da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -

----- Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro.-----

----- Decreto-Lei número duzentos e oitenta, de dois mil e sete, de sete de agosto.-----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

25 - PROPOSTA Nº. 930/22 - DPE - EMPREITADA “39/DPE/19 - BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE OEIRAS - NOVO QUARTEL” - 8ª. REVISÃO DE PREÇOS: -----

-----Nesta votação não participou a **Senhora Vereadora Susana Duarte** devido a ausência momentânea. -----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar a oitava revisão de preços, no montante de cento e cinquenta e oito mil seis euros e noventa e nove cêntimos, sobre as faturas já emitidas pelo empreiteiro, Tecnorém - Engenharia e Construções, Sociedade Anónima, no âmbito da empreitada “Trinta e nove/DPE/dois mil e dezanove - Bombeiros Voluntários de Oeiras - Novo Quartel”. -----

-----Nos termos dos artigos tricentésimo, tricentésimo quadragésimo primeiro e tricentésimo octogésimo segundo, do Código dos Contratos Públicos.-----

-----Decreto-Lei número seis, de dois mil e quatro, de seis de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei número setenta e três, de dois mil e vinte e um, de dezoito de agosto, e Aviso número oito mil duzentos e quarenta e oito, de dois mil e vinte e um, publicado no Diário da República número oitenta e seis, segunda série, de quatro de maio de dois mil e vinte e um. -----

26 - PROPOSTA Nº. 931/22 - GCEO - CONSTITUIÇÃO DO MUNICÍPIO DE OEIRAS COMO COMUNIDADE DE ENERGIA RENOVÁVEL: -----

-----I - O **Senhor Presidente** alegou o seguinte:-----

-----“Esta proposta andou pelos Serviços a recolher pareceres e proponho a respetiva



Câmara Municipal
de Oeiras

aprovação, embora ela não tenha nada de novo, algumas das recomendações que são feitas na proposta estão neste dossier que aqui está e que foi elaborado no âmbito do Departamento de Habitação relativamente à cidade produtora de energia, que é uma comunidade de energia renovável. -----

----- Há pelo menos duas ou três escolas que a Câmara concessionou a instalação de painéis fotovoltaicos. -----

----- Esta proposta que a Senhora Vereadora Carla Castelo apresenta, de alguma forma, enfatiza a importância da criação da comunidade energética, não vejo nenhum problema, não é novidade nenhuma, é um trabalho que se está a fazer, só que não tinha havido ainda um impulso institucional da Câmara a dizer que vamos fazer aqui uma comunidade.-----

----- O estudo está todo aqui no que diz respeito à potencialidade energética do Concelho, não sendo novidade e só proponho a aprovação desta proposta, primeiro, porque a considero, de alguma forma, inócua e, por outro lado, porque não quero que a Senhora Vereadora Carla Castelo diga que votamos tudo contra o que ela apresenta, porque conforme ela não vota contra tudo o que nós apresentamos, nós também não votamos contra tudo o que ela apresenta e, sobretudo, votar contra esta proposta não faz sentido, mas votá-la a favor também não adianta nem atrasa, dá sequência àquilo que já está feito. -----

----- Isto é o mesmo que numa proposta de subsídio de medicamentos a cinquenta por cento, a Senhora Vereadora Carla Castelo propõe em vez de cinquenta vamos pagar sessenta, vamos alargar, é o que está aqui, proponho o assunto à vossa consideração, a votação é favorável.

----- A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** referiu o seguinte:-----

----- “O Partido Socialista também vai votar favoravelmente esta proposta, mas com a nota de que em conversa com vários Vereadores que aqui estão e que já têm avançado no sentido de candidaturas a apoios para constituição de comunidades energéticas, de facto, é uma proposta que vem já no sentido do trabalho que já está a ser feito, que já está a ser desenvolvido e que

pretendemos implementar aqui no Município de Oeiras, portanto, o voto do Partido Socialista é também favorável.”-----

-----A **Senhora Vereadora Susana Duarte** aludiu o seguinte: -----

-----“Relativamente a esta proposta o PSD também votará favoravelmente, até porque no âmbito dos seus pelouros, nomeadamente naquilo que são os mercados, estamos também com esta proposta para as GOP dois mil e vinte e três, faz sentido incluir isto tudo num grande chapéu e sei que também os restantes Vereadores estão a trabalhar nessa temática, fazemos aqui um apanhado do trabalho dos vários pelouros e coligamos aqui estas energias, parece-me fazer todo o sentido à semelhança daquilo que a Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho também disse.” -

-----A **Senhora Vereadora Carla Castelo** referiu o seguinte: -----

-----“Muito obrigada Senhor Presidente e Senhoras Vereadoras, pelo voto favorável que já aqui manifestaram ir dar. -----

-----Esta proposta tem a novidade introduzida por uma lei recente de o Município se constituir ele próprio como comunidade de energia renovável.-----

-----Nós sabemos que já há no Município, nomeadamente no Taguspark, uma comunidade de energia renovável privada lançada pelo Taguspark, mas o Município não se tinha constituído ainda como comunidade de energia renovável o que, no fundo, estava a perder toda a potencialidade que o Senhor Presidente disse e muito bem de todo o sol que incide no Município e agora esta proposta pretende de uma forma integrada e penso que os Serviços e a Vereadora responsável também por esta área irá trabalhar nesse sentido, passar dessa potencialidade à prática, produzirmos nós Município de Oeiras energia renovável, fotovoltaica, reduzindo o nosso consumo de energias fósseis e com essa poupança permitir usarmos esse dinheiro em melhoria da eficiência, em combate à pobreza energética, etc..-----

-----O Senhor Presidente disse que já tínhamos duas ou três escolas com instalações fotovoltaicas muito bem, qual é o número do parque escolar do Município?-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Muito maior, nós temos aqui um grande caminho para andar é muito bom se for aprovada, eu fico contente, não por mim, não por o Grupo Político Evoluir Oeiras e esta Vereação ter uma proposta aprovada, a primeira, mas sim pelo Município, porque estou em crer que será muito bom para o Município de Oeiras e também para os oeirenses.” -----

----- O **Senhor Presidente** referiu:-----

----- “Queria dar nota porque às vezes pensa-se que as decisões políticas não têm suporte técnico, que a Câmara decide por razões emocionais ou de natureza política, eu já há muito tempo que não faço isso e neste caso concreto, por um lado, porque estava a ser analisado este dossier que, aliás, estava de tal maneira a ser analisado que ainda não tive oportunidade de o ler todo, porque em função da leitura que eu for fazer disto irei decidir do ponto de vista conceptual quem é que fica com a eficiência energética e o contributo para adaptação às alterações climáticas decorrente da questão relativa à energia, se será a Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho ou a Senhora Vereadora Joana Baptista, uma delas irá ficar com essa área, em função da dimensão mais forte, qual é a componente conceptual se é a da operacionalização da situação, era um assunto que vínhamos a discutir há dois ou três meses. -----

----- Vou passar a ler o parecer dos Serviços: -----

----- “...A proposta de deliberação apresentada pelo Gabinete da Senhora Vereadora Carla Castelo, visa a eventual constituição do Município de Oeiras em Comunidade de Energia Renovável ao abrigo do Decreto-Lei número quinze, de dois mil e vinte e dois, de catorze de janeiro, propondo que se inicie o procedimento necessário para esse efeito.-----

----- Propõem ainda a criação de um Grupo de Trabalho Municipal, que analise as infraestruturas onde poderiam ser instalados os sistemas de produção de energia renovável descentralizados e que afirmam o impacto orçamental desta medida e estude o melhor modelo para a concretização de CER que agora propõe.-----

----- Os considerandos da proposta de deliberação, fundamentam, com base na política de

combate às alterações climáticas, a necessidade da disseminação da produção descentralizada de eletricidade a partir de fontes renováveis no consumo final de energia em dois mil e trinta, objetivo afixado no Plano Nacional de Energia e Clima para o horizonte dois mil e vinte e um/dois mil e trinta. -----

-----As fontes renováveis devem contribuir com pelo menos oitenta por cento de produção global de eletricidade para que se atinjam os quarenta e sete por cento de energias renováveis no consumo final de energia. -----

-----De referir, que o setor energético é responsável de mais de dois terços de emissões globais de gases com efeito estufa, o que justifica um investimento na produção descentralizada e local de energia a partir de fontes renováveis, como o sol e o vento. -----

-----O Decreto-Lei número quinze de dois mil e vinte e dois, de catorze de janeiro, estabelece a organização e funcionamento do Sistema Elétrico Nacional (SEN) e consagra a mudança do paradigma do SEN, que tem, necessariamente, de evoluir de um sistema assente em produção centralizada por um modelo descentralizado que enquadre no seu seio a produção local, as soluções de auto consumo, a gestão ativa das redes inteligentes e que assegure a participação ativa dos consumidores nos mercados. -----

-----É neste âmbito que são assegurados aos consumidores, os direitos de se tornarem auto consumidores e é consagrada a possibilidade de criação de Comunidades de Energia Renovável (CER) e de Comunidades de Cidadãos para a Energia (CCE).-----

-----As metas de descarbonização que o Município de Oeiras se propõe alcançar em dois mil e trinta, no âmbito do Pacto dos Autarcas, subscrito em dois mil e nove, exigem a adoção e promoção da produção elétrica descentralizada com base em fontes renováveis, pelo que a criação duma CER de iniciativa municipal poderá vir a constituir um forte catalisador e indutor da criação de outras CER no âmbito do Município e integrando outras entidades e os cidadãos residentes no Concelho de Oeiras.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Nestas condições a proposta da PD afigura-se interessante e suscetível de ser aprovada pela Câmara...”-----

----- A novidade é ser a Câmara a constituir-se como Comunidade Energética e é uma questão que vai ser estudada quando o objetivo da Câmara Municipal é constituir comunidades energéticas a nível do Concelho à semelhança do que fez o Taguspark, vamos estudar a possibilidade de ser a própria Câmara Municipal a constituir-se como tal.”-----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Castelo**, aprovar o início do procedimento necessário para a constituição do Município de Oeiras em Comunidade de Energia Renovável.-----

----- Criar um Grupo de Trabalho Municipal que analise as infraestruturas onde poderiam ser instalados no território de Oeiras os sistemas de produção de energia renovável descentralizado (fotovoltaica, eólica ou outras), que afira o impacto orçamental da medida e estude o melhor modelo para a concretização do proposto.-----

----- Nos termos do artigo vigésimo terceiro, número dois, alíneas b) e k) e artigo trigésimo terceiro, número um, alínea ee), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

----- Decreto-Lei número quinze, de dois mil e vinte e dois, de catorze de janeiro.-----

27 - PROPOSTA Nº. 932/22 - GCEO - MARGINAL SEM CARROS TODOS OS DOMINGOS E FERIADOS:-----

----- I - O **Senhor Presidente** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Quanto a esta proposta, proponho voto contra, uma vez que o próprio parecer dos serviços diz o seguinte: “O Gabinete da Vereadora Carla Castelo vem propor que sejam

desenvolvidos procedimentos necessários para concretizar o fecho da Avenida Marginal ao tráfego automóvel, todos os domingos e feriados. -----

-----Uma primeira abordagem desta questão, tem a ver com a jurisdição da Estrada Nacional Seis - Avenida Marginal: trata-se de uma estrada inserida na Rede Rodoviária Nacional, tutelada pela Infraestruturas de Portugal. -----

-----Assegura, para além das funções de ligação interna ao Concelho de Oeiras, as ligações intermunicipais entre Lisboa, Oeiras e Cascais. -----

-----Esta via não tem, no quadro da Rede Rodoviária atual, alternativa. Com efeito a A-Cinco, que assegura as restantes ligações intermunicipais, é portajada e, por isso, desdobrada por uma via não portajada, a Estrada Nacional Seis. -----

-----Para assegurar as funções de articulação/ligação interna ao Concelho de Oeiras, em substituição da Estrada Nacional Seis, seria necessário utilizar a rede principal/secundária do Concelho, que não assegura continuidade adequada, e as ligações intermunicipais não seriam asseguradas.-----

-----Com o completar da malha viária planeada no âmbito do PDM, nomeadamente com a construção da VLS - Via Longitudinal Sul e VLN - Via Longitudinal Sul, algumas ligações passariam a ser asseguradas em boas condições, embora não na totalidade, da zona ribeirinha do Concelho. - -----

-----O sucesso de iniciativas de fecho da Marginal em períodos limitados de tempo, aos fins-de-semana, como foi o caso referido nas considerações da proposta, ‘Mexa-se na Marginal’ e ‘Marginal sem Carros’, não constitui fundamento suficiente para o fecho total, ou partes, durante o fim-de-semana - sábado e domingo. -----

-----A segunda parte da proposta que visa criar um Grupo de Trabalho para estudar um Programa Municipal mais alargado que permita aplicar esta medida (fecho à circulação rodoviária) noutras vias/ruas ou zonas de cada uma das Freguesias do Concelho, parece mais



Câmara Municipal
de Oeiras

adequada, aí se incluindo a Estrada Nacional Seis, cujo encerramento, mesmo que limitado ao fim-de-semana ou partes deste, deverá ser objetivo de estudo adequado antes da decisão de encerramento.-----

----- Com efeito, com o objetivo de reduzir as emissões poluentes do tráfego rodoviário, poderá ser muito mais eficaz o encerramento de certas zonas urbanas que registam grandes concentrações de tráfego e por isso geram congestionamentos significativos, do que o encerramento da Estrada Nacional Seis que poderá, ao contrário, fazer aumentar o tráfego de atravessamento de várias zonas do Concelho gerando níveis de congestionamento elevados que agravariam significativamente o ambiente urbano nos vários polos do Concelho atravessados.----

----- Em suma, julgo ser de aceitar a proposta de desenvolvimento de um Programa Municipal alargado a todo o espaço municipal, que vise a promoção da redução e acalmia do tráfego rodoviário, por forma a reduzir os níveis de emissão de poluentes e ruído.” -----

----- Portanto, proponho a não aprovação desta proposta.”-----

----- Seguidamente, usou da palavra a **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho**: -----

----- “Relativamente a esta proposta em concreto, de facto, para nós, todos os domingos e feriados não temos a certeza que tenha efetivamente um efeito útil, porque não temos um estudo associado a esta proposta, que efeito é que o desviar este tráfego que existe na Marginal para outros locais tem cada um dos locais. -----

----- Não temos o parecer das entidades que também têm que se pronunciar sobre esta proposta.-- -----

----- Nós julgamos que poderia ser útil em Oeiras fechar ao fim-de-semana, aos domingos, algumas ruas, algumas zonas até mais dentro das zonas urbanas, onde as pessoas vivem o dia a dia e, ao fim de semana, poderiam aproveitar se tivessem espaços que estivessem fechados e dos quais pudessem usufruir junto das zonas onde vivem. -----

----- Enquanto que na proposta anterior a Câmara já tem alguns estudos que tem estado a

fazer e nós sabemos qual é o caminho que queremos relativamente às comunidades energéticas e, portanto, aprovámos a proposta, quanto a esta, julgamos que faltam muitos elementos que evidenciem que esta medida é efetivamente mais positiva do que outras que se possam tomar, como eu disse, nomeadamente nos aglomerados urbanos, nas zonas onde as pessoas vivem e, por isso, também iremos votar contra esta proposta.”-----

-----Interveio a **Senhora Vereadora Susana Duarte**:-----

-----“Quanto a esta proposta, o PSD tem alguma dificuldade em aprová-la assim, devido áquilo que a Senhora Vereadora do PS também informou, faltam aqui alguns pareceres técnicos que em todas as propostas nos confortam na decisão política e aqui, não sendo eu técnica da área, sou mera utilizadora como a maioria de nós, faz todo o sentido ter este conforto técnico. -----

-----Por outro lado, a minha experiência enquanto munícipe, em alguns eventos que tivemos, nomeadamente o “Air Show”, o trânsito ficou complicado porque havia uma série de vias que estavam em obras e a condicionante fez com que houvesse mais trânsito que o habitual em vias que normalmente não tinham trânsito, como a A-Cinco, durante o fim-de-semana. -----

-----Não digo que não seja possível, mas eu tenho algumas dificuldades, porque para o PSD faz, neste momento, mais sentido, e naquilo que é a gestão da cidade para nós enquanto partido político, aliás, estou já em conversações com o Senhor Presidente e talvez tenhamos visões ligeiramente diferentes em algumas coisas, mas noutras convergimos, por exemplo, nos centros históricos, que nos faz sentido fechar algumas ruas, mas eu tenho que dar alternativas, portanto, eu tenho medo que algumas condicionantes como esta possam inibir alguns fechos, não podemos ter sol em todo lado. -----

-----Temos que pensar, e o PSD tem sempre esta visão relativamente aos centros históricos, uma visão mais de proteção destes locais através do fecho de ruas, do que a Marginal. Se calhar há outras propostas, todos os partidos têm nos seus programas eleitorais várias reflexões complexas sobre, não o fecho, mas como é que o podemos tornar em espaço público e,



Câmara Municipal
de Oeiras

se calhar, esse é um caminho com o qual já conseguimos dar aos munícipes a mesma capacidade de se moverem dentro do espaço urbano, mas também o conforto urbano dentro dos centros históricos e a sua revitalização, que é também a nossa forma de ver a política local.” -----

----- Usou da palavra a **Senhora Vereadora Carla Castelo**:-----

----- “Nós consideramos que o fecho da Avenida Marginal é uma medida muito positiva aos domingos e aos feriados que, enfim, não são dias úteis, não são dias de trabalho para a generalidade das pessoas, é evidente que há quem trabalhe aos domingos e feriados. -----

----- Relativamente ao parecer dos Serviços, o Senhor Presidente leu-o, mas eu gostaria, depois se puderem reencaminhar, até gostaria de tê-lo tido antes, este parecer e o outro, porque teria sido útil lê-lo antes. -----

----- Aquilo que eu proponho, e parece-me que foi isso também o que os Serviços propuseram, e eu agradeço essa proposta, que realmente se faça esse trabalho, esse grupo de trabalho, para ver que ruas, que vias em Oeiras, já que a Avenida Marginal tem a oposição da maioria desta Câmara poderão ser, em vez de ser fechadas ao trânsito eu prefiro abertas às pessoas, à mobilidade pedonal e ciclável, durante os domingos e os feriados, portanto, parece-me que terá de ser por aí. -----

----- Eu muitas vezes oiço pessoas que dizem: “nós andamos todos de carro”, nem todos, eu tenho carro, mas é raro atualmente usar o carro. -----

----- Uso transportes públicos, neste momento, felizmente, tenho essa possibilidade pelo local onde estou a viver, de usar os transportes públicos e caminhar, andar a pé, por isso nem toda a gente usa carro. -----

----- Ninguém quer proibir as pessoas de usarem o automóvel, mas sim de lhes dar alternativas, nomeadamente nos dias de passeio, de encontro com a família, e a Marginal até tem ali o comboio que é uma das linhas ferroviárias com a paisagem mais bonita e, certamente, a mais bonita na Área Metropolitana de Lisboa.” -----

-----Volveu o **Senhor Presidente**:-----

-----“A criação deste grupo de trabalho que está aqui referido é absolutamente desnecessário, porque é um grupo de trabalho permanente que já existe e, portanto, esta análise que é apresentada pelo engenheiro Jorge Jacob, naturalmente que traduz aquilo que, numa circunstância em que não houvesse qualquer experiência de encerramento de artérias, fazia sentido estar a criar um grupo de trabalho.-----

-----Mais uma vez, parece que estamos a falar de novidades, lembro que a Rua Sete de Junho está fechada ao trânsito, é uma rua pedonal, já foi fechada há uns anos, a Rua Febus Moniz está fechada ao trânsito, aqui no centro histórico, e toda a gente sabe que não estão fechadas as Ruas Cândido dos Reis e Marquês de Pombal porque não há alternativa, porque o objetivo da Câmara há muitos anos é fechar essas ruas.-----

-----Vai ser fechado, na Rua Costa Pinto, o troço onde estava a Livraria Dani, tal como na zona de Algés está previsto o encerramento de alguns quarteirões, quando estiverem feitas as obras da Avenida dos Combatentes, da Rua Luís Camões, etc., portanto, põem um atestado de incompetência aos Serviços desta Câmara ao dizer que é preciso um grupo de trabalho para definir quais as artérias a fechar, que é feito à medida que é possível fazê-lo. -----

-----Por exemplo, fizemos uma experiência na Rua Marquês de Pombal, neste momento, temos um abaixo-assinado a pedir para manter as esplanadas e temos outro a pedir que sejam retiradas as esplanadas. -----

-----Obviamente, nós não vamos dar razão nem a um nem a outro, se retirarmos as esplanadas durante esta fase, não é pelo facto de haver um abaixo-assinado a pedir que se retirem as esplanadas, mas se se mantiverem também não o é. O que nós estamos a analisar é qual o impacto económico das esplanadas agora durante o inverno, se durante o almoço e o jantar nessas esplanadas não estiver ninguém, obviamente, não faz sentido ter ali esplanadas, mas se, realmente, estiverem cheias faz sentido.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Foi o que se fez em Algés, no mercado de Algés, foi avançando para os lados e foi enchendo, tanto que neste momento até está cheio de mais e estamos a ponderar a possibilidade de reduzir o espaço da esplanada, virado para a Praça Dom Manuel Primeiro. Sempre que, neste momento, se faz obras numa artéria, seja ela qual for, analisa-se a possibilidade de ela ser fechada parcial ou totalmente ao trânsito e ficar disponível para peões.-----

----- O problema da Marginal, claro que é uma ideia peregrina da Senhora Vereadora Carla Castelo e de outros, eu também adoraria que a Marginal fosse uma avenida, em vez de ter quatro faixas de rodagem, se fosse da Câmara, por exemplo, podia ser reduzida a duas faixas de rodagem.-- -----

----- Acontece que é das Infraestruturas de Portugal e nós estamos a negociar com as Infraestruturas de Portugal, há vários anos, a possibilidade de poder vir a ser transferida para a Câmara. --- -----

----- Quando for transferida para a Câmara, aí podemos tomar uma decisão, neste momento, não adianta estarmos aqui a chover no molhado e a dizer que é para fechar quando não é para fechar. Temos de ter alternativas, não podemos fechar e depois estar a intoxicar, a congestionar ruas estreitas, ruas que estão já dentro da própria localidade para termos a Avenida Marginal fechada, não faz sentido, tem que haver alguma coerência.-----

----- Demagogia e populismo aqui não podem ter lugar, fechar a Marginal era entrar na demagogia e no populismo que não faz sentido nenhum, era prejudicar os cidadãos, era prejudicar as pessoas, era prejudicar os peões, era prejudicar toda a gente. -----

----- Se, porventura, fosse possível, mas isso é a história de nós demorarmos cinco anos para ter um parecer para o desnivelamento da Marginal, que veio finalmente. Se fosse possível alargar os passeios, já era uma conquista extraordinária, em vez de quatro faixas de rodagem, manter uma faixa em cada sentido e alargar os passeios, não restam dúvidas de que estávamos a criar condições.-----

-----Na realidade, se repararem bem, nós iríamos ter ali passeios, por exemplo, com doze metros, seis metros de cada lado, quando neste momento, há zonas que nem sequer um metro tem, portanto, era transformá-la numa Alameda, mas isso agora depende das negociações, depende da disponibilidade do Estado e tudo isto demora muito tempo.-----

-----Aqui no centro da Vila, se virmos a estrada da Junção do Bem em direção ali ao centro de saúde, não há possibilidade de fecharmos aquilo.-----

-----Faz algum sentido trânsito aqui em frente a este edifício?-----

-----Não faz, então agora depois das obras do Palácio, que está lindíssimo, o que fazia sentido era fazer uma praça aqui em frente ao edifício da Câmara para as pessoas poderem circular.-----

-----Quanto às Ruas Marquês de Pombal e Cândido Reis, aliás, o projeto está pronto, vamos abrir o concurso público provavelmente no próximo ano, terá que ser por três fases, a Cândido dos Reis até à Igreja e depois da Igreja até à Polícia móvel e o objetivo dessa primeira fase é no troço desde a Polícia Móvel até à Caixa Agrícola, que neste momento tem trânsito nos dois sentidos, passar a fazer-se apenas no sentido ascendente, o que já vai permitir alargar os passeios, etc., mas criar condições para fechar ao tráfego e pedonalizar estas ruas passam por encontrar alternativas, enquanto não as houver, não há hipótese.”-----

-----II - A Câmara deliberou rejeitar, por maioria, a proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Castelo**, com os votos contra do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e voto a favor da Senhora Vereadora Carla Castelo, para desenvolver os procedimentos necessários para concretizar o fecho da Avenida Marginal ao trânsito automóvel, todos os domingos e feriados.---

28 - PROPOSTA Nº. 933/22 - SIMAS - CP 21045/2021 - EMPREITADA DESTINADA À “INSTALAÇÃO OU SUBSTITUIÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE



**RAMAIS DE LIGAÇÃO, NO CONCELHO DA AMADORA - ANOS 2021 A 2024” -
ALTERAÇÃO DA NOMEAÇÃO DO COORDENADOR DE SEGURANÇA EM OBRA E DO
DIRETOR DE FISCALIZAÇÃO DA OBRA - PD Nº. 259-SIMAS/2022: -----**

----- A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar a alteração da nomeação do coordenador de segurança em obra e diretor de fiscalização em obra destinada à instalação ou substituição de redes de abastecimento de água e de ramais de ligação, no Concelho da Amadora, adjudicada à empresa “Mafrágua, Limitada”. ----

----- Nos termos do Código dos Contratos Públicos. -----

----- Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho. -----

----- Decreto-Lei número duzentos e setenta e três, de dois mil e três, de vinte e nove de outubro. --- -----

----- Lei número trinta e um, de dois mil e nove, de três de julho, na redação dada pela Lei número quarenta, de dois mil e quinze. -----

**29 - PROPOSTA Nº. 934/22 - SIMAS - ADJUDICAÇÃO DO PROCEDIMENTO POR
CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO
DE COBRANÇA POR ENTIDADES EXTERNAS - PD Nº. 260-SIMAS/2022:-----**

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, autorizar a adjudicação do procedimento por concurso público internacional, para a aquisição de serviços de Gestão de Cobrança por Entidades Externas, à empresa CTT - Correios de Portugal, Sociedade Anónima,

pelo valor para os dois lotes, de um milhão duzentos e treze mil cinquenta e três euros e oitenta e quatro cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal aplicável, por um prazo de doze mais vinte e quatro meses de contrato, a ocorrer nos anos de dois mil e vinte e três, dois mil e vinte e quatro, dois mil e vinte e cinco e dois mil e vinte e seis, devendo, face ao carácter plurianual da aquisição, serem afetos para fins cabimentais os montantes de trezentos e setenta mil euros, ao ano de dois mil e vinte e três, de quatrocentos e quatro mil euros, a cada um dos anos de dois mil e vinte e quatro e dois mil e vinte e cinco e de trinta e cinco mil cinquenta e três euros e oitenta e quatro cêntimos, ao ano de dois mil e vinte e seis, todos acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, e demais atos nela referenciados. -----

-----A minuta do contrato escrito. -----

-----Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----

-----Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho. -----

-----Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. -----

-----Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

30 - PROPOSTA Nº. 935/22 - SIMAS - ADJUDICAÇÃO DO PROCEDIMENTO, NO ÂMBITO DO CONCURSO PÚBLICO, COM VISTA À CELEBRAÇÃO DE ACORDO-QUADRO, DESTINADO À EMPREITADA DE REMODELAÇÃO/EXECUÇÃO DE CAIXAS E INSTALAÇÃO DE TUBAGEM E ACESSÓRIOS EM VÁRIOS LOCAIS DE CONSUMO, NO CONCELHO DE OEIRAS - ANOS 2022, 2023, 2024 E 2025 - PD Nº. 261-SIMAS/2022: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar a despesa no âmbito do concurso público, com vista à celebração de Acordo-Quadro, destinado à empreitada de remodelação/execução de caixas e instalação de tubagem e acessórios em vários locais de



Câmara Municipal
de Oeiras

consumo, no Concelho de Oeiras - anos dois mil e vinte e dois, dois mil e vinte e três, dois mil e vinte e quatro e dois mil e vinte e cinco, à empresa “Mafrágua, Limitada”, pelo preço adjudicado de duzentos e trinta e três mil quinhentos e setenta e três euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, valor a suportar pelos SIMAS, enquanto entidade adjudicante, a desenvolver num prazo de execução máximo de mil e noventa e cinco dias, prevendo-se que o mesmo decorra entre novembro de dois mil e vinte e dois de outubro de dois mil e vinte e cinco.-----

----- Face ao carácter plurianual da empreitada em causa, ser a despesa afeta para fins cabimentais, nos seguintes termos: -----

----- -o valor de dezanove mil seiscentos e oitenta e três euros e setenta cêntimos, afeto ao ano de dois mil e vinte e dois;-----

----- -o valor de setenta e cinco mil euros, afeto ao ano de dois mil e vinte e três;-----

----- -o valor de setenta e cinco mil euros, afeto ao ano de dois mil e vinte e quatro; -----

----- -o valor de sessenta e três mil oitocentos e oitenta e nove euros e trinta cêntimos, afeto ao ano de dois mil e vinte e cinco, sendo todos os valores acrescidos de IVA à taxa legal em vigor. -----

----- A nomeação de Coordenador de Segurança em Obra. -----

----- A nomeação de Diretor de Fiscalização. -----

----- Nos termos do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----

----- Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho.-----

----- Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. -----

----- Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

31 - PROPOSTA Nº. 936/22 - SIMAS - AD 21052/2021 - APROVAÇÃO DA ORDEM DE SUPRESSÃO DE TRABALHOS PREVISTOS NO CONTRATO DE EMPREITADA DE “EXECUÇÃO DO COLETOR 59 - REMODELAÇÃO DA REDE DE SANEAMENTO NA

PRAÇA CENTRAL DE QUEIJAS, NO CONCELHO DE OEIRAS” - AJUSTE DIRETO - PD Nº.

263-SIMAS/2022: -----

-----I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** disse o seguinte: -----

-----“A proposta diz o seguinte: -----

-----“...Não tendo a Câmara Municipal de Oeiras emitido a licença para a segunda fase com o fundamento em razões de previsível forte impacto ao nível do volume de trânsito automóvel na zona, tornou-se impossível a prossecução dos trabalhos previstos para a segunda fase da empreitada, na zona da Rotunda que interceta o arruamento acima identificado e as Ruas João Vinte e Um e Duque de Terceira...”, a minha questão é se a obra do coletor deixou de fazer falta, ou seja, já não é necessário fazer o coletor?-----

----- E gostaria de saber quais os próximos passos.” -----

-----A **Senhora Vereadora Joana Baptista** explicou: -----

-----“A obra é muito necessária, mas é difícil recolher o melhor dos dois mundos em tudo, inclusive nas obras. -----

-----Esta obra foi executada naquilo que era o estritamente necessário, no que respeita à Praça de Queijas, e foram suprimidos, razão desta proposta, trabalhos no montante de setenta e sete mil e quinhentos euros, que irá para uma fase subsequente, ou seja, numa empreitada subsequente onde irá integrar a Rua João Iteperano Duarte, no fundo, isto já faz parte do plano estratégico/operacional dos SIMAS para os próximos anos, é uma obra que iremos discutir para as próximas GOP, porque é uma obra necessária.” -----

-----II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar a modificação contratual resultante dos trabalhos a menos, suprimindo da



Câmara Municipal
de Oeiras

lista de trabalhos objeto da empreitada “Execução do coletor cinquenta e nove - Remodelação da rede de saneamento na Praça Central de Queijas, no Concelho de Oeiras”, os que não foram realizados, no montante global de setenta e sete mil quinhentos e trinta e dois euros e oitenta e sete cêntimos, correspondente a trinta e cinco vírgula quarenta e cinco por cento, do valor do contrato. -- -----

----- O auto de supressão de trabalhos contratuais. -----

----- A minuta de adenda ao contrato número cinquenta e um, de dois mil e vinte e um.-----

----- A redução do valor da garantia bancária prestada pelo empreiteiro e do valor retido como reforço da garantia, para dez por cento e a libertação do restante valor. -----

----- A redução do cabimento e do compromisso, com libertação do saldo remanescente.--

----- Nos termos do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro----- -----

32 - PROPOSTA Nº. 937/22 - SIMAS - CP 20168/2020 - 8ª. REVISÃO DE PREÇOS PROVISÓRIA NO ÂMBITO DA EMPREITADA DESTINADA À CONSTRUÇÃO DO NOVO RESERVATÓRIO DO ALTO DE SANTA CATARINA, NO CONCELHO DE OEIRAS - PD Nº. 264-SIMAS/2022: -----

----- I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** alegou o seguinte:-----

----- “Já vamos na oitava revisão de preços, isto com um aumento de cerca de trezentos mil e setecentos euros, ou seja, dezasseis por cento face ao custo inicial, gostaria de perceber qual o prazo previsto para a conclusão desta obra, quantas mais revisões têm, se há alguma perspetiva que vá ser necessária para esta obra ir a bom porto. -----

----- Atenção, foi retirada informação após a primeira revisão sobre estas revisões subsequentes, porque não temos informação sobre o final da obra e era importante termos alguma ideia de qual o prazo para a obra ser concluída.” -----

----- A **Senhora Vereadora Joana Baptista** esclareceu o seguinte: -----

-----“Essa informação já veio ao Órgão Executivo no que respeita à prorrogação de prazo, estamos a falar de uma obra adjudicada à empresa SETH - Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, Sociedade Anónima, que tem sede no Concelho de Oeiras, o valor de adjudicação são dois milhões e quarenta e oito mil euros e, na verdade, já vamos na oitava revisão provisória no montante global e acumulado de trezentos e trinta mil euros. -----

-----Esta obra foi adjudicada por um prazo de quinhentos e quarenta dias, foi consignada a nove de agosto de dois mil e vinte e um e já foi presente ao Órgão Executivo uma prorrogação de prazo em quarenta e dois dias, o que leva à conclusão da empreitada para catorze de março de dois mil e vinte e três. -----

-----Esta obra vai a bom curso como qualquer obra que tem as suas vicissitudes, as suas alterações, os seus reajustamentos, não há nenhuma obra que não a tenha e melhor do que discutir esta obra muitas vezes aqui nas reuniões de Câmara não há nada do que ir ao território.--

-----Desde já, lanço-lhe o convite, porque vou lá em meados de novembro, que me acompanhe nessa visita e consiga perceber “in loco” que é o local onde melhor se tem uma perceção das obras, que a obra vai com bom ritmo, chegará certamente a março ou abril. -----

-----Se teremos mais revisões provisórias é provável que sim, porque a obra só será concluída em março, é provável que isso aconteça, o valor não sei Senhora Vereadora, não tenho aqui uma carta ou nenhuma bola de cristal à minha frente.” -----

-----O **Senhor Presidente** disse o seguinte: -----

-----“Acho que respondeu muito bem, nem depende de nós, por vezes, são colocadas aqui questões que dependem de todos menos deste Órgão, porque uma vez adjudicada a empreitada é legal a adjudicação. -----

-----Se é legal, a partir daí são os Serviços Técnicos da Câmara ou dos SIMAS que acompanham a obra e as vicissitudes que a obra tem, sejam revisões de preço, trabalhos a mais ou trabalhos a menos tudo decorre da própria lei.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Quem é que pode hoje respeitar prazos? -----

----- Eu não dou prazos a ninguém, com as vicissitudes que há a nível de mão de obra e de materiais, quem é que arrisca a poder dizer que a obra vai terminar em tal data? -----

----- Não é possível. -----

----- Por que é que a Senhora Vereadora Joana Baptista disse que todas as semanas ia ter uma reunião de obra no Fórum? -----

----- Não seria necessário todas as semanas, podia ser de quinze em quinze dias ou uma vez por mês, mas qual o porquê de ser todas as semanas? -----

----- É uma forma de pressão junto do empreiteiro para ver se as coisas não falham e avançam e para mostrar todo esse interesse. -----

----- Sabemos que há vicissitudes que nos ultrapassam e não é pelo facto de dizermos aqui que o prazo é este e que a situação vai ser cumprida, não adianta, isso é como aquela história da avalanche, no período a seguir ao Vinte e Cinco de Abril discutia-se muito a validade dos limites materiais da revisão da Constituição e, sobretudo, as forças políticas mais conservadoras em Portugal defendiam que havia um princípio da dupla revisão, primeiro tirava-se o artigo centésimo nonagésimo ou ducentésimo nonagésimo, já não me recordo bem e depois é que se revia a Constituição nos chamados limites materiais da revisão da Constituição.-----

----- Há uma conferência na Faculdade de Direito com o Professor André Gonçalves Pereira, o Professor Jorge Miranda e o Professor Freitas do Amaral cada um a explicar as suas ideias e a justificar com a doutrina, com tudo aquilo que um “Jurisconsult” deve fazer, todos falaram meia hora e o Professor André Gonçalves Pereira num minuto resolveu o problema, limitou-se a dizer no auditório que os limites materiais da revisão da Constituição são simples, coloquem uma tabuleta num monte branco na Suíça a dizer: proibido avalanches e ver se as há ou não. ---- -----

----- Há situações que não vale a pena. -----

-----Neste caso, proibir as revisões de preços, não adianta, estamos na oitava e qualquer dia aparece aqui a décima segunda e quantas mais serão, o edifício da Câmara vai ter algumas revisões de preços.”-----

-----A **Senhora Vereadora Joana Baptista** disse o seguinte: -----

-----“Atenção, estamos a falar de revisões de preços ordinárias, não estamos a falar de revisões extraordinárias que estão enquadradas ao abrigo do novo Decreto-Lei.”-----

-----O **Senhor Presidente** voltou o seguinte: -----

-----“Mas isso tem que ver com a atualização dos preços.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar a oitava revisão de preços provisória efetuada no âmbito do contrato de empreitada número trinta e seis, de dois mil e vinte e um, referente à construção do novo reservatório do Alto de Santa Catarina, no Concelho de Oeiras, no montante total de quarenta e um mil trezentos e cinquenta e nove euros e sessenta e quatro cêntimos, adjudicada à “SETH - Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, Sociedade Anónima”.-----

-----Nos termos do Código dos Contratos Públicos.-----

-----Código do IVA.-----

-----Decreto-Lei número seis, de dois mil e quatro, de seis de janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei número setenta e três, de dois mil e vinte e um, de dezoito de agosto.-----

-----Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho.-----

33 - PROPOSTA Nº. 938/22 - DDPE - CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO E ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À COMPANHIA DE ATORES



Câmara Municipal
de Oeiras

(CDA) PARA A REALIZAÇÃO DO “FALA-ME DISSO...” - CONCURSO DE TEATRO PARA ALUNOS DO 3º. CICLO DO ENSINO BÁSICO DO CONCELHO DE OEIRAS - 4ª. EDIÇÃO: ----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a atribuição de um subsídio no valor de cinquenta e cinco mil euros, à Companhia de Atores - Grupo de Teatro e Associação Cultural, para apoio à realização da quarta edição do Concurso de Teatro, para alunos do Terceiro Ciclo do Ensino Básico do Concelho de Oeiras, nos seguintes termos: ----

----- Primeira tranche em dezembro de dois mil e vinte e dois - treze mil setecentos e cinquenta euros; ----

----- Segunda tranche em janeiro de dois mil e vinte e três - treze mil setecentos e cinquenta euros; ----

----- Terceira tranche em março de dois mil e vinte e três - treze mil setecentos e cinquenta euros; ----

----- Quarta tranche na entrega do relatório final (espetáculo final) - treze mil setecentos e cinquenta euros. ----

----- Designar o Chefe da Divisão de Desenvolvimento da Política Educativa, como gestor do contrato, para acompanhamento permanente à execução do mesmo. ----

----- Os termos e condições da colaboração a estabelecer entre as partes constantes da minuta de protocolo. ----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alíneas d) e e) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. - ----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho.-----

-----Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Código do Procedimento Administrativo que remetem para os artigos quinto, número quatro, alínea c) e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Código dos Contratos Públicos.-----

-----Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto, quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto.-----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário artigos centésimo nonagésimo oitavo e ducentésimo décimo terceiro, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

-----Artigo trigésimo sexto, número um, conjugado com o artigo terceiro, da Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de trinta e um de agosto.-----

34 - PROPOSTA Nº. 939/22 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRO DOS NAVEGADORES PARA APOIO AO PROJETO BAIRO FELIZ:-----

-----I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** referiu o seguinte:-----

-----“É uma boa notícia este projeto no Bairro dos Navegadores, mas gostaria de saber se foi averiguada a possibilidade de replicação do projeto no Bairro Alto dos Barronhos, aliás, como é sugerido na informação.”-----

-----O **Senhor Presidente** questionou o seguinte:-----

-----“Está previsto replicar para outros bairros?-----

-----A **Senhora Vereadora Teresa Bacelar** respondeu o seguinte:-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- “Não. No Bairro dos Barronhos especificamente está a ser avaliado.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de comparticipação financeira à Associação de Moradores do Bairro dos Navegadores, no valor de sete mil duzentos e dezoito euros e oitenta cêntimos, para apoio ao Projeto Bairro Feliz. -----

----- A minuta de termo de aceitação.-----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea h) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.---

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

----- Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto e quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigos centésimo nonagésimo oitavo e ducentésimo décimo terceiro, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

----- Código dos Contratos Públicos, artigo quinto, número quatro, alínea c). -----

----- Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto. - -----

35 - PROPOSTA Nº. 940/22 - DCS - ACERTOS RELATIVOS AO PROCESSO DE

COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA ÀS JUNTAS DAS UNIÕES DE FREGUESIA E FREGUESIAS PARA FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE INFÂNCIA - 3.º TRIMESTRE DE 2021 - RETIFICAÇÃO: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a atribuição da comparticipação financeira à União das Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo no valor de vinte e quatro mil euros, uma vez que há valores em défice face ao montante atribuído para o terceiro trimestre de dois mil e vinte e um. -----

-----A reposição, por parte das Uniões de Freguesias, dos valores abaixo discriminados, uma vez que há valores pagos em excesso, face ao montante atribuído para o terceiro trimestre de dois mil e vinte e um: -----

-----União das Freguesias de Carnaxide e Queijas - mil e quinhentos euros;-----

-----Junta de Freguesia de Porto Salvo - sete mil e quinhentos euros. -----

-----Nos termos da alínea h), do número dois, do artigo vigésimo terceiro, alínea j), do número um, do artigo vigésimo quinto, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, na redação da Lei número cinquenta, de dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto. -----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março e, artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

-----Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Decreto-Lei número dezoito, de



Câmara Municipal
de Oeiras

dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro, na redação do Decreto-Lei número cento e setenta, de dois mil e dezanove, de quatro de dezembro. -----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e Processo Tributário. -----

36 - PROPOSTA Nº. 941/22 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À LIGA DOS COMBATENTES - NÚCLEO DE OEIRAS/CASCAIS:-----

----- I - A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira à Liga dos Combatentes - Núcleo de Oeiras/Cascais, no montante de treze mil e quinhentos euros, para apoio às atividades sociais que desenvolvem em prol dos ex combatentes que apoiam. -----

----- O termo de aceitação. -----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea h) e trigésimo terceiro, número um, alíneas u) e v), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. - -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

----- Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Código dos Contratos Públicos. ----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código de Procedimento e de Processo Tributário, e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

----- Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e três de agosto. -----

-----Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto.-----

-----II - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte declaração de voto:-----

-----“Os pedidos de financiamento das associações e coletividades deviam ser feitos num sistema comum e analisados com base num conjunto de critérios que garantam equidade na distribuição.” -----

37 - PROPOSTA Nº. 942/22 - DPE - EMPREITADA 07/DPE/2021 - REQUALIFICAÇÃO DO ANTIGO QUARTEL DOS BOMBEIROS DE PAÇO DE ARCOS - AUDITÓRIO JOSÉ DE CASTRO E UNIDADE DE SAÚDE” - APROVAÇÃO DA 4ª. REVISÃO DE PREÇOS: -----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar a quarta revisão de preços, no montante de sete mil noventa e oito euros e sete cêntimos, sobre as faturas já emitidas pela empresa “RESSA, Sociedade Anónima”, no âmbito da empreitada “Zero sete/DPE/dois mil e vinte e um - Requalificação do Antigo Quartel dos Bombeiros de Paço de Arcos - Auditório José de Castro e Unidade de Saúde”. -----

-----Nos termos dos artigos tricentésimo, tricentésimo quadragésimo primeiro e tricentésimo octogésimo segundo, do Código dos Contratos Públicos.-----

-----Decreto-Lei número seis, de dois mil e quatro, de seis de janeiro e Aviso número oito mil duzentos e quarenta e oito, de dois mil e vinte e um, publicado no Diário da República número oitenta e seis, segunda série, de quatro de maio de dois mil e vinte e um. -----

38 - PROPOSTA Nº. 943/22 - DOM - “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E/OU CORRETIVA DE TODAS AS FONTES, LAGOS, ESPELHOS DE ÁGUA E GEISER MARÍTIMO, DO MUNICÍPIO DE OEIRAS” - RATIFICAÇÃO DO ATO DE APROVAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA ENTREGA DA CAUÇÃO: -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar a ratificação do ato por si praticado, em regime de substituição do Senhor Presidente, de aprovação do pedido de prorrogação do prazo para prestação de caução, nos termos da informação número INT-CMO/dois mil e vinte e dois/vinte e um mil cento e trinta e cinco-UPGO, relativo ao procedimento de “Aquisição de serviços de Manutenção Preventiva e/ou Corretiva de todas as Fontes, Lagos, Espelhos de Água e Geiser Marítimo, do Município de Oeiras”.-----

----- Nos termos do artigo trigésimo quinto, número três, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

39 - PROPOSTA Nº. 944/22 - DDS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À PROATLÂNTICO - ASSOCIAÇÃO JUVENIL, NO ÂMBITO DA INICIATIVA “TU ÉS EUROPA”:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a atribuição da comparticipação financeira à ProAtlântico - Associação Juvenil, no valor de setecentos e sessenta e oito euros e quarenta e quatro cêntimos, para fazer face às despesas de alimentação e despesas com material para distribuição de comida e bebida, no âmbito da primeira edição da mostra gastronómica, música e dança, intitulada “Tu és Europa”.-----

----- A minuta do termo de aceitação.-----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea f) e trigésimo terceiro,

número um, alíneas u) e o), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-- -----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho.-----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

-----Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de trinta e um de agosto.-- -----

-----Artigos segundo, números um, dois e três, alínea c), terceiro, número um, quarto, quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto.-----

40 - PROPOSTA Nº. 945/22 - DDPE - TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR (AEC) - 2022/2023 - FINANCIAMENTO NO ÂMBITO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO E DA REORGANIZAÇÃO DA OFERTA POR INICIATIVA MUNICIPAL - CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a transferência, em duas tranches, do valor de setecentos e sessenta e quatro mil e cem euros, para as Associações de Pais e de Encarregados de Educação (APEE) e Instituições Particulares de



Câmara Municipal
de Oeiras

Solidariedade Social (IPSS), das verbas provenientes do financiamento das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) recebidas pelo Município, no âmbito da transferência de competências na área da Educação. -----

----- O valor da primeira tranche, a ser paga em outubro de dois mil e vinte e dois, é de duzentos e sessenta e sete mil quatrocentos e trinta e cinco euros e valor da segunda tranche, a ser paga em fevereiro de dois mil e vinte e três, é de quatrocentos e noventa e seis mil seiscentos e sessenta e cinco euros, com a distribuição pelas entidades parceiras. -----

----- A transferência, em duas tranches, do valor de duzentos e sessenta e cinco mil oitenta e cinco euros e oitenta e um cêntimos, para as APEE e IPSS, para participar os projetos, no âmbito dos Planos Nacionais de Promoção do Sucesso Escolar (PNPSE), apresentados pelos Agrupamentos de Escolas (AE), que excedem o valor financiado, no âmbito da transferência de competências na área da Educação. -----

----- O valor da primeira tranche, a ser paga em outubro de dois mil e vinte e dois, é de noventa e dois mil setecentos e oitenta euros e três cêntimos e o valor da segunda tranche, a ser paga em fevereiro de dois mil e vinte e três, é de cento e setenta e dois mil trezentos e cinco euros e setenta e oito cêntimos, com a distribuição pelas entidades parceiras. -----

----- A minuta de protocolo de colaboração a celebrar entre o Município, o Agrupamento de Escolas Aquilino Ribeiro e o Centro Social Paroquial Nossa Senhora de Porto Salvo. -----

----- Nos termos do número um e alínea d), do número dois, do artigo vigésimo terceiro, alínea u), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Decreto-Lei número vinte e um, de dois mil e dezanove, de trinta de janeiro, artigos décimo primeiro e trigésimo primeiro, da Lei número cinquenta, de dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto, alínea c), do artigo trigésimo nono e artigo quadragésimo. -----

----- Número três, do artigo vigésimo, da Portaria número seiscentos e quarenta e quatro-

A, de dois mil e quinze, de vinte e quatro de agosto.-----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigos centésimo nonagésimo oitavo e ducentésimo décimo terceiro, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

-----Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto, quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto.-----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março, e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

41 - PROPOSTA Nº. 946/22 - DGP - ATRIBUIÇÃO DO SUPLEMENTO DE PENOSIDADE E INSALUBRIDADE: -----

-----I - A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** referiu o seguinte:-----

-----“Relativamente à atribuição deste subsídio, o Partido Socialista concorda com a atribuição deste suplemento, mas gostaríamos de saber por que é que efetivamente não foram acolhidas as sugestões da Comissão de Trabalhadores e dos Sindicatos que se pronunciaram no sentido de incluir também outros trabalhadores que poderão também estar expostos a alguns riscos que são identificados para a atribuição deste suplemento.”-----

-----O **Senhor Presidente** explicou o seguinte:-----

-----“Os sindicatos às vezes querem ser o legislador e, acima dos sindicatos está o legislador, o Senhor Vereador Armando Soares vai esclarecer isso, mas, por enquanto, nós temos que nos guiar pelo legislador e não pelos sindicatos.”-----

-----A **Senhora Vereadora Carla Castelo** disse o seguinte:-----

-----“Uma nota para dizer que até ontem faltavam os anexos para análise, nomeadamente,



Câmara Municipal
de Oeiras

o parecer da Comissão dos Trabalhadores desta casa e do Sindicato de Trabalhadores do Município de Oeiras e dos outros do STAL, etc.. -----

----- É importante termos em conta, ainda que não sejam os trabalhadores e os sindicatos a fazer a lei, como o Senhor Presidente disse, é importante que sejam ouvidos e, por vezes, têm questões pertinentes a colocar. -----

----- A minha pergunta vai no mesmo sentido da pergunta da Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho, por que é que os trabalhadores da área funcional de carregador da DCAD - Divisão de Conservação e Administração Direta e os trabalhadores da DGEV - Divisão de Gestão da Estrutura Verde, nomeadamente do grupo da vinha e do vinho não foram abrangidos por este suplemento de penosidade e insalubridade, conforme os pareceres da Comissão dos Trabalhadores e também do Sindicato de Trabalhadores do Município de Oeiras.” -----

----- O **Senhor Presidente** salientou o seguinte:-----

----- “Bom, antes de passar a palavra, tenho que referir aqui que os pareceres da Comissão de Trabalhadores e dos Sindicatos são importantíssimos e são sempre ouvidos, o que eu disse foi outra coisa, é que nós temos de respeitar a lei.” -----

----- O **Senhor Vereador Armando Soares** esclareceu o seguinte:-----

----- “Esta Câmara Municipal tem uma excelente relação com todos os sindicatos e uma excelente relação com a Comissão de Trabalhadores, aliás, por maioria de razão a Comissão de Trabalhadores é a Comissão de Trabalhadores do Município, mal seria se não me desse bem com ela.-----

----- Relativamente aos sindicatos, também já fiz uma intervenção uma vez, que vou só visitar, uma das primeiras coisas que fiz quando fiquei com este pelouro, foi reunir com todas as estruturas sindicais, reuniões muito simpáticas com todas elas, e foi-lhes colocada a mesma pergunta:-- -----

----- Existe algum Município no País, de norte a sul que tenha alguma medida para os seus

trabalhadores, que consiga atender às suas pretensões e que o Município de Oeiras não esteja a fazer? -----

-----Se houver nós vamos imediatamente assumir. -----

-----Foi o desafio que coloquei.-----

-----Perguntei, fiquei à espera, continuo à espera, zero propostas a esse nível, porque a verdade é esta, o Município de Oeiras está na vanguarda e faz tudo pelos seus trabalhadores, desde sempre.-----

-----Posto isto, o que é que nós podemos dizer? -----

-----Porque é que nós não pagamos o suplemento de penosidade e insalubridade a todos os trabalhadores?-----

-----Simples, porque não é possível pela lei, é apenas isto e, naturalmente que os pareceres dos sindicatos e o parecer da Comissão de Trabalhadores muito gostaríamos nós de poder acompanhar, porque estranho seria se o Município que está na vanguarda em todos os apoios aos trabalhadores, a vários níveis, para além daquilo que o legislador prevê, o Município de Oeiras vai. -----

-----Como é que nós não conseguimos fazer esse pagamento, quando há trabalhadores que ganham os salários que todos conhecemos? -----

-----A grande parte deles, para não dizer todos, para aquilo que eles trabalham são muito miseráveis e para os que trabalham pouco são bons de mais, mas para aqueles que são a maioria, que são os que trabalham muito, são maus salários. -----

-----Porque é que nós não podemos fazer esse pagamento? -----

-----Porque o legislador, a nosso ver, até podemos achar que está mal, não previu essas funcionalidades. -----

-----O Seguro de Penosidade e Insalubridade, na nossa opinião, deveria abranger mais unidades orgânicas e não deveria ser restrito a assistentes operacionais, mas também a técnicos



Câmara Municipal
de Oeiras

superiores que trabalham e estejam expostos a graus de risco de exposição a agentes biológicos, entre outros, mas o legislador assim não entendeu. -----

----- Também convém dizer que a política de investimento do Município, também nessa matéria, para colmatar de alguma forma, foi de investimento em muitos equipamentos de proteção individual, porque também não podendo atribuir esse suplemento a todos eles, pelo menos dar-lhes as condições para que não possam de alguma maneira ser tão expostos aos riscos.

----- Portanto, é muito simples, a legislação diz claramente a quem é que pode ser atribuído e é exatamente a esses a quem se pode atribuir que nós atribuímos.-----

----- Há a categoria de jardineiros a quem nós gostaríamos de atribuir, aliás, houve um abaixo-assinado que depois foi respondido pela DGP - Divisão de Gestão de Pessoas, com pena nossa, não lhes pode ser atribuído, se calhar, no conjunto dos motoristas e já dialogámos muito sobre isto, há pequenas discrepâncias e nós achamos que alguns poderiam receber, outros não deveriam, mas nós temos que acompanhar a lei, “dura lex, sed lex”, a vida é isto. -----

----- Todos aqueles que podem receber, todos até ao limite, todos recebem, os que não recebem é porque a lei não o prevê. -----

----- E deixem-me que diga Senhoras Vereadoras, porque este tema foi muito discutido no seio da Câmara, volto a repetir, desde o Gabinete Jurídico, aos pareceres de advogados com quem trabalhamos sem darmos nenhuma orientação nesse sentido o caminho é sempre o mesmo, nós tentamos procurar sempre a forma da lei poder ser o mais simpática possível para os trabalhadores do Município, lamentavelmente não há espaço para isso, portanto, é apenas isso, cumpre-se a lei.” -----

----- **O Senhor Presidente** referiu o seguinte: -----

----- “Ainda hoje estava a sair de casa e estavam a remover uma árvore em frente à minha casa, na Alameda Fernão Lopes, estavam lá uns sete ou oito trabalhadores e vem um motorista ter comigo perguntar porque é que ganhava menos que um motorista que estava na DLU -

Divisão de Limpeza Urbana, ele fazia a recolha das podas das árvores que os trabalhadores da Câmara podam, o outro motorista fazia a recolha das podas que os particulares realizam nos seus quintais e que põem à porta, perguntava-me ele qual é a diferença.-----

-----Eu comecei a pensar no que é que estaria na cabeça do legislador e, de repente, ocorreu-me, disse-lhe, não faço ideia, mas admito que se calhar é porque na recolha dos resíduos junto às portas dos particulares, eventualmente, haja algum lixo indiferenciado, algumas tábuas velhas, por exemplo, ou coisas do género e o legislador tenha tido isso em conta, parece-me muito sofisticado esse pensamento, mas pode ter considerado o legislador que havia mais fatores de contaminação, de insalubridade do que propriamente o jardineiro que está a podar. -----

-----Quer dizer, o jardineiro que está a podar uma árvore, não corre riscos de insalubridade, não estamos a falar de penosidade, o risco de insalubridade que o indivíduo que está na recolha dos resíduos que são colocados por particulares pode ter. -----

-----Mas depois põe-se o problema, é que ele, por acaso, até é motorista e os motoristas, hoje, a maior parte das vezes não saem do carro, portanto, porque é que o motorista numa circunstância tem o subsídio de risco e no outro não tem? -----

-----Ora, este é um problema que qualquer pessoa minimamente inteligente vê, o legislador não é inteligente?-----

-----O que é que está na cabeça do legislador quando faz leis destas que geram uma injustiça extraordinária e depois quem gere no terreno tem uma dificuldade enorme para explicar às pessoas, porque esse funcionário queria que eu lhe explicasse o porquê, e eu tive de dizer, olhe eu também não sei, provavelmente o legislador que fez a lei não estava bem dentro do assunto. --

-----Reparem, este assunto já foi posto por nós à Associação Nacional de Municípios, à Direção-Geral da Administração Local, já pusemos isso tudo, mas ninguém nos dá respostas.”---

----- **O Senhor Vereador Armando Soares** salientou o seguinte: -----

-----“Só uma nota para o Senhor Presidente e para os Senhores Vereadores,



Câmara Municipal
de Oeiras

nomeadamente as duas Senhoras Vereadoras que levantaram esta questão, para verem o nível de detalhe a que nós fomos, nós até tentámos porque havia uma possibilidade dos asfaltadores receberem, mas feita a análise toda, não podíamos pelo simples motivo deles não aplicarem massas frias, ou seja, isto são questões altamente complexas. -----

----- Se me permitem o meu ponto de vista, se eu acho que é injusta a lei? Acho, não é só esta, acho outras, mas neste caso é injusto.-----

----- O que é que eu posso dizer?-----

----- Lançar o repto à Senhora Vereadora Susana Duarte, do Partido Social Democrata, à Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho, do Partido Socialista e à Senhora Vereadora Carla Castelo, os partidos que apoiam a Coligação é o Bloco de Esquerda e o Livre, têm assento parlamentar, portanto são quatro partidos com representação parlamentar, entendam-se e melhorem a vida dos funcionários públicos, nomeadamente nestas questões, porque nós não podemos resolver, nós queremos ir mais além, mas não podemos.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Armando Soares**, aprovar a atribuição em dois mil e vinte e dois, do Suplemento de Penosidade e Insalubridade (SPI), aos quinhentos e quarenta e oito trabalhadores da carreira geral de Assistente Operacional que atualmente exercem as funções de que resulte comprovada sobrecarga funcional que potencie o aumento da probabilidade de ocorrência de lesão ou um risco potencial agravado de degradação do estado de saúde, bem como aos trabalhadores que venham a ocupar postos de trabalho que se enquadraram nas mesmas áreas funcionais, em conformidade os níveis de risco previstos no mapa de pessoal, independentemente da modalidade de vínculo. -----

-----A manutenção dos critérios e as áreas funcionais aprovadas para dois mil e vinte e um. -----

-----Os efeitos a um de janeiro de dois mil e vinte e dois. -----

-----Nos termos da Lei número trinta e cinco, de dois mil e catorze, de vinte de junho. ----

-----Lei número doze, de dois mil e vinte e dois, de vinte e sete de junho. -----

-----Decreto-Lei número noventa e três, de dois mil e vinte e um, de nove de novembro. -

42 - PROPOSTA Nº. 947/22 - DPE - EMPREITADA 21/DPE/2020 - REABILITAÇÃO E RESTAURO DA CASA DA QUINTA DOS SETE CASTELOS - TRABALHOS COMPLEMENTARES E PRORROGAÇÃO DO PRAZO DA EMPREITADA:-----

-----I - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar os trabalhos complementares, nas quantidades apuradas, perfazendo um total de trezentos e oitenta e quatro mil quatrocentos e cinquenta e dois euros e noventa e cinco cêntimos, correspondente a dezoito vírgula quarenta e quatro por cento do valor da empreitada, “Reabilitação e Restauro da Casa da Quinta dos Sete Castelos”, em Santo Amaro de Oeiras, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, adjudicada ao Consórcio “Signinum - Gestão de Património Cultural, Limitada & DGPW, Sociedade Anónima”. -----

-----A prorrogação do prazo de execução da empreitada em trezentos e vinte e cinco dias, nos termos legais. -----

-----A formalização de adenda ao contrato e envio para Tribunal de Contas. -----

-----Nos termos do artigo vigésimo sétimo, número um, alínea b), da Lei número trinta, de dois mil e vinte e um, de vinte e um de maio.-----

-----Artigos tricentésimo décimo primeiro, número um, alínea c), tricentésimo décimo



Câmara Municipal
de Oeiras

segundo, alínea c), tricentésimo décimo terceiro, números um e três, alínea b), tricentésimo quadragésimo quarto, número três e tricentésimo septuagésimo e seguintes, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro, décimo oitavo, número um, alínea b) e vigésimo primeiro, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho.-- -----

----- Artigo trigésimo terceiro, número um, alínea bb), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Artigo centésimo septuagésimo terceiro, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro.-----

----- II - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “O prazo desta empreitada passou de trezentos e sessenta e cinco dias para oitocentos e quarenta e quatro. Os motivos apresentados pelo empreiteiro e, pelos vistos, aceites pela fiscalização e pela Câmara não são imputáveis ao empreiteiro e resultam de uma deficiente avaliação das condições de execução do projeto.-----

----- Para além do adiamento do usufruto deste equipamento e do agravamento de custos pela necessidade de executar trabalhos complementares (dezoito vírgula quatro por cento), a prorrogação do prazo de execução tem fortes reflexos no custo da empreitada a suportar pelo Município, isto é, pelos munícipes.-----

----- A permanente necessidade de rever os projetos aprovados pela Câmara, deve suscitar uma reflexão do que possa estar a falhar na elaboração e/ou apreciação dos projetos, porque daí resultam agravamentos de custos que prejudicam o Município, e que devemos evitar.”-----

43 - PROPOSTA N.º 948/22 - DOM - P.º 2020/199-DEM - REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DA EMPREITADA DE “LIMPEZA E MANUTENÇÃO DE COBERTURAS DOS EDIFÍCIOS E MERCADOS DE OEIRAS”: -----

----- A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do

Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a reprogramação financeira do contrato de empreitada de obras públicas número quinhentos e setenta e três, de dois mil e vinte e um, respeitante a “Limpeza e manutenção de coberturas dos edifícios e mercados de Oeiras”, adjudicada ao concorrente “Casadarte - Construção Civil, Limitada”, nos seguintes termos: -----

-----Dois mil e vinte e dois - cento e noventa e cinco mil novecentos e treze euros e oitenta e um cêntimos; -----

-----Dois mil e vinte e três - trezentos e trinta e seis mil trezentos e cinquenta e cinco euros e seis cêntimos. -----

-----Nos termos das alíneas d) e dd), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

44 - PROPOSTA Nº. 949/22 - DOM - Pº. 2021/82-DGEP - 2ª. MODIFICAÇÃO OBJETIVA DO CONTRATO DE “FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ILHAS ECOLÓGICAS NO CONCELHO”: -----

-----I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Questiono, a propósito desta questão das ilhas ecológicas, por que é que a Câmara optou por ter contentores para os bio resíduos com um cartão magnético e contentores específicos e gostaria de saber se houve alguma análise custo/benefício, algum estudo que demonstre a vantagem deste equipamento relativamente à utilização dos contentores indiferenciados com sacos próprios de cor diferente.-----

-----Isto porquê? -----

-----Porque na visita à TratoLixo, que foi feita com os deputados municipais, foi informado que os bio resíduos podem perfeitamente ser colocados no contentor do lixo



Câmara Municipal
de Oeiras

indiferenciado, sendo depois feita uma triagem por leitura ótica.-----

----- Esta informação foi prestada e, para mim, parece-me importante perceber se foi feita a avaliação custo/benefício para a Câmara optar por contentores específicos com o cartão magnético para as pessoas utilizarem para por os bio resíduos, se há demonstração de uma recolha de muito mais quantidade de bio resíduos face à utilização do contentor normal, mas com saco diferente. -----

----- Aguardo, também, os elementos que pedi já há mais de duas semanas sobre a questão dos resíduos.”-----

----- Interrompeu o **Senhor Presidente:** -----

----- “E ainda vai demorar mais quatro ou cinco, a uma média de cinco ou seis requerimentos que faz por dia.”-----

----- Volveu a **Senhora Vereadora Carla Castelo:** -----

----- “Senhor Presidente, é importante sermos rigorosos. Eu não apresento nunca cinco ou seis requerimentos por dia, o máximo que eu apresentei por dia foram dois, eu agora até faço os requerimentos com o número barra o mês e, neste mês apresentei cinco requerimentos, já vamos no dia vinte e seis de outubro, portanto, as contas que o Senhor Presidente está a fazer não são rigorosas.”-----

----- Esclareceu a **Senhora Vereadora Joana Baptista:**-----

----- “Esta empreitada em específico, é uma empreitada do Departamento de Obras Municipais, mas a pedido do Departamento de Ambiente e Qualidade de Vida, é esta a interligação que existe entre os departamentos. -----

----- Esta empreitada, que tem um montante de cerca de setecentos e cinquenta mil euros, está, neste momento, praticamente a terminar e visou instalarmos equipamento enterrado nas zonas com maior densidade populacional, dou o caso de Carnaxide, no Alto dos Barrinhos, na Portela, na zona do Taguspark, na zona do Moinho das Antas, na zona do Fórum, portanto, são

zonas com grande densidade populacional, mas que também têm restauração, cafetarias, razão pela qual nesses equipamentos enterrados existe a componente dos bio resíduos orgânicos, que é do que estamos a falar. -----

-----O estudo que a Senhora Vereadora Carla Castelo mencionou, nós também já o fizemos e foi apresentado na preparação das GOP Dois Mil e Vinte e Três ao Senhor Presidente.

-----De facto, esses dois cenários alternativos, sendo certo que o Município de Oeiras vai optar, embora esta ação estratégica não tenha ainda sido introduzida no orçamento dois mil e vinte e três, poderá ser equacionada na primeira revisão, lá para o mês de abril, a introdução do tratamento dos bio resíduos através dos sacos verdes. -----

-----Está prevista uma ação que tem um montante de cerca de quinhentos, seiscentos mil euros entre a aquisição dos baldes para serem entregues a todas as famílias de Oeiras, mais os sacos verdes, portanto, é uma ação, Senhora Vereadora, que vai ser prevista e vai ser materializada, queremos crer, no próximo ano dois mil e vinte e três.” -----

-----Intervio a **Senhora Vereadora Carla Castelo:** -----

-----“Só um esclarecimento relativamente aos contentores específicos para bio resíduos e que utilizam um cartão magnético.” -----

-----Atalhou a **Senhora Vereadora Joana Baptista:**-----

-----“Vamos continuar com essa ação de forma complementar nas zonas com grande densidade populacional e com restauração.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a segunda modificação objetiva do contrato de empreitada designada “Fornecimento e instalação de Ilhas Ecológicas no Concelho”, adjudicada à empresa “SOPSA, Sociedade Anónima”, através



Câmara Municipal
de Oeiras

da aprovação da execução de trabalhos complementares no valor de dois mil quinhentos e trinta e sete euros e trinta e oito cêntimos, a acrescer o IVA à taxa legal em vigor de seis por cento. -----

----- Nos termos do artigo trigésimo sexto, número um, conjugado com os artigos tricentésimo septuagésimo a tricentésimo septuagésimo quinto, do Código dos Contratos Públicos, conjugado com a alínea b), do número um, do artigo décimo oitavo, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho (“ex-vi” do artigo décimo quarto, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro.-----

45 - PROPOSTA Nº. 950/22 - DOM - Pº. 2021/69-DGEP - REVISÃO DE PREÇOS EXTRAORDINÁRIA RELATIVA À EMPREITADA “NÓ DE LIGAÇÃO DA CRIL A MIRAFLORES - RAMO DE ACESSO SUL E BOLSAS DE ESTACIONAMENTO”:-----

----- A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a revisão extraordinária de preços, no montante de oitenta e um mil cento e três euros e trinta e um cêntimos, a acrescer o IVA à taxa legal em vigor de seis por cento, no âmbito da empreitada “Nó de ligação da CRIL a Miraflores - Ramo de acesso sul e bolsas de estacionamento”, conforme cálculo apresentado pela empresa Armando Cunha, Sociedade Anónima.-----

----- Nos termos do Decreto-Lei número trinta e seis, de dois mil e vinte e dois, de vinte de maio.-----

46 - PROPOSTA Nº. 951/22 - DOM - Pº. 2020/113-DGEP - REVISÃO DE PREÇOS PROVISÓRIA DA EMPREITADA “EXECUÇÃO DA CICLOVIA DA MEDROSA, ENTRE A ESTAÇÃO DA CP DE OEIRAS E A PRAIA DA TORRE”:-----

----- I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** disse o seguinte:-----

-----“Eu volto a lembrar nesta Câmara que aguardo ainda as plantas relativas à modificação objetiva desta ciclovia, ainda não me foi remetida a planta, não acredito que não haja planta da modificação do projeto, portanto, volto a solicitar o envio das plantas para que se possa ver o que é que mudou do projeto inicial para agora.”-----

-----A **Senhora Vereadora Joana Baptista** observou o seguinte: -----

-----“Agora até recebi aqui quase que um choque elétrico, porque, na realidade esta questão já foi colocada e já foi remetido, não só a questão que coloca, mas o processo de empreitada na sua totalidade. -----

-----Deve consultá-lo, porque nem é um documento ou outro é o processo de construção na íntegra e a Senhora Vereadora depois consulta o que entender, mas essa orientação já foi dada.”-----

-----O **Senhor Presidente** argumentou o seguinte:-----

-----“Confirmem. -----

-----Às vezes é mais fácil consultar o projeto do que estar a ver as plantas. -----

-----Há dias, na Assembleia Municipal, a Senhora Deputada Mónica Albuquerque terá referido que pediu uma consulta de um plano, não sei se o Plano das Perdigueiras, no norte de Caxias, a discussão pública, os comentários ou as observações dos cidadãos e a resposta da Câmara, etc., e é já de maio de dois mil e vinte e dois que terá sido feito o pedido, obviamente pelas peças que são pedidas, não faz sentido a Câmara Municipal estar a enviar essas peças, faz sentido é a Senhora Deputada consultar o processo, é o mais adequado senão a Câmara Municipal estava sempre a enviar coisas e não deixa de ser contraditório, defensores do ambiente a gerar toneladas de papel, temos que ser coerentes também. -----

-----Eu mandei o meu adjunto o doutor Ednilson preparar essa informação.”-----

-----A **Senhora Vereadora Joana Baptista** referiu o seguinte: -----

-----“Para que as coisas sejam devidamente esclarecidas e também a estrutura dirigente



Câmara Municipal
de Oeiras

fique completamente esclarecida sobre as questões que os Vereadores aqui colocam, a Senhora Vereadora, de facto, solicitou em primeira mão determinados documentos, foram-lhe remetidos, ela não ficou cabalmente esclarecida e solicitou complementarmente e para que não haja quaisquer dúvidas foi remetido o processo na íntegra e a Senhora Vereadora já recebeu, porque foi remetido pelo GAP para o email do Gabinete da Senhora Vereadora no dia sete de outubro. Portanto, já teve tempo para receber, analisar, pronunciar-se e até devolver.”-----

----- A **Senhora Vereadora Carla Castelo** aludiu o seguinte:-----

----- “A Senhora Vereadora disse que me mandaria na semana seguinte, isto numa das últimas reuniões antes das férias. -----

----- Já depois das férias mandaram elementos que não eram os que eu tinha pedido na totalidade. -----

----- Ainda bem que no dia sete de outubro, portanto, já no mês de outubro foram reencaminhados para a Vereação, e eu ainda não tive oportunidade de ver, falha minha, porque, na realidade como temos duas caixas de correio, às vezes, se calhar, as coisas não me chegam logo, mas falha minha, se já foi enviado verei e na próxima reunião colocarei as questões que entender por bem.”-----

----- II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a revisão de preços, no montante total de cento e sessenta e sete mil duzentos e noventa e nove euros e noventa e três cêntimos, no âmbito da empreitada “Execução da ciclovia da Medrosa, entre a Estação da CP de Oeiras e a Praia da Torre”, conforme cálculo apresentado pela empresa “Oliveiras, Sociedade Anónima”, bem como o pagamento de cento e vinte e dois mil cento e noventa e sete euros e quarenta cêntimos, referente

à diferença entre o valor já pago na revisão de preços anterior.-----

-----Nos termos dos artigos tricentésimo e tricentésimo octogésimo segundo, do Código dos Contratos Públicos. -----

-----Decreto-Lei número seis, de dois mil e quatro, de seis de janeiro. -----

47 - PROPOSTA Nº. 952/22 - DOM - “VIA LONGITUDINAL NORTE (VLN) - ESTUDO PRÉVIO DOS TROÇOS 8, 9, 10 E 11 (CARNAXIDE - LAJE, NO LIMITE DO CONCELHO DE CASCAIS) E PROJETO DE EXECUÇÃO DO TROÇO 8 (CARNAXIDE - CASAL DO LAMEIRO)” - APROVAÇÃO DA 3ª. REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DO CONTRATO E NOMEAÇÃO DO RESPETIVO GESTOR:-----

-----I - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e voto contra da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a terceira reprogramação financeira do contrato de prestação de serviços número vinte e quatro, de dois mil e vinte e um - “Via Longitudinal Norte (VLN) - Estudo Prévio dos troços oito, nove, dez e onze (Carnaxide - Laje, no Limite do Concelho de Cascais) e Projeto de Execução do troço oito (Carnaxide - Casal do Lameiro)”, adjudicada à empresa “NRV - Consultores de Engenharia, Sociedade Anónima”, de acordo com o seguinte:- -----

-----Dois mil e vinte e dois - sessenta e oito mil trezentos e sessenta e seis euros e quarenta e seis cêntimos; -----

-----Dois mil e vinte e três - cento e oitenta e seis mil seiscentos e vinte e sete euros e noventa e quatro cêntimos; -----

-----Dois mil e vinte e quatro - trezentos e trinta e oito mil cento e cinquenta e um euro e sete cêntimos;-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Dois mil e vinte e cinco - cinquenta e nove mil quatrocentos e setenta e quatro euros e cinquenta e três cêntimos; -----

----- Dois mil e vinte e seis - catorze mil oitocentos e sessenta e oito euros e sessenta e três cêntimos, valores com IVA. -----

----- A nomeação de Gestor do Contrato, em substituição do anterior. -----

----- Nos termos das alíneas d) e dd), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Artigo ducentésimo nonagésimo-A, do Código dos Contratos Públicos,-----

----- II - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Os moradores de Carnaxide e de Queijas merecem ser ouvidos sobre esta obra que não foi sujeita a uma auscultação prévia e envolvimento dos munícipes, sobretudo dos residentes no canal onde a estrada vai passar. -----

----- Projetos como estes, com grande impacto na vida das pessoas, mais trânsito, ruído, já o temos dito, devem ser objeto de participação pública a sério.-----

----- Não concordamos com a VLN, que como a VLS, não serve para melhorar a mobilidade, mas apenas para responder ao ímpeto de expansão urbana e mais construção, atraindo mais e mais automóveis.-----

----- Este modelo de território não é compatível com o desenvolvimento sustentável.” -----

48 - PROPOSTA N.º 953/22 - DOM - P.º 2020/130-DEM - REVISÃO DE PREÇOS DEFINITIVA RELATIVA À EMPREITADA “INTERVENÇÕES DE REPARAÇÃO PARA A MANUTENÇÃO EM ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL”: -----

----- A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora**

Vereadora Joana Baptista, aprovar a revisão de preços, no montante de trinta e cinco mil cento e dezoito euros e um cêntimo, no âmbito da empreitada “Intervenções de reparação para a manutenção em elementos de construção civil”, conforme cálculo apresentado pela empresa “Wikibuild, Sociedade Anónima”. -----

-----Nos termos dos artigos tricentésimo e tricentésimo octogésimo segundo, do Código dos Contratos Públicos. -----

-----Decreto-Lei número seis, de dois mil e quatro, de seis de janeiro. -----

49 - PROPOSTA Nº. 954/22 - DOM - Pº. 2021/64-DGEP - CONCEÇÃO/CONSTRUÇÃO PARA ESTABILIZAÇÃO E CONTENÇÃO DO TALUDE DO RIO JAMOR, NA RUA CAMILO CASTELO BRANCO, EM QUELUZ DE BAIXO - APROVAÇÃO DE REVISÃO DE PREÇOS DEFINITIVA: -----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a revisão de preços, no montante de sessenta e dois mil cento e dezasseis euros e cinquenta e sete cêntimos, no âmbito da empreitada “Conceção/Construção para estabilização e contenção do talude do Rio Jamor, na Rua Camilo Castelo Branco, em Queluz de Baixo”, conforme cálculo apresentado pela empresa “Teixeira Duarte, Sociedade Anónima”. -----

-----Nos termos dos artigos tricentésimo e tricentésimo octogésimo segundo, do Código dos Contratos Públicos. -----

-----Decreto-Lei número seis, de dois mil e quatro, de seis de janeiro. -----

50 - PROPOSTA Nº. 955/22 - DOM - Pº. 2021/126-DEM - APROVAÇÃO DE TRABALHOS COMPLEMENTARES, TRABALHOS A MENOS E PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE



**EXECUÇÃO RELATIVO À EMPREITADA “ESCOLA BÁSICA DE SÃO BRUNO, EM CAXIAS
- REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO EXTERIOR”:** -----

----- I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** disse o seguinte:-----

----- “Sobre estas obras de requalificação do espaço exterior nesta escola, sei que as obras nesta escola já têm vindo aqui várias vezes, mas aquilo que são os trabalhos de requalificação no exterior, agora trabalhos extra, gostaria de saber por que é que não foram incluídos na obra inicial, porque o muro da Escola de São Bruno já está destruído, pelo menos, desde dois mil e dezanove.” -----

----- A **Senhora Vereadora Joana Baptista** explicou o seguinte: -----

----- “Como já foi várias vezes explicado aqui nesta reunião, de facto, existem trabalhos complementares nesta obra como existem em muitas e é difícil não haver trabalhos a mais numa empreitada e ainda mais numa empreitada com esta envergadura financeira e também é normal sempre que se faça visitas de trabalho à obra entre a Vereadora das Obras, o Vereador da Educação, a comunidade escolar, etc., se consiga perceber necessidades adicionais, por exemplo, uma necessidade adicional que está subjacente a estes trabalhos complementares, a zona do polidesportivo tinha uma vedação que já estava completamente obsoleta, não foi tido em consideração no projeto, no projeto foi só tido em consideração uma área, já tínhamos lançado o concurso para a obra, e depois face a várias visitas, entendemos, por bem, intervir em mais zonas e até solicitámos, e alguns Vereadores gostam, aliás, gostamos todos, de um nível de intervenção adicional por parte das Juntas de Freguesia e a Junta de Freguesia de Oeiras, Paço de Arcos e Caxias teve aqui um nível de intervenção adicional e complementar no âmbito desta empreitada, naquilo que é o mobiliário existente por toda esta escola, mas, portanto, existem várias situações que só foram detetadas já o concurso para a obra tinha sido lançado.-----

----- É normal, naturalmente, não comprometendo aquilo que são os trabalhos a mais, os trabalhos complementares e a percentagem dos mesmos.” -----

-----O **Senhor Vereador Pedro Patacho** acrescentou o seguinte:-----

-----“Só para acrescentar muito telegraficamente e solicitar a todos, particularmente à Senhora Vereadora Carla Castelo, que é muito profícua no pedido de informações e esclarecimentos sobre vários assuntos, o seguinte: -----

-----É preciso, sempre, relativamente às intervenções do parque escolar separar bem aquilo que é Jardins de Infância, Escolas do Primeiro Ciclo e aquilo que são EB Dois, Três, Escolas Secundárias e também ter o cuidado de não embandeirar em arco a transferência de competências, porque a transferência de competências concretizou-se a um de setembro de dois mil e vinte, com muita complicação pelo meio, depois de quarenta anos em que muitas escolas não tiveram uma única intervenção, não é o caso, que é uma escola mais recente, mas sendo recente também não teve intervenção nenhuma e a Câmara Municipal de Oeiras está a fazer na Escola de São Bruno aquilo que o Estado devia ter feito e está-se a fazer um esforço hercúleo, já se fez intervenções significativas na Escola Professor Noronha Feio, no exterior, far-se-á agora a seguir no interior, fez-se esta grande requalificação na Escola São Bruno, está a avançar com um enorme esforço para colmatar aquilo que devia ter sido feito nas últimas décadas pelo Estado e que não se fez e é preciso ter isto, acho eu, bastante presente.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a execução dos trabalhos complementares no valor de noventa e nove mil oitocentos e vinte e seis euros e sessenta e cinco cêntimos (a acrescer IVA à taxa de seis por cento), no âmbito da empreitada de obras públicas designada “Escola Básica de São Bruno, em Caxias - requalificação do espaço exterior”, adjudicada à empresa “Vibeiras, Sociedade Anónima”. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Os trabalhos a menos, no montante de vinte e três mil seiscientos e sessenta e nove euros e doze cêntimos. -----

----- A prorrogação do prazo de execução por mais sessenta dias. -----

----- A minuta do contrato. -----

----- Nos termos dos artigos trigésimo sexto, número um, tricentésimo décimo primeiro e seguintes, do Código dos Contratos Públicos, conjugado com a alínea b), do número um, artigo décimo oitavo, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho (“ex-vi” do artigo décimo quarto, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito). -----

51 - PROPOSTA Nº. 956/22 - PCM - CONSTITUIÇÃO DE EQUIPA DE INTERVENÇÃO PERMANENTE NOS CORPOS DE BOMBEIROS DE OEIRAS:-----

----- Nesta votação não participaram os **Senhores Vereadores Armando Soares, Ana Filipa Laborinho e Susana Duarte**, devido a ausência momentânea. -----

----- I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Esta proposta vem agora à Câmara, ou seja, já depois do protocolo assinado, houve algum problema para não vir antes?” -----

----- Respondeu o **Senhor Presidente**:-----

----- “Não tivemos conhecimento dele antes, foi-nos comunicado que o Ministro iria estar presente na assinatura dos acordos, em Carnaxide, e nós não tínhamos o protocolo, daí só vir agora à Câmara.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a ratificação da assinatura da minuta do protocolo entre o Município de Oeiras, as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do Município e a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil para a criação de uma

Equipa de Intervenção Permanente, por cada um dos Corpos de Bombeiros das referidas Associações. -----

-----A constituição e manutenção das Equipas de Intervenção Permanente.-----

-----A produção de efeitos do protocolo a partir de um de novembro de dois mil e vinte e dois.-----

-----A celebração do protocolo e a concessão do apoio nele estabelecido, mediante a apresentação por todas as mencionadas Associações de Bombeiros das certidões e declarações comprovativas da inexistência de dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira e à Segurança Social. -----

-----A atribuição de comparticipação financeira mensal, a cada uma das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do Município de Oeiras, que corresponde a cinquenta por cento do valor da remuneração base correspondente ao nível seis da tabela remuneratória única aplicável à Administração Pública, ao qual acresce subsídio de férias e de Natal (de montante equivalente à remuneração base ou ao seu proporcional), subsídio de refeição pelos dias de prestação de serviço efetivo (no montante equivalente ao estabelecido para a função pública), por cada elemento da Equipa de Intervenção Permanente, e ainda um suplemento mensal de vinte e cinco por cento sobre a remuneração base, ao elemento que exerça funções de chefia da Equipa de Intervenção Permanente. -----

-----Nos termos da alínea u), do número um, do artigo trigésimo terceiro e alínea j), número dois, do artigo vigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, na redação da Lei número sessenta e nove, de dois mil e quinze, de dezasseis de julho e nos artigos segundo, número um, da Lei número trinta e dois, de dois mil e sete, de treze de agosto e sétimo, da Lei número noventa e quatro, de dois mil e quinze, de treze de agosto. -----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de



Câmara Municipal
de Oeiras

fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

----- Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto, quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código de Procedimento e de Processo Tributário. -----

----- Após a votação saiu definitivamente da sala o **Senhor Vice-Presidente**.-----

52 - PROPOSTA Nº. 957/22 - DGEV - CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OEIRAS E A QUINTA DA FONTE, S.A., PARA GESTÃO E MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS VERDES DO PARQUE EMPRESARIAL DA QUINTA DA FONTE: -----

----- I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu proponho retirar esta proposta no sentido de a melhorar e introduzir metas mensuráveis para a poupança de água e para a eficiência no uso do recurso, porque as frases que existem são extremamente vagas, como, por exemplo, sugerir que o parceiro Quinta da Fonte faça “... uma gestão cuidada dos recursos hídricos ...”, isto, infelizmente, não significa nada, é preciso termos dados concretos, definir qual o volume de água que é aceitável para a água da rega cedida pelo Município. -----

----- Parece-me que seria importante retirar a proposta, colocar metas mensuráveis para a eficiência e para o uso do recurso que está a ser cedida pela Câmara e depois votarmos, não temos nada contra este tipo de acordos de parceria com entidades públicas e privadas, veríamos com normalidade um acordo de cooperação, mas com metas que são muito importantes e não ideias vagas.” -----

-----Referiu o **Senhor Presidente**:-----

-----“Senhora Vereadora, eu vou pôr à votação, aceitando as sugestões que refere, submetendo, naturalmente, às empresas com quem temos estes acordos, da bondade da intervenção que acabou de fazer. -----

-----Não vamos adiar a votação, porque nós temos compromissos com a empresa, a Quinta da Fonte é uma empresa que tem vindo a fazer um investimento extraordinário do ponto de vista da requalificação daquele espaço e não é a Câmara Municipal que vai recuar. -----

-----O que há a fazer é, relativamente a essas sugestões que a Senhora Vereadora fez, analisar e se for preciso fazer alguma alteração a este acordo, faz-se a alteração. Não vamos suspender o acordo para estarmos a analisar essa situação, mas fica registada a sua preocupação e iremos colocar na mesa das negociações com a empresa todas essas questões. -----

-----É nessas condições que esta proposta é submetida a votação.”-----

-----Interveio a **Senhora Vereadora Joana Baptista**:-----

-----“Analisada a pertinência dizer o seguinte, este acordo com privados, não é a primeira vez.-----

-----Nós já celebrámos com a Quinta da Fonte, proprietária de quinze dos vinte e dois edifícios, protocolos desde dois mil e um, portanto, sempre tivemos protocolos com a Quinta da Fonte. -----

-----No fundo, há um aditamento face à rotunda que a Administração da Quinta da Fonte requalificou. -----

-----Dizer também que, dos nossos duzentos e oitenta hectares, nós temos dez hectares de espaços verdes que são geridos por privados, como é o caso da Quinta da Fonte, é o caso do Lagoas Park, é o caso do Arquiparque, portanto, são vários protocolos firmados entre o Município de Oeiras e privados no que respeita à gestão e manutenção de espaços verdes. -----

-----A pertinência da sua proposta quanto a este protocolo poderá, eventualmente,



Câmara Municipal
de Oeiras

estender-se aos demais protocolos, mas é uma questão que temos que analisar.”-----

----- Atalhou o **Senhor Presidente**: -----

----- “Sim, a Senhora Vereadora pôs essa questão e eu admito que deva ser ponderada, acho é que não devemos adiar um acordo que se realiza há vários anos, suspendendo algumas medidas que estão em curso. Agora, analisar à luz das preocupações que expôs, tudo bem, e é justamente nessas condições que proponho a votação.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar o Acordo de Cooperação entre o Município de Oeiras e a Quinta da Fonte, Sociedade Anónima, para a gestão dos espaços verdes do Parque Empresarial da Quinta da Fonte.-----

----- Nos termos da alínea qq), número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro e do artigo quadragésimo sexto, do Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco, de noventa e nove, de dezasseis de dezembro. -----

----- III - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Antes de mais, para que fique claro, nada temos contra acordos de parceria com entidades públicas e privadas e veríamos com normalidade um acordo de cooperação com a Quinta da Fonte, para a gestão e manutenção dos espaços verdes da quinta. Mas não podemos subscrever um acordo que:-----

----- Primeiro, o Município contribui com a água de rega e em troca limita-se a sugerir que o parceiro faça “uma gestão cuidada dos recursos hídricos”, sem que exista qualquer meta de sustentabilidade mensurável na redução do consumo deste recurso. -----

----- Deve definir-se uma meta máxima de consumo de água calculada para uma rega

mínima adequada, devendo o segundo outorgante assumir a suas expensas as excedências desse valor;-----

-----Segundo, as podas radicais de arvoredo não podem ser toleradas e neste acordo verifica-se ausência de regulamentos conexos sobre as boas práticas de gestão do arvoredo.” -----

53 - PROPOSTA Nº. 958/22 - DGEV - DECISÃO DE CONTRATAR RELATIVA AO PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL, PARA AQUISIÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DO PATRIMÓNIO ARBÓREO: -----

-----I - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e voto contra da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a adoção de um procedimento por concurso público, com publicidade internacional para a aquisição da prestação de serviços de manutenção do património arbóreo.-----

-----O preço base de setecentos e vinte mil euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

-----As peças do procedimento.-----

-----A composição do júri do procedimento e a respetiva delegação de competências.-----

-----A dispensa de aplicação da Lei do Orçamento de Estado, nos termos do disposto no número quatro, do artigo sexagésimo primeiro, da Lei número doze, de dois mil e vinte e dois, de vinte e sete de junho.-----

-----Nos termos dos artigos trigésimo sexto, número um, trigésimo oitavo, quadragésimo, número um, alínea c) e número dois, sexagésimo sétimo, número um e sexagésimo nono, número dois, do Código dos Contratos Públicos e artigo décimo oitavo, número um, alínea b), do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho, aplicável por força do artigo décimo quarto, número um, alínea f), “in fine” do preâmbulo do Código dos



Câmara Municipal
de Oeiras

Contratos Públicos, conjugado com o artigo trigésimo terceiro, número um, alínea f), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- **II - A Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Votamos contra esta proposta, desde logo, pela ausência de um regulamento municipal do arvoredo com as boas práticas de gestão do arvoredo. -----

----- É completamente errado transferir serviços de podas de árvores para prestação de serviços, sem que haja um método de controlo e fiscalização dos trabalhos a realizar. -----

----- Além disso, registamos a lamentável ausência de um sistema de avisos públicos eficaz dos trabalhos a realizar, e a incongruência entre a prática dos serviços em matéria de podas e as penalizações aplicadas a terceiros pelas mesmas práticas.” -----

54 - PROPOSTA Nº. 959/22 - DGEV - Pº. 1383/2022 - DECISÃO DE CONTRATAR RELATIVA AO PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA AQUISIÇÃO, POR DIVISÃO EM LOTES, DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS VERDES DO CONCELHO DE OEIRAS:-----

----- **I - A Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** aludiu o seguinte:-----

----- “O Partido Socialista ao longo dos últimos anos, relativamente a esta questão, tem um entendimento de que esta manutenção dos espaços verdes, uma parte, devia ser alvo de transferência para as Juntas de Freguesia. -----

----- Não sei se o Município tem estudos sobre como é que poderia ser ou não mais eficiente esta passagem para as Juntas de Freguesia, mas esta tem sido sempre a nossa posição, no entanto, também acho que é de louvar a introdução de novos critérios ligados à sustentabilidade ambiental, no fundo, inseridos nos critérios de adjudicação de quem é que vai ficar com este concurso ou com as parcelas dos lotes que são postos a concurso, o Partido Socialista não irá votar favoravelmente esta proposta.” -----

----- **A Senhora Vereadora Joana Baptista** argumentou: -----

-----“Esta proposta de deliberação não é uma proposta qualquer, aliás, como a anterior do património arbóreo e eu não podia deixar de, em primeira linha, congratular os Serviços, porque esta proposta de deliberação surge aqui no Órgão Executivo depois de meses de trabalho, de análise, de auscultação do mercado, de muita reflexão técnica interior sobre aquilo que nós, Município de Oeiras, somos capazes de dar, somos duzentos e vinte e quatro operacionais, Jardineiros entre Assistentes Operacionais e Encarregados e aquilo que pode ser complementarmente a ação do “outsourcing”. -----

-----Nós em todas as áreas do Departamento de Ambiente temos uma política mista entre a administração direta e o “outsourcing”, partilho convosco que foi o momento mais difícil que eu tive como Vereadora no mandato passado, em dois mil e vinte, porque estes procedimentos começaram em agosto de dois mil e vinte, mas os anteriores procedimentos foram adjudicados em novembro. -----

-----Ora, entre novembro de dois mil e dezanove e agosto de dois mil e vinte, por via de uma impugnação, houve a suspensão eficácia do ato administrativo e não tivemos “outsourcing”, imaginem duzentos e oitenta hectares e duzentos e vinte e quatro operacionais dentro dos quais trinta por cento com trabalhos moderados.-----

-----Foi muito difícil o trabalho e a explicação da Administração da Câmara junto dos munícipes, porque os munícipes sempre habituados a um elevado nível de qualidade dos espaços verdes ao nível da sua manutenção tiveram muita dificuldade em perceber os constrangimentos que o Município de Oeiras viveu durante aqueles oito meses. -----

-----Felizmente o processo teve o seu desfecho e o “outsourcing” iniciou-se em agosto, porque é completamente impossível à administração direta da Câmara com o número de recursos humanos que temos, conseguir dar vazão à quantidade e qualidade de espaços verdes que temos em Oeiras.- -----

-----Há pouco o Senhor Vice-Presidente disse e não nos devemos cansar de dizer, porque



Câmara Municipal
de Oeiras

é com orgulho que devemos dizer, somos o Concelho com mais área verde do País, é aquilo que podemos oferecer através das nossas políticas a cada um de nós que reside, que trabalha, que visita Oeiras, espaço verde, quantidade, mas também qualidade no seu tratamento, na verdade, os duzentos e vinte e quatro são claramente insuficientes. -----

----- Quanto à questão que a Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho mencionou delegar e descentralizar nas Juntas de Freguesia, nós delegamos e descentralizamos nas Juntas de Freguesia aquilo que é possível e aquilo que os Senhores Presidentes de Junta aceitam. -----

----- Neste momento, temos dois instrumentos o auto de execução e o contrato interadministrativo e todos eles fazem o seu melhor nestas áreas, o contrato interadministrativo naquilo que é a valorização do espaço público através de empreitadas generalistas, o auto de execução naquilo que é o tratamento das escolas em obras, mas também arranjos dos espaços verdes dentro das escolas. -----

----- A manutenção dos espaços verdes, pelo menos no Município de Oeiras, o seu histórico foi sempre alocado à Câmara Municipal, seja por via da administração direta, seja por via do “outsourcing”, mas eu queria valorizar esta proposta, porque tem que ser valorizada, há imensos aspetos, seja o recurso a equipamentos elétricos, seja a questão da instalação de sistemas de rega inteligentes, seja a questão que é absolutamente inovadora comparativamente ao histórico que é as empresas entregarem os resíduos verdes na TratoLixo. -----

----- Isto é fundamental para aquilo que é o cumprimento das nossas metas, designadamente ao nível dos bio resíduos, agora não estou a falar dos orgânicos, estou a falar dos verdes, foi um trabalho extraordinário aquilo que as equipas fizeram.” -----

----- **O Senhor Presidente** referiu o seguinte: -----

----- “Aqui estamos no campo que todos os partidos têm, seja o Partido Socialista, seja o Bloco de Esquerda, seja o Partido Social Democrata, há uma certa demagogia à mistura. -----

----- Todas as Câmaras socialistas da Área Metropolitana de Lisboa têm esses contratos,

não há nenhuma que não tenha, de maneira que o Partido Socialista é contra aqui na Câmara de Oeiras e é a favor na Câmara de Loures, na Câmara de Odivelas ou na Câmara da Amadora, lá é a favor, aqui é contra, porque lá é o próprio Partido Socialista que lidera a Câmara e que adjudica em “outsourcing”.” -----

-----A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** disse: -----

-----“O Partido Socialista não coloca nenhuma questão relativamente ao “outsourcing”, estou a falar da parte da descentralização.” -----

-----O **Senhor Presidente** frisou: -----

-----“Todas as Câmaras lideradas pelo Partido Socialista na Área Metropolitana têm “outsourcing” nos jardins, por isso, não deixa de ser um argumento falacioso. -----

-----Descentralização nas Freguesias, dá a impressão que a descentralização é um milagre, a Freguesia tem o mesmo problema que a Câmara. -----

-----A Freguesia não vai pagar a um assistente operacional mais do que paga a Câmara. A Câmara paga o mesmo que a Freguesia paga, a Freguesia vai ter em trabalhos moderados vinte, trinta ou quarenta por cento, os trabalhadores, parece que estão muito saudáveis, mas ao fim de três ou quatro meses entram em trabalhos moderados, porque são pessoas com cinquenta e cinco ou sessenta anos, não é gente com dezoito, dezanove ou vinte anos que vai trabalhar para assistente operacional, esses não querem. -----

-----A maioria das pessoas que se oferecem nas Câmaras têm mais de cinquenta anos, mexem num contentor e dão um mau jeito, vão ao médico no dia seguinte e já estão em trabalhos moderados, não estou a ironizar, é a realidade. -----

-----É absolutamente inconcebível que trinta ou quarenta por cento dos nossos assistentes operacionais estejam em trabalhos moderados, mas estão, nas empresas privadas não estão. -----

-----Se trinta ou quarenta por cento entram em trabalhos moderados, outros ficam em atestado médico o que é que acontece? -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Ficam os jardins por tratar e a limpeza por recolher, qual é a vantagem do “outsourcing”? -----

----- É substituído imediatamente um por outro, e mesmo esses também têm dificuldades.

----- Não é solução dizer que isto vai para as Freguesias, porque as Freguesias também ficam na mesma e ficam pior, enquanto nós fazemos lotes juntando determinadas quantidades dando massa crítica, cada Freguesia ia fazer os” outsourcing” nos concursos públicos, outra demagogia, só faz sentido centralizar nas Freguesias o que elas fazem melhor do que a Câmara, só faz sentido o Governo descentralizar nas Câmaras o que as Câmaras fazem melhor e mesmo assim que venha o dinheirinho e como sabemos não vem. -----

----- A Câmara vai fazer o mesmo com as Freguesias e depois cada Freguesia vai ter uma Divisão de Recolha de Resíduos, cada Freguesia depois vai arranjar estaleiros para pôr as máquinas ou as máquinas ficam no estaleiro da Câmara e as viaturas andam todos os dias a deslocar-se de um lado para o outro? -----

----- Nós temos de ter a noção que somos um território pequeno, vamos estragar aquilo que é bem feito? -----

----- Então nós temos uns jardins impecáveis, vamos passar para as Freguesias para ficarem a ser maltratados? -----

----- É disto que estamos a falar, as Freguesias não vão fazer melhor do que a Câmara, vão fazer pior, porque não têm as condições que a Câmara tem. -----

----- Eu compreendo o Partido Comunista, por exemplo, o Partido Comunista tem esta posição e sempre teve aqui na Câmara, nós somos contra o “outsourcing”, porque a Câmara Municipal deve contratar pessoas, criar emprego, gerar emprego, porque no “outsourcing” os trabalhadores são explorados, é esta a lógica do Partido Comunista. -----

----- Na verdade, o problema que se põe é este e não deixa de ser estranho, normalmente são os Governos de esquerda que criam este problema. -----

-----O problema do “outsourcing” resolvia-se facilmente, por exemplo, os assistentes operacionais nas Câmaras ganharem mais do que nos privados, porque é que não haviam de ganhar mais?-----

-----Porque é que não põem os assistentes operacionais a ganhar novecentos euros por mês? -----

-----Em vez dos setecentos e cinquenta euros?-----

-----Porque o problema reside apenas nisto, se no privado um assistente operacional tira mil, mil e cem ou mil e duzentos euros, não tiram os setecentos e cinquenta, recebem um bocadinho mais, claro que trabalham mais, porque o empresário é mais exigente e acaba por lhes dizer tem setecentos euros, mas vai receber mais trezentos ou quatrocentos por fora se trabalhar mais horas, todos nós sabemos que é assim, pagam-lhe por fora. -----

-----O próprio Estado explora isto, vive disto, porque é que não se põe cobro a uma situação destas.-----

-----Nós temos limpeza todos os dias da semana, isto é um privilégio para um País pobre como o nosso, isto é um luxo, até porque há muitos países por essa Europa fora que não tem recolha de lixo ao sábado e ao domingo, mas aí está, têm comportamentos cívicos já mais avançados, são capazes de ficar com resíduos em casa, não os vão pôr na rua, aguentam-nos até segunda-feira ou domingo de madrugada, se deixarmos de ter recolha ao sábado e ao domingo o que é que acontece? -----

-----Temos montes de lixo nas ruas e porque é que temos recolha aos sábados e domingos? -----

-----Porque temos empresas a fazer recolhas aos sábados e domingos, porque com os nossos funcionários não temos capacidade, mas se começamos a ter lixo nas ruas, os jardins por tratar, etc., os cidadãos deste Concelho revoltam-se, não aceitam uma situação destas, porque se criaram determinados hábitos de qualidade que não querem prescindir dela, o problema é este.---



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Nestas ocasiões eu também gostava de ser da oposição, é ótimo ser da oposição, porque se pode ser contra à vontade, o problema é que as coisas têm que se fazer.” -----

----- A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** alegou o seguinte:-----

----- “A questão do Partido Socialista não tem nada a ver com o “outsourcing”, nós não temos qualquer questão relativamente a isso, obviamente que não estou a dizer que cada Freguesia devia gerir a totalidade dos seus espaços verdes, mas poderia haver efetivamente alguns espaços a serem transferidos. -----

----- E uma posição que o Partido Socialista assume, sempre fomos a favor de transferência de competências para as Freguesias, como disse e para mim foi relevante o que a Senhora Vereadora disse, que as próprias Juntas não querem assumir e, obviamente, não se pode obrigar que eles aceitem essas competências e nós próprios valorizamos a introdução destes critérios. -- -----

----- Eu não disse que iria votar contra, disse que não iria votar a favor e que estava à espera dos esclarecimentos da vereadora relativamente a esta questão, continuamos a não votar a favor e vamos abster-nos nesta proposta.” -----

----- O **Senhor Presidente** atalhou o seguinte:-----

----- “Ou somos democratas ou não somos, toda a gente gosta de dizer que é democrata, mas depois querem impor-se. -----

----- Na verdade, nós vivemos num sistema de representação, numa democracia representativa. -----

----- As Freguesias têm autonomia total da Câmara Municipal, perguntem aos Presidentes de Junta se querem estas competências, a Câmara tem que as ter porque não tem hipótese, a Câmara não pode dizer ao Governo venham vocês limpar as ruas, a questão está nisto apenas. ----

----- A Câmara não pode dizer ao Ministro da Administração Interna tenha paciência, você não dá dinheiro, venha você limpar as ruas, mas o Presidente da Junta pode dizer isso ao

Presidente da Câmara, portanto, se a Câmara quiser passar, o Presidente da Junta só aceita aquilo que entende, ou seja, a “carne do lombo”, ossos para que é que ele os quer?-----

-----Comprámos viaturas e máquinas de higienização e houve Presidentes de Junta que ao fim de um mês já as estavam a devolver à Câmara. -----

-----A questão é simples, não podemos impor e o problema é que às vezes transferir um problema que nós temos, é transferir o problema para quem tem mais dificuldade em resolver. ---

-----Há uma coisa que está a correr muito bem nas Freguesias, são as escolas, o trabalho nas escolas dá-lhes uma satisfação enorme e é indiscutível que a proximidade ou o ir falar com os professores ou diretores do agrupamento, permite levar por diante com rapidez determinados trabalhos que a Câmara pela sua própria burocracia, por exemplo, o Departamento de Educação tem que comunicar ao Departamento de Obras depois é feita a visita tudo isso demora mais tempo, por enquanto não me parece que haja outra solução.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Susana Duarte e abstenção das Senhoras Vereadoras Ana Filipa Laborinho e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a adoção de um procedimento por concurso público com publicidade internacional para a aquisição, por divisão em lotes, da prestação de serviços de manutenção dos espaços verdes do Concelho de Oeiras. -----

-----O preço base de vinte e três milhões duzentos e cinquenta e quatro mil setenta e nove euros e cinquenta e três cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

-----As peças do procedimento.-----

-----A composição do júri do procedimento e a respetiva delegação de competências. -----

-----A dispensa de aplicação da Lei do Orçamento de Estado, nos termos do disposto no número quatro, do artigo sexagésimo primeiro, da Lei número doze, de dois mil e vinte e dois, de



Câmara Municipal
de Oeiras

vinte e sete de junho. -----

----- Nos termos dos artigos trigésimo sexto, número um, trigésimo oitavo, quadragésimo, número um, alínea c) e número dois, sexagésimo sétimo, número um e sexagésimo nono, número dois, do Código dos Contratos Públicos e artigo décimo oitavo, número um, alínea b), do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho, aplicável por força do artigo décimo quarto, número um, alínea f), “in fine” do preâmbulo do Código dos Contratos Públicos, conjugado com o artigo trigésimo terceiro, número um, alínea f), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Artigos quadragésimo quinto, quadragésimo sexto e quadragésimo oitavo, da Lei número noventa e oito, de noventa e sete, de vinte e seis de agosto, com as alterações introduzidas pelas Leis números quarenta e oito, de dois mil e seis, de vinte e nove de agosto, trinta e cinco, de dois mil e sete, de treze de agosto, três-B, de dois mil e dez, de vinte e oito de abril, sessenta e um, de dois mil e onze, de sete de dezembro, dois, de dois mil e doze, de seis de janeiro, vinte, de dois mil e quinze, de nove de março, quarenta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e oito de dezembro, dois, de dois mil e vinte, de trinta e um de março e vinte e sete-A, de dois mil e vinte, de vinte e quatro de julho. -----

----- III - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Não votamos contra esta proposta, porque, desde logo, não somos contra o processo em si, ou seja, a contratualização de serviços, e consideramos que a proposta denota preocupação com os consumos de água e com a centralização do sistema de rega, incluindo penalizações por excesso de consumo acima de valores pré-definidos. O que louvamos. -----

----- É este o caminho. Mas, infelizmente, também não podemos votar a favor por causa da manutenção do arvoredo, das omissões e falhas semelhantes às que referimos na proposta anterior. Só para dar dois exemplos: não há nenhuma referência às espécies invasoras. -----

----- Assim sendo, o controlo das espécies invasoras nos espaços verdes de Oeiras

continua a não ser assegurado na manutenção regular e deveria sê-lo. -----

-----Não apresenta o tipo de podas as respetivas finalidades. -----

-----Considera a poda como uma prática corrente de manutenção, quando as arvores só devem ser podadas se houver necessidade. -----

-----Persiste num modelo de manutenção prosaica, com a monda das caldeiras, cortes exagerados dos prados, etc., que não atende às atuais necessidades de aumentar os serviços dos ecossistemas e que teria a vantagem de baixar os custos de manutenção.-----

-----Finalmente, esta proposta não tinha uma planta em que se perceba bem quais as áreas a que se refere cada lote.”-----

55 - PROPOSTA Nº. 960/22 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA AV. INFANTE SANTO, Nº. 24, R/C ESQ., NO BAIRRO DO CASAL DA MEDROSA:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a atribuição do fogo sito na Avenida Infante Santo, número vinte e quatro, rés-do-chão esquerdo, no Bairro do Casal da Medrosa. -----

-----A fixação da renda mensal no valor de noventa e sete euros e quarenta e três cêntimos. -- -----

-----Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número cento e nove-B, de dois mil e vinte e um, de sete de dezembro. -----

-----Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto. -----

56 - PROPOSTA Nº. 961/22 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA AUGUSTO



Câmara Municipal
de Oeiras

NOBRE, Nº. 7, 2º. FTE., NO BAIRRO DA ENCOSTA DA PORTELA: -----

----- I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** disse o seguinte:-----

----- “Sobre a atribuição de habitação municipal a questão é que o casal sai de um T Três, pelo que se lê na proposta, a pagar sessenta e um euros e dezassete cêntimos, que indicam ser de acordo com os rendimentos deste casal e passam-nos para um T Um, muito bem, mas a pagar duzentos e vinte e cinco euros e oitenta e cinco cêntimos e eu não encontrei a justificação para este aumento do valor face àquilo que está nos documentos, se me poderem elucidar, porque o casal não tem histórico de incumprimento.” -----

----- A **doutora Isabel Reto** esclareceu o seguinte:-----

----- “Este novo valor tem a ver com uma atualização que neste momento está suspensa.”-----

----- O **Senhor Presidente** reforçou:-----

----- “Tem a ver com o rendimento da família.”-----

----- A **doutora Isabel Reto** esclareceu o seguinte:-----

----- “E não tem nada a ver com tipologias.”-----

----- Voltando o **Senhor Presidente**:-----

----- “Não tinha sido atualizada a renda e agora foi, ou seja, a família esteve meses ou anos a beneficiar de uma renda que não devia.”-----

----- Referindo a **doutora Isabel Reto**:-----

----- “Desde dois mil e dezasseis.”-----

----- Voltando o **Senhor Presidente**:-----

----- “Normalmente quando baixam o rendimento vêm logo à Câmara, mas quando aumentam o rendimento ficam quietos a ver se não dão por ele.”-----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo,

mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a atribuição da habitação T Um, situada na Rua Augusto Nobre, número sete, segundo frente, no empreendimento municipal Bairro da Encosta da Portela, com revogação do anterior contrato. ---

-----A elaboração de novo contrato de arrendamento apoiado. -----

-----A atualização do valor de renda para duzentos e vinte e cinco euros e oitenta e cinco cêntimos. -- -----

-----Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número cento e nove-B, de dois mil e vinte e um, de sete de dezembro. -----

-----Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto. -----

57 - PROPOSTA Nº. 962/22 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA DR. ALBERTO PINHEIRO TORRES, Nº. 8, SUB C/V ESQª., NO BAIRRO PÁTEO DOS CAVALEIROS: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a atribuição da habitação T Três, situada na Rua Doutor Alberto Pinheiro Torres, número oito, sub cave esquerda, no Bairro Páteo dos Cavaleiros, com revogação do anterior contrato.-----

-----A elaboração de novo contrato de arrendamento apoiado. -----

-----A atualização do valor de renda para treze euros e vinte e nove cêntimos. -----

-----Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número cento e nove-B, de dois mil e vinte e um, de sete de dezembro. -----

-----Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação



Câmara Municipal
de Oeiras

da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto.-----

58 - PROPOSTA Nº. 963/22 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA ABEL FONTOURA DA COSTA, Nº. 4, PISO 0B, NO BAIRRO MOINHO DAS ROLAS:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a atribuição do fogo T Três, sito na Rua Abel Fontoura da Costa, número quatro, Piso zero B, no Bairro Moinho das Rolas, condicionada à transferência para fogo de tipologia adequada logo que exista essa disponibilidade.-----

----- A elaboração de contrato de arrendamento apoiado. -----

----- A fixação da renda mensal no valor de cento e três euros e trinta e seis cêntimos, a partir de um de novembro de dois mil e vinte e dois, calculada de acordo com os rendimentos atualizados.-----

----- Nos termos da alínea g), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número cento e nove-B, de dois mil e vinte e um, de sete de dezembro. -----

----- Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto.-----

59 - PROPOSTA Nº. 964/22 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA AVENIDA COPACABANA, Nº. 13, R/C ESQº., EM OEIRAS: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a atribuição do

fogo T Dois, sito na Avenida Copacabana, número treze, rés-do-chão esquerdo, em Oeiras.-----

-----A fixação da renda, em regime de arrendamento apoiado, no valor de oito euros e oitenta e seis cêntimos.-----

-----A elaboração de contrato de arrendamento apoiado.-----

-----Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número cento e nove-B, de dois mil e vinte e um, de sete de dezembro.-----

-----Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto.-----

60 - PROPOSTA Nº. 965/22 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA ANTÃO GONÇALVES, Nº. 6, 2º. ESQº., NO BAIRRO DOS NAVEGADORES:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a atribuição do fogo T Três, sito na Rua Antão Gonçalves, número seis, segundo esquerdo, no Bairro dos Navegadores, condicionada à transferência para fogo de tipologia adequada logo que exista essa disponibilidade.-----

-----A elaboração de contrato de arrendamento apoiado.-----

-----A fixação da renda mensal no valor de oito euros e oitenta e seis cêntimos.-----

-----Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número cento e nove-B, de dois mil e vinte e um, de sete de dezembro.-----

-----Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

61 - PROPOSTA Nº. 966/22 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA CONDE DE RIO MAIOR, Nº. 34, 1º. ESQ., NO BAIRRO ALTO DA LOBA: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a atribuição da habitação sito na Rua Conde de Rio Maior, número trinta e quatro, primeiro esquerdo, no Bairro Alto da Loba, com revogação do anterior contrato.-----

----- A fixação da renda mensal no valor de doze euros e noventa e sete cêntimos, calculada com base nos rendimentos atualizados do agregado familiar.-----

----- A elaboração de contrato de arrendamento apoiado.-----

----- Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número cento e nove-B, de dois mil e vinte e um, de sete de dezembro.-----

----- Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto.-----

62 - PROPOSTA Nº. 967/22 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA AV. DOS CAVALEIROS, Nº. 18, 1º. D, NO BAIRRO OUTURELA/PORTELA: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a atribuição da habitação T Dois, situada na Avenida dos Cavaleiros, número dezoito, primeiro D, no empreendimento municipal da Outurela/Portela.-----

----- A elaboração de novo contrato de arrendamento apoiado.-----

-----A fixação do valor de renda em quarenta e dois euros e doze cêntimos. -----

-----Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número cento e nove-B, de dois mil e vinte e um, de sete de dezembro. -----

-----Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto. -----

63 - PROPOSTA Nº. 968/22 - DGSH - RESOLUÇÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DECORRENTE DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE DESPEJO RELATIVO À HABITAÇÃO SOCIAL SITA NA AV. JOÃO DE FREITAS BRANCO, Nº. 23, 2º. A, EM LAVEIRAS:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar na qualidade de proprietária da habitação social sita na Avenida João de Freitas Branco, número vinte e três, segundo A, em Laveiras, a resolução do contrato de arrendamento celebrado em vinte e nove de maio de mil novecentos e noventa e oito, com fundamento na ausência do fogo por período superior a seis meses.-----

-----A fixação do prazo de noventa dias, para a desocupação do fogo, deixando-o livre de pessoas e bens sob pena de ser determinada a execução coerciva do despejo com recurso à Polícia Municipal. -----

-----Nos termos da alínea i), do número dois, do artigo vigésimo terceiro, conjugada com a alínea g), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro e Decreto-Lei número cento e nove-B, de dois mil e vinte e um, de sete de dezembro. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Código do Procedimento Administrativo.-----

----- Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto.-----

64 - PROPOSTA Nº. 969/22 - DP - ABERTURA DE PROCEDIMENTO COM PUBLICAÇÃO PRÉVIA DE ANÚNCIO PARA ARRENDAMENTO NÃO HABITACIONAL NA RUA COSTA PINTO, Nº. 198, EM PAÇO DE ARCOS: -----

----- I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** referiu o seguinte:-----

----- “Eu tenho aqui uma série de questões sobre esta proposta, desde logo, a primeira questão tem a ver com o assunto da proposta, é referido e passo a citar: “Procedimento com publicação prévia de anúncio para arrendamento não habitacional”.-----

----- No texto da proposta, na página quatro, refere que na ausência de regulamentação específica se pode realizar o ajuste direto, o procedimento de hasta pública e o procedimento de negociação.-----

----- Mais à frente refere-se em concreto o procedimento de negociação com publicação prévia de anúncio, devidamente adaptado, previsto no artigo nonagésimo sexto e seguintes, do Regime Jurídico do Património Mobiliário do Estado, página cinco.-----

----- Ora na proposta que estamos agora a discutir o que consta é abertura de procedimento para celebração de contrato de arrendamento, mas, na verdade, penso eu que deveria constar abertura de procedimento por negociação com publicação prévia de anúncio para celebração de contrato de arrendamento, sugiro aqui uma pequena correção que me parece fazer sentido.-----

----- A segunda questão, a proposta no cálculo de renda refere esplanada/ocupação do passeio, ou da via pública mais concretamente, o que naquele sítio, neste momento, não é possível, isto sem que seja retirado o trânsito na zona.-----

----- O que nós pedimos é um esclarecimento, se está a ser equacionada a retirada de

trânsito naquele local, o que até vemos com bons olhos, mas não podemos é deixar de estranhar fazer-se um procedimento, referindo que a Câmara pode ter ali uma esplanada ou ocupação da via pública, quando a Câmara ainda não decidiu, por isso não podiam dar no momento. -----

-----A terceira questão prende-se com indicarem que a adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, mas depois indicarem que o peso dos fatores é qualidade do projeto oitenta e o preço vinte, então em que é que ficamos?-----

-----Porque o preço não é aquilo que está a pesar. -----

-----Finalmente, aproveitamos para sublinhar uma questão, passou muito pouco tempo depois da obra do prédio e nele já é visível alguma degradação e pensamos que deve ser equacionada a necessidade de acionar a garantia junto do construtor.”-----

-----O **Senhor Vereador Nuno Neto** explicou o seguinte: -----

-----“A esplanada não é para a parte da frente é à semelhança da APAPOL, um terraço atrás, questão um, sanada. -----

-----Questão dois, às vezes, eu digo isto até de mim próprio, os juristas são tão complicados a escrever que complica uma coisa que não tem complicação. -----

-----O procedimento previsto no Código da Contratação Pública chama-se mesmo assim, o objetivo final é a celebração de contrato para arrendamento não habitacional, agora andamos para trás, com publicação prévia de anúncio, com o critério que está ali definido. -----

-----O critério da proposta economicamente mais vantajosa, não é um critério de preço único, não é apenas um fator de avaliação preço, nós tentamos que não seja assim e que sejam avaliados os projetos, porquê? -----

-----Era fácil e aconteceu muito no passado, que viessem apresentar três mil euros, cinco mil euros por uma loja destas e depois, provavelmente, não pagavam o primeiro mês e ficavam lá dentro, estragavam, esta e as outras todas, portanto, o critério que temos é um preço que entendemos como preço-base e fazemos valorar o fator preço muito pouco para que possamos ir



Câmara Municipal
de Oeiras

ao encontro daquilo que são os projetos que defendemos para a área. -----

----- Isto é na Rua Costa Pinto, em Paço de Arcos, obedece a uma linha de raciocínio que começa no Vila Galé e que se estende até ao fim e essa linha de raciocínio é de dinamização da atividade comercial, da ocupação da Vila de Paço de Arcos, da atividade de qualidade e, portanto, este foi o critério. -----

----- Quanto à questão de ter notado alguma degradação no prédio é um tema que é da Habitação Jovem, tem sido acompanhado pelo arquiteto Pedro Carrilho, que pela competência que todos reconhecemos, atuará em conformidade.” -----

----- O **Senhor Presidente** questionou o seguinte: -----

----- “Senhor Vereador Nuno Neto é a loja a seguir à APAPOL, quando estamos virados para a APAPOL, do lado esquerdo?-----

----- O **Senhor Vereador Nuno Neto** respondeu o seguinte:-----

----- “É no início da rua, quem vem do mercado, a primeira loja antes da APAPOL.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar a abertura de procedimento para celebração de contrato de arrendamento para fins não habitacionais de parte do prédio urbano sito na Rua Costa Pinto, números cento e noventa e dois, cento e noventa e quatro, cento e noventa e seis e cento e noventa e oito e para o Beco da Moreira, números um, um-A e um-B, em Paço de Arcos, mais concretamente o espaço comercial com entrada pelo número cento e noventa e oito. -----

----- O anúncio, programa do procedimento e anexos e caderno de encargos e respetivos anexos.-----

----- A nomeação da Comissão de seleção e de apreciação das candidaturas e propostas.---

-----Delegar na Comissão a competência para prorrogar o prazo de apresentação de propostas. - -----

-----Nos termos da alínea b), do número dois, do artigo sexto, da Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro. -----

-----Alínea g), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Número um, do artigo trigésimo primeiro, da Lei número trinta e um, de dois mil e catorze, de trinta de maio. -----

-----Decreto-Lei número duzentos e oitenta, de dois mil e sete, de sete de agosto. -----

-----Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----

-----III - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte declaração de voto:-----

-----“Reiteramos que deverá ficar que a deliberação aprovou a abertura de procedimento por negociação, com publicação prévia de anúncio, para celebração de contrato de arrendamento.” -----

65 - PROPOSTA Nº. 970/22 - DPCHM - Pº. 41/DPCHM/2021 - “EMPREITADA DE EXECUÇÃO DE REFORÇO ESTRUTURAL DAS FUNDAÇÕES DA AVª. JOÃO DE FREITAS BRANCO, Nº. 39, LAVEIRAS-CAXIAS” - 2ª. MODIFICAÇÃO OBJETIVA DO CONTRATO E APROVAÇÃO DA PRORROGAÇÃO GRACIOSA DO PRAZO DA EMPREITADA - APLICAÇÃO DO REGIME EXCECIONAL DO D.L. Nº. 36/2022: -----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar a segunda modificação objetiva do contrato, com a prorrogação do prazo de execução da empreitada de reforço estrutural das Fundações da Avenida João de Freitas Branco, número trinta



Câmara Municipal
de Oeiras

e nove, Laveiras-Caxias, até ao dia trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e dois. -----

----- O novo plano de trabalhos apresentado e correspondente plano de pagamentos. -----

----- A minuta de adicional ao Contrato número mil e cinquenta e um, de dois mil e vinte e um. -----

----- Nos termos do artigo quarto, do Decreto-Lei número trinta e seis, de dois mil e vinte e dois, de vinte de maio.-----

----- Artigos tricentésimo décimo primeiro e tricentésimo décimo segundo, tricentésimo sexagésimo primeiro, tricentésimo sexagésimo primeiro-A, tricentésimo septuagésimo, tricentésimo septuagésimo quarto, número dois e tricentésimo septuagésimo oitavo, número um, do Código da Contratação Pública.-----

----- Artigos vigésimo terceiro e trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

66 - PROPOSTA Nº. 971/22 - DPOC - RATIFICAÇÃO DA 28ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL: -

----- A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, ratificar o despacho de onze de outubro de dois mil e vinte e dois, da informação número INT-CMO/dois mil e vinte e dois/vinte mil quinhentos e noventa e quatro, referente à vigésima oitava Alteração Orçamental permutativa de dois mil e vinte e dois, no valor de um milhão cento e dez mil seiscentos e onze euros, na despesa. -----

----- Nos termos do ponto oito ponto três ponto um ponto cinco, das considerações técnicas anexas ao Decreto-Lei número cinquenta e quatro-A, de noventa e nove, de vinte e dois de fevereiro.-----

----- Alínea d), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco,

de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

67 - PROPOSTA Nº. 972/22 - DPOC - RATIFICAÇÃO DA 29ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL:--

-----A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, ratificar o despacho de onze de outubro de dois mil e vinte e dois, da informação número INT-CMO/dois mil e vinte e dois/vinte mil setecentos e quarenta e sete, referente à vigésima nona Alteração Orçamental permutativa de dois mil e vinte e dois, no valor de um milhão novecentos e quarenta e cinco mil seiscentos e setenta e sete euros, na despesa. -----

-----Nos termos do ponto oito ponto três ponto um ponto cinco, das considerações técnicas anexas ao Decreto-Lei número cinquenta e quatro-A, de noventa e nove, de vinte e dois de fevereiro.-----

-----Alínea d), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

68 - PROPOSTA Nº. 973/22 - GATPI - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO DE APOIO DESTINADO À REABILITAÇÃO DO POLIDESPORTIVO DA CIDADE DO MINDELO, SÃO VICENTE, CABO VERDE:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar o apoio solicitado pelo Município de Mindelo, São Vicente, em Cabo Verde, mediante a atribuição de um subsídio de trezentos e setenta mil duzentos e noventa e oito euros e noventa e dois cêntimos, destinado à construção da cobertura do polidesportivo da cidade do Mindelo, São Vicente, Cabo Verde.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- O apoio financeiro, será realizado entre dois mil e vinte e dois e dois mil e vinte e três, e deverá ser entregue em duas tranches mediante a apresentação do documento comprovativo de despesa de capital, no valor anual de cento e oitenta e cinco mil cento e quarenta e nove euros e quarenta e seis cêntimos, correspondendo ao valor total de subsídio de trezentos e setenta mil duzentos e noventa e oito euros e noventa e dois cêntimos, -----

----- Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea aaa), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

69 - PROPOSTA Nº. 974/22 - DPSP - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO CENTRO DE CULTURA E DESPORTO (CCD), AQUISIÇÃO DE CABAZES DE NATAL: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Armando Soares**, aprovar a atribuição de um subsídio ao Centro de Cultura e Desporto (CCD) no montante de cento trinta mil quarenta e dois euros e oito cêntimos, para a aquisição de cerca de dois mil setecentos e noventa e três cabazes tendo em conta o número de trabalhadores, aposentados e outros à data de janeiro de dois mil e vinte e dois.-----

----- Nos termos da alínea p), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, com Declarações de Retificação números cinquenta-A, de dois mil e treze, de onze de novembro, e quarenta e seis-C, de dois mil e treze, de um de novembro, conjugada com os artigos quarto e quinto, do Decreto-Lei número treze, de dois mil e onze, de vinte e cinco de janeiro. -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de

junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

70 - PROPOSTA Nº. 975/22 - DTGE - COMEMORAÇÃO DO DIA DE SÃO MARTINHO EM OEIRAS E ALGÉS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ACECOA - ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DOS CONCELHOS DE OEIRAS E AMADORA: -----

-----I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** disse o seguinte: -----

-----“A Câmara volta este ano a delegar na ACECOA a realização deste evento atribuindo cinquenta mil euros para várias coisas, castanhas, divulgação, decoração dos espaços de animação da rua, mas não temos nesta proposta a discriminação dos valores de cada uma destas atividades, a compra das castanhas, a decoração dos espaços, a animação etc., eu gostaria de saber quanto custará cada uma destas parcelas. -----

-----E além disso, no título da proposta lê-se comparticipação financeira à ACECOA, sendo uma comparticipação, importa saber então com que percentagem destes cinquenta mil euros é que a ACECOA entra. -----

-----Também gostaria de saber por que é que a Câmara não contrata estes serviços através da contratação pública e decide mais uma vez delegar na ACECOA a realização deste evento.” --

-----O **Senhor Presidente** observou o seguinte: -----

-----“Há um ponto que eu julgo que é fácil de responder. -----

-----A ACECOA apresenta um relatório no final para justificar a despesa, eles devem dizer quantos quilos de castanhas, quanto custou os bombos, etc..-----

-----Essa resposta pode e deve ser dada à Senhora Vereadora, até porque o relatório apresentado esclarece tudo.-----

-----Quanto à questão que colocou de não termos contratação pública, em termos de contratação pública há uma dificuldade. -----

-----É muito difícil encontrar alguém, primeiro, que venda as castanhas, segundo que



Câmara Municipal
de Oeiras

arranje os assadores e depois organize esta situação, não é fácil. -----
----- Como é que se controla a qualidade da castanha? -----
----- Na ACECOA há uma situação mais informal de negociação, eles podem ver várias castanhas, vários tipos de tamanhos, é um controlo diferente, há um controlo de qualidade. -----
----- O mesmo se coloca com o Cabaz de Natal. -----
----- Recordo-me que a Câmara fez concurso para o Cabaz de Natal e dizia-se o chouriço desta espécie, o queijo daquela, etc., mas como não se pode dizer a marca, não se pode dizer que é o queijo da Serra de Manteigas, se calhar pode vir um queijo amanteigado e em vez de ser de ovelha é de vaca, como se controla? -----
----- Chouriço pata negra, sei lá quantas variedades há de pata negra, portanto, a utilização da ACECOA, neste caso, tem a ver com a qualidade que de alguma forma é possível controlar melhor do que se for a Câmara. -----
----- Eu não conheço nenhum caso, eu julgo que nós fazemos aqui o maior magusto do País, porque são, salvo erro, treze toneladas de castanha.” -----
----- A **doutora Eduarda Oliveira** esclareceu:-----
----- “No ano passado foram treze toneladas, mas este ano são só dez toneladas, porque sobrou castanha o ano passado e fica para este ano.”-----
----- Voltando o **Senhor Presidente**: -----
----- “O problema da contratação pública, há determinadas coisas que são muito difíceis de fazer contratação pública, porque não é uma coisa composta, não há ninguém que tenha a capacidade de responder à compra da castanha, trazer a castanha de Trás-os-Montes, depois arranjar os assadores, contratar pessoas para os assadores, eu sei que há alguma dificuldade, porque isto é um trabalho muito duro.”-----
----- A **doutora Eduarda Oliveira** referiu o seguinte: -----
----- “O relatório do ano passado está no anexo da informação e está no Salão Nobre

Digital, onde consta todos os valores identificados e em separado, porque eles têm que apresentar faturas de tudo.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e voto contra da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira e subsequente pagamento no valor de cinquenta mil euros, à ACECOA - Associação Comercial e Empresarial dos Concelhos de Oeiras e Amadora, para comemoração do dia de São Martinho, em Oeiras e Algés. -----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea e) e trigésimo terceiro, número um, alínea o), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. --

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

-----Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Código dos Contratos Públicos, na redação do Decreto-Lei número trinta e três, de dois mil e dezoito, de quinze de maio.-----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário.- -----

-----III - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte declaração de voto:-----

-----“Independentemente de ser feito um relatório a “posteriori”, é importante que seja discriminado antes o valor que se pretende gastar com cada parcela.-----

-----Além disso, realmente, esta não é uma comparticipação, pois ficámos sem saber qual o valor que a ACECOA inclui. É sim uma compra de serviços a uma associação, cujo Presidente da Direção é também Presidente da União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha, Cruz



Câmara Municipal
de Oeiras

Quebrada/Dafundo eleito pelo IN-OV. E não compreendemos as explicações do Senhor Presidente da Câmara relativamente a esta opção de comparticipação financeira, entre outras, em vez de contratação pública. Para caberem dentro do objeto social da ACECOA, as comemorações são apresentadas como contribuindo para “o harmónico desenvolvimento da economia nacional e das atividades comerciais e empresariais” (Artigo terceiro, alínea b, Estatutos) e vão buscar a sua cabimentação a uma rubrica de “Apoio de iniciativas a agentes para fins turísticos”.

----- No entanto, na prática, a ação é dirigida à população local e não a quaisquer turistas. Não podemos votar favoravelmente, porque ficamos sem saber se a Câmara poderia gastar menos dinheiro se recorresse, pelo menos, a um concurso limitado para a organização desta iniciativa.”

71 - PROPOSTA Nº. 976/22 - DTGE - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À COFINA MEDIA, S.A., PARA APOIO À REALIZAÇÃO DO “CLEAN ENERGY FORUM OUTLOOK” E GRANDE CIMEIRA EUROPEIA DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA: -----

----- I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Gostaria de saber quando é que a Câmara traz a esta Câmara, passando o pleonasma, o Plano de Ação Climática que inclui um Plano de Mitigação, ou seja, de redução das emissões de gases com efeito de estufa e de adaptação, porque ainda não temos sequer um plano de adaptação, apesar de termos comprado a uma instituição científica o Plano de Adaptação Municipal às Alterações Climáticas que temos, que foi entregue há três anos e que ainda não veio a esta Câmara para ser aprovado e não há medidas implementadas, portanto, acho que é importante, quando se pretende realizar e dar aqui um apoio a uma iniciativa sobre transição energética, sabermos a quantas andamos no que respeita à atuação do Município nesta matéria, redução de emissões e adaptação do território às alterações climáticas.”

----- Interveio o **Senhor Presidente**: -----

-----“A Senhora Vereadora Carla Castelo é que não sabe a quantas andamos, nós no Município sabemos e, de resto, a Senhora Vereadora também já foi informada, o arquiteto Luís Serpa ainda há pouco produziu um documento, que foi do seu conhecimento, onde se determina quais são os nossos objetivos para dois mil e trinta, estava distraída, com certeza.-----

-----Por outro lado, acho de muito mau gosto a Senhora Vereadora dizer que a Câmara comprou um Plano de Adaptação às Alterações Climáticas. A Câmara não comprou nada disso, a Câmara Municipal adjudicou um estudo a cientistas, a uma instituição de credibilidade para fazer um estudo relativo a adaptação às alterações climáticas no Concelho e esse estudo é um estudo, não é um Plano de Adaptação às Alterações Climáticas. -----

-----O plano é da Câmara Municipal não é da Universidade Católica ou do ISCTE, são estudos, só quando é aprovado pela Câmara é que passa a ser o Plano de Adaptação às Alterações Climáticas e isso está a ser analisado e avaliado. -----

-----É como o estudo de tráfego que adjudicámos há cerca de quatro ou cinco anos, está quase fechado, mas ainda não está fechado, justamente, porque as coisas têm que ser devidamente ponderadas, diz a Senhora Vereadora que ainda não recebeu, pois não, porque na realidade não está fechado, não foi entregue definitivamente à Câmara Municipal, portanto, está a ser feita a conciliação adequada entre os Serviços da Câmara e os técnicos que o elaboraram, as coisas demoram tempo. -----

-----Não é pelo facto de estar aqui todos os dias a falar sobre o que se compra, a Câmara não compra planos, a Câmara encomenda estudos e depois, em função disso, há que fazer adaptações, todos os dias tomamos medidas de combate às alterações climáticas. Consigo arranjar o elenco de medidas que, no conjunto da soma, ultrapassa os requerimentos da Senhora Vereadora, porque todos os dias estamos a tomar medidas nesse campo, só a Senhora Vereadora é que não vê.” -----

-----Interrompeu a **Senhora Vereadora Carla Castelo**: -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- “Não é certamente os munícipes retirarem os cocós do chão, como o Senhor Presidente já disse na Assembleia Municipal.” -----

----- Volveu o **Senhor Presidente**: -----

----- “Não estou a perceber porque não, não me diga que os munícipes não devem apanhar os cocós dos cães?” -----

----- Argumentou a **Senhora Vereadora Carla Castelo**: -----

----- “Devem, mas não é uma medida de mitigação das alterações climáticas nem sequer de adaptação.” -----

----- Prosseguiu o **Senhor Presidente**: -----

----- “Com certeza, mas alguém falou que era uma medida relativa às alterações climáticas? -----

----- Claro que não. A Senhora Vereadora Carla Castelo põe na minha boca o que eu não digo. Quando eu digo que os cidadãos devem limpar os dejetos dos animais é uma atitude cívica.

----- Outra coisa é eu dizer, porque já li isso, que na Suíça, por exemplo, e noutros países, as vacas já não podem defecar nos campos devido ao gás metano que geram os dejetos das vacas e a contaminação das linhas de água e do rios, etc..-----

----- Não é preciso ser doutorado em alterações climáticas para conhecer a teoria. A teoria todos nós conhecemos, todos nós sabemos o que se deve ou não fazer, mas, mais uma vez, vamos ver se temos os pés assentes no chão. -----

----- O problema do combate da adaptação às alterações climáticas é de todos, é de todos os países, é de todas as empresas e há uns que têm mais responsabilidade do que os outros, às vezes quer-se que o combate às alterações climáticas seja feito pelos mais pobres, os ricos não precisam. Os ricos, mas os ricos mesmo e os países ricos. Os países pobres e os pobres que aí vivem são os que mais sofrem, porque os que vivem bem, esses só dão recomendações que afetam a vida dos pobres. -----

-----Senhora Vereadora Carla Castelo, nós até já temos o pelouro do Combate às Alterações Climáticas. -----

-----Isto é como o prémio da igualdade. Não é preciso haver agora muita gente a falar na igualdade de género. O problema da igualdade de género é um problema, é uma luta secular. As mulheres lutam pela igualdade há séculos, não é de agora, mas agora tem mais visibilidade. -----

-----Há muitas mulheres que lutam pela liberdade aqui e que não veem o que se está a passar no Irão, nem em outros locais, não veem nada disso, são cegos, surdos e mudos. Nós aqui já lutamos há muitos anos pela igualdade, porque sabemos que a igualdade não é uma questão formal, os decretos-lei e as leis podem dizer o que quiserem, mas igualdade é construir casas para os pobres. - -----

-----Combater as desigualdades, por exemplo, é fazer casas para os pobres. Ao terem casa, é dar-lhes segurança e têm mais esperança nos seus filhos. Combater as desigualdades é criar condições de igualdade de género é, por exemplo, dar bolsas de estudo. -----

-----E combater as alterações climáticas, ou melhor, a adaptação às alterações climáticas, é formar pessoas conscientes, é dar-lhes educação para que as pessoas tenham os comportamentos mais adequados. -----

-----Aqui não há nada estanque, é tudo transversal, como a educação. -----

-----Há dias, no debate da igualdade, referi que o problema da educação era fundamental na igualdade de género. E depois diz a Secretária de Estado, e bem: “bom, atenção, a educação só não chega, porque há pessoas muito educadas e a violência doméstica acontece mesmo as famílias mais instruídas com e com educação, mesmo nas famílias da classe alta”, portanto, a violência doméstica, por vezes, é um problema quase que geracional, independentemente do estatuto social da família, mas, provavelmente, acontece mais violência doméstica nas famílias mais pobres, naquelas que têm menos educação, naquelas que têm menos acesso à educação. ----

-----Nós não podemos ser radicais.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Uns falam de alterações climáticas, mas estamos a falar de alterações climáticas ou estamos a falar de adaptação às alterações climáticas?-----

----- Porque as alterações climáticas não são de agora, o planeta sempre viveu alterações climáticas, pura e simplesmente o Homem hoje tem inteligência suficiente, ou pelo menos deve ter, para conseguir criar condições para se adaptar às alterações climáticas e, tanto quanto possível, intervir no sentido de atrasar o processo que as alterações climáticas determinam, por exemplo, a questão do degelo, do calor, evitar a emissão de CO Dois, o problema da subida das águas do mar, tudo isto são questões fundamentais, são medidas que atuam ou podem atuar em conjunto, mas a solução não é não fazer nada, pelo contrário, a solução é fazer, é a fazer que os assuntos são resolvidos.”-----

----- Acrescentou a **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho:**-----

----- “O Senhor Presidente acabou por dizer parte do que eu queria mencionar, mas quero reforçar que, efetivamente, estamos a trabalhar no Plano de Adaptação e de Mitigação das Alterações Climáticas a partir do estudo que temos e em articulação com todas as áreas do Município e como o Senhor Presidente disse, e eu reforço, isto é um trabalho que demora algum tempo, mas isso não quer dizer que não estejam a ser tomadas medidas que já contribuem para esse objetivo que nós acabamos por incorporar no nosso dia a dia, porque todos estamos conscientes que temos este objetivo.”-----

----- Sublinhou o **Senhor Presidente:**-----

----- “Por exemplo, a igualdade de género está nas nossas preocupações há muito tempo. No último mandato, pela primeira vez, especificámos a igualdade de género nos pelouros de um Vereador, a Senhora Vereadora Teresa Bacelar tinha a habitação, a igualdade de género, tinha competências delegadas nessas matérias, mas não estava propriamente definida em termos de pelouro, eram competências. -----

----- Avançámos agora para a definição de um Vereador que tem igualdade de género, que

tem as alterações climáticas. Ao definirmos, ao especificarmos determinadas áreas de competências, ao dar-lhe um contorno de natureza política, obviamente que estamos a dar mais importância, e estamos a dar mais importância política também, o que não quer dizer que antes não se desse importância e não houvesse trabalho realizado, contudo, ao dar mais força política, naturalmente que se está a dar mais visibilidade. -----

-----Eu acho que um dos grandes problemas desta área da Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho é dar visibilidade aquilo que já fazemos, porque isto é a questão do ovo da pata e da galinha, como já tenho dito; nós temos à nossa volta muita gente que põe ovos de galinha, ou seja, cantam logo e toda a gente sabe que puseram um ovo. Nós aqui pomos ovos de pata, que são muito melhores que os da galinha, mas a pata é muda, portanto não cantamos e, às vezes nem sabem que fazemos as coisas.-----

-----De maneira que temos que começar a fazer como a galinha, cada vez que põe um ovo, toca de cantar, é o “marketing”.-----

-----II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e voto contra da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a atribuição de comparticipação financeira à “Cofina Media, Sociedade Anónima”, no valor de oitenta mil euros, para apoio à realização da “Clean Global Energy Forum Outlook” e Grande Cimeira Europeia da Transição Energética.-----

-----A minuta do termo de aceitação.-----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alíneas e) e f) e trigésimo terceiro, número um, alíneas o), u) e ff), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de



Câmara Municipal
de Oeiras

fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

----- Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número três, quarto, quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e dos artigos centésimo nonagésimo oitavo e ducentésimo décimo terceiro, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

----- Código dos Contratos Públicos, artigo quinto, número quatro, alínea c). -----

----- Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto. -----

----- III - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Neste evento dará jeito fazer uns discursos “pró-sustentabilidade”, quando a prática política está em contraciclo com o que a Ciência indica ser o caminho para proteger a estabilidade climática e reduzir a perda de biodiversidade: construção de mais estradas, VLS, VLN, mais estacionamento - conforme dito nesta reunião o estacionamento é o primeiro pilar da política de mobilidade do concelho -, indução de mais trânsito automóvel, intenção de construir na zona ribeirinha, em leito de cheia, intenção de desafetar Reserva Agrícola Nacional, mais construção, impermeabilização de solos, etc.. -----

----- O Município de Oeiras, tendo meios financeiros para liderar pelo exemplo, é um caso grave de inação climática, tanto em medidas de mitigação, ou seja, de redução de emissões de gases com efeito de estufa, como em medidas de adaptação. -----

----- Volto a dizer: tem um Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas que foi pago e entregue há três anos, por aprovar e sem qualquer medida ou efeito prático no terreno. Este patrocínio é quanto a nós “marketing” político e “greenwashing”, com o objetivo de

posicionar “Oeiras como uma referência nas boas práticas ambientais e sustentáveis”. -----

-----As contrapartidas são denunciadoras do objetivo do apoio, já que se prendem com garantia de participação de um elemento do Executivo neste fórum, convites para a conferência, um vídeo do presidente a passar no evento, uma entrevista no Jornal de Negócios e dois artigos exclusivos sobre a Câmara a disseminar em canais do grupo. -----

-----Tendo em conta inúmeras declarações nesta Câmara, na Assembleia Municipal, em publicações e noutros meios do Presidente da Câmara a desvalorizar a crise climática - ainda há pouco usou uma das falácias preferidas dos negacionistas dizendo que sempre houve Alterações Climáticas -, é notória a falta de empenho em pôr em prática políticas de desenvolvimento sustentável e de ação climática.-----

-----O aumento da temperatura média global que ocorreu nos últimos cento e cinquenta anos é sem precedentes e tem claramente a marca do ser humano.-----

-----Também amiúde ouvimos e lemos o Vice-Presidente a defender a utilização de carvão (que dos combustíveis fósseis é o maior emissor de CO2), criticando o fecho das centrais a carvão, e a exploração de hidrocarbonetos na costa portuguesa. -----

-----Votamos contra porque prezamos a coerência na política e esperamos coerência deste Executivo. Este apoio é uma forma ardilosa de passar uma imagem diferente daquilo que se defende e se faz na prática.”-----

72 - PROPOSTA Nº. 977/22 - DRU - PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE CARNAXIDE: -----

-----I - A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Eu gostava de questionar o que foi alterado, uma vez que já havia uma delimitação, uma área definida, portanto, qual é o objetivo? -----

-----Existe algum projeto para aquela zona?” -----

-----Respondeu o **arquitecto Pedro Carrilho**:-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- “O que passa é que existem prazos; foi aprovado, caducou e agora é novamente submetido à Câmara e à Assembleia Municipal e depois tratamos da ORU (Operação de Reabilitação Urbana) para a qual já temos as fichas prontas, portanto desta vez será mais rápido.-

----- Os limites são os mesmos propostos na última proposta.-----

----- Isto segue todas as regras da legislação em vigor e vamos cumprir com tudo.”-----

----- Atalhou o **Senhor Presidente**: -----

----- “Isto apanha a Quinta da Casa Branca ou a Senhora da Rocha?”-----

----- Volveu o **arquitecto Pedro Carrilho**: -----

----- “Apanha a Quinta da Casa Branca.-----

----- Para que exista, tem que ter elementos patrimoniais, recuperação. Mas os limites são os mesmos.”-----

----- Retorquiu a **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho**: -----

----- “Sim, mas ao ver o mapa anterior e este fiquei com a sensação que havia algumas diferenças.”-----

----- Esclareceu o **Senhor arquitecto Pedro Carrilho**: -----

----- “Se verificar no mapa, as zonas são as mesmas.”-----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar a Área de Reabilitação Urbana de Carnaxide.-----

----- A remessa à Assembleia Municipal para aprovação. -----

----- Nos termos dos artigos quinto, sétimo e décimo terceiro, do Decreto-Lei número trezentos e sete, de dois mil e nove, de vinte e três de outubro. -----

----- Artigos vigésimo terceiro, números um e dois, alíneas m) e n), vigésimo quinto,

número um, alíneas h) e r) e número dois, alínea k), bem como artigo trigésimo terceiro, número um, alíneas a) e ccc), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.----

73 - PROPOSTA Nº. 978/22 - DOT - REVOGAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DO ESPARGAL:-----

-----I - A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Eu gostava de solicitar o adiamento, tanto desta proposta, como da seguinte, na medida em que neste momento não estamos preparados para fazer a discussão, porque precisamos de mais tempo para poder analisar e precisamos da explicação que possa ser dada”.--

-----O **arquitecto Luís Serpa** fez a apresentação em “PowerPoint”, que fica inserida no Salão Nobre Digital e disse o seguinte:-----

-----“Fazendo recordar o enquadramento desta proposta de revogação do Plano de Pormenor do Espargal, queria retornar à argumentação que foi apresentada na proposta de deliberação de Câmara número mil cento e quatro, de dois mil e vinte e um, que dizia respeito ao corredor verde a criar desde a Quinta do Torneiro até à plataforma das Fontainhas. -----

-----Este enquadramento é relevante, porque este, embora seja um corredor secundário dentro da rede de corredores verdes e azuis em que se estrutura o modelo de desenvolvimento urbano que preconizamos há muito tempo e que tem vindo aqui a ser apresentado e foi apresentado uma vez mais em termos de esquema conceptual quando apresentámos o procedimento de alteração ao PDM para adequação ao novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial e, desse esquema geral de corredores verdes que se interligam entre si para constituir um grande parque verde da cidade polinucleada que se pretende que seja o modelo de desenvolvimento urbano de Oeiras e que está já a ser definido como estratégia, há largas décadas e que tem vindo a ser concretizado e é concretizado precisamente desta forma, ou por iniciativas do Município, diretas, que adquire terrenos e promove o desenvolvimento da infraestrutura verde, ou por iniciativas de parceria ou de interação com proprietários ou investidores privados



Câmara Municipal
de Oeiras

que vão acolher as opções estratégicas do Município nas suas operações. -----

----- O que é que aconteceu neste caso em que aqui nos encontramos? -----

----- Se bem se recordam nessa posição que foi feita para defender a proposta do corredor verde, ou seja, a extensão do Parque dos Poetas até podermos chegar à plataforma das Fontainhas, onde a Câmara tem já por sua própria iniciativa um projeto para executar toda esta zona de parque adjacente ao Passeio Marítimo e aqui, como mostro no mapa, acaba o Parque dos Poetas, a zona onde nos encontramos é a zona que nos permite fazer a transição para a zona do Moinho das Antas, onde esse parque terá depois também continuidade e isso foi feito propondo aos proprietários das áreas que estavam abrangidas por esta extensão, deste corredor, extensão esta que tem que ter uma componente de utilização, ou seja, é preciso que se garanta que as pessoas podem percorrer sem serem atravessadas por vias de tráfego, percorrer toda esta extensão até chegar à plataforma das Fontainhas em canal pedonal ou ciclável protegido e portanto, que não tenha que cruzar de nível as vias onde há e haverá tráfego automóvel e, por isso, nós propusemos aos proprietários das áreas abrangidas pelo Plano do Espargal e também para o Plano do Moinho das Antas, mas este não é o que está agora aqui em discussão, é o que diz respeito ao Espargal.-----

----- O Espargal tem uma área de Plano já bastante concretizada, mostro aqui no mapa o que era a área toda do Plano de Pormenor do Espargal que foi desenvolvido há trinta anos ou mais, cuja equipa do Plano ainda era coordenada pela arquiteta Antónia Lima.-----

----- A extensão desse corredor, pressupõe a remodelação de toda esta zona que é uma parte substancial das antigas oficinas da Câmara, terreno esse que foi vendido pelo Município em hasta pública há dois anos e o proprietário que adquiriu esse terreno em hasta pública adquiriu nas condições em que a venda foi feita, isto é, com o potencial de edificação que o Plano de Pormenor lhe atribuía, por isso, naquela deliberação de Câmara que eu atrás referi, em que se defendia a perspetiva de consagrar esse corredor era proposto aos proprietários que nos

apresentassem propostas de alternativa de ocupação do solo que lhes permitisse garantir os direitos que eles tinham potenciais ou concretizados, concretamente, neste caso, pela própria hasta pública, que vendeu com determinados direitos consagrados e era o Município que estava a vender e, portanto, tinham que ser mantidos esses direitos, que eles nos propusessem numa solução alternativa que garantisse a definição exata deste corredor com as passagens desniveladas para peões e para ciclistas, que permitissem poder fazer este percurso no futuro até à plataforma das Fontainhas. -----

-----O que é que acontece para isto? -----

-----É necessário alterar aquilo que estava definido no Plano de Pormenor do Espargal.---

-----O que estava definido no Plano de Pormenor do Espargal era um conjunto edificado que está aqui esquematizado e também a primeira fase, portanto, isto são as fases A e B e a C e D que era aquela que já está feita e qualquer pessoa que vá por esta rua sempre em frente para Paço de Arcos passa aqui e está tudo construído, só faltam preencher estes espaços que estão assinalados a roxo. -----

-----Para libertar esta parte do Plano que já está consolidada daquilo que vier a ser o acerto a fazer nesta zona daqui, definimos uma solução em estudo urbanístico que garante que as entidades, que são os proprietários disto, entre os quais a própria Câmara, poderão vir a fazer aquilo a que teriam direito se o Plano continuasse em vigor, portanto, simultaneamente é garantido que estes vão ter as mesmas condições que tinham no Plano e aqueles vão ter as mesmas condições que tinham no Plano em termos potencial, mas com uma solução que é alternativa àquela que o Plano tinha consagrado há trinta anos. -----

-----A primeira parte da questão foi resolvida desta forma, que foi demonstrar que era possível aos outros proprietários dessa fase C e D do Plano de Pormenor do Espargal, incluindo a Câmara, que é proprietária desta parte como se vê aqui, a outra é do Estado e este é de proprietários privados que não estão interessados em fazer isto nos próximos tempos, porque



Câmara Municipal
de Oeiras

ainda têm aqui umas casinhas onde eles habitam, mas que estão lá há muitíssimos anos e, portanto, isto garante que estes proprietários, sejam públicos ou privados, não são prejudicados por esta revogação do Plano. -----

----- Resolvendo esta questão focámo-nos no desenvolvimento da solução para a área que a Câmara tinha vendido em hasta pública incorporando as outras áreas onde tinha que haver efeitos de remodelação para que este desenho do corredor pudesse ter uma expressão concretizável, viável e que permita, de facto, o percurso pedonal contínuo até chegar à zona da plataforma das Fontainhas e até chegar por baixo do caminho de ferro até à praia de Paço de Arcos, passando depois pelo Bairro J. Pimenta e depois segue para Paço de Arcos. -----

----- Nesta área é que foi delimitada a unidade de execução abrangendo a propriedade que a Câmara vendeu em hasta pública e área do domínio público onde vai ser necessário fazer intervenções por parte do investidor, que for concretizar esta unidade de execução. -----

----- Para isso fizemos um processo de trabalho com esses investidores e com as equipas de projetistas que eles tinham no sentido de lhes explicar que o objetivo da Câmara era criar esta extensão, criar no âmbito desta extensão também a possibilidade de haver uma ciclovia que ligasse a estação de Paço de Arcos no futuro à estação de Oeiras, atravessando várias outras áreas onde nós estamos também a controlar as soluções que vão ser adotadas. -----

----- Da estação de Paço de Arcos é possível pela Rua Lino de Assunção, fazendo uma remodelação dessa rua em sentido único alargando passeios e criar uma ciclovia que ligue as estações e essa ciclovia vai servir para recolher aqueles que vêm numa direção Norte-Sul na outra rede de ciclovias que já está a ser feito, nomeadamente, a ciclovia empresarial que vem da Quinta da Fonte e que poderá vir dos parques empresariais dessa zona para Sul e que podem apanhar esta outra que é paralela ao caminho de ferro e isso permite às pessoas depois terem a opção de ir para uma ou para outra estação sempre na bicicleta, sem qualquer problema de atravessamento de vias com tráfego automóvel. -----

-----Esta ciclovia para chegar à estação de Oeiras vai ter que ter uma ponte pedonal paralela à Ponte do Comboio do Eiffel que está lá por cima do Vale. -----

-----E isso é algo que está a ser estudado noutra esfera, portanto, nos estudos de regeneração da zona da Fundação de Oeiras.-----

-----Esta ciclovia é viável, vai ser feita por troços à medida que formos concretizando estas operações e formos contratualizando com as entidades privadas soluções que permitam garantir esta continuidade.-----

-----Neste caso concreto há um aspeto importante, está aqui no “slide”, o que eu queria ressaltar, que aquilo que foi tratado por interação com o investidor privado foi que as áreas brutas de construção em qualquer das soluções não tinham qualquer acréscimo em relação ao que estava no Plano de Pormenor a aprovar e eles partiram deste pressuposto, ou seja, a solução futura só pode ser constituída por uma remodelação da solução urbanística e não pelo acréscimo ou por qualquer outra variação em relação à utilização do solo para efeitos de construção, porque se fôssemos mexer nesta relação, nós, pelo nosso lado, se fôssemos diminuir este potencial, então teríamos uma situação difícil, porque vendemos com este potencial precisamente e foi por causa desse potencial que o investidor pagou determinado valor na hasta pública. -----

-----O que é que aqui foi feito? -----

-----Foi feita uma interação com os projetistas que estavam a trabalhar para o investidor, foi feita uma análise da circulação em termos automóveis na envolvente desta área e percebemos que havia a possibilidade de eliminar um troço de arruamento que existe aqui na zona fronteira ao edifício dos Serviços Intermunicipalizados que há aqui nesta zona e ao eliminar este arruamento garantimos, de facto, a continuidade da linha pedonal que poderá depois, ter sequência, quer em direção à estação de Oeiras dos comboios, pela ciclovia, quer em direção pela ponte pedonal que se irá fazer em direção ao Antas Sul e, por sua vez, do Antas Sul por cima da Marginal em direção à plataforma das Fontainhas. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- A solução que os projetistas nos propuseram foi a concentração do potencial de edificação em dois edifícios. -----

----- Estes dois edifícios, obviamente que têm uma altura superior àquela que tinham os outros edifícios, porque os outros edifícios faziam uma barreira completa nesta direção e passaram a haver só dois edifícios pontuais que se desenvolvem acima, tem uma parte que está coberta pela volumetria do Bairro do J. Pimenta e tem outra parte acima dessa volumetria. -----

----- Portanto, é isto que eles propuseram e nós concluímos que com esta solução se resolvem no solo todos os problemas e todos os objetivos que tínhamos preconizado. -----

----- Por outro lado, eles vão ter que executar, no âmbito desta operação, todas as ligações e todos os objetivos públicos que existiam para esta zona de transição para chegarmos ali, isto já é os volumes que estão previstos na unidade de execução do Antas Sul e através desta unidade, vamos descer para chegar à plataforma das Fontainhas que está lá em baixo junto ao Passeio Marítimo. -----

----- Aqui já estamos no Parque dos Poetas e, portanto, se tivermos isso a uma distância maior o que é que acontece?-----

----- Há de facto volumes de maior desenvolvimento, mas há um efeito de barreira que existia dos volumes anteriores que estavam aqui e desaparece e a possibilidade de utilização do solo com menos incidência de impermeabilização e com mais viabilidade de funcionamento em termos pedonais é obtida desta forma. -----

----- No fundo eu queria aqui demonstrar que as passagens pedonais estão garantidas. -----

----- Agora para vos mostrar que nesta operação o promotor desta área vai ter que executar a passagem pedonal por baixo da via, isto é o viaduto que leva para Paço de Arcos e esta passagem pedonal por baixo da via dentro do Parque dos Poetas tem que ser executada por ele. --

----- É uma passagem com alguma dimensão para permitir passarem de bicicleta ou a pé sem as pessoas se sentirem constrangidas e com sensação de insegurança, depois emergem aqui e

aqui andam de nível na ciclovia e no circuito pedonal que vai entre as duas estações e aqui passam por baixo do caminho de ferro para entrarem nas ruas que lhe permitem chegar à praia. --

-----Depois havemos de estudar até provavelmente, no âmbito da ARU da zona de Paço de Arcos que abrange também o Bairro J. Pimenta. -----

-----Quais são as melhorias que podemos fazer para que este percurso tenha uma expressão visível e as pessoas ao saírem do Parque dos Poetas para irem para a praia se apercebam que é um caminho privilegiado, um caminho definido para o efeito para seguirem rapidamente em direção à praia? -----

-----Por esta é óbvio que vão-se aperceber que têm um canal de ciclovia e um canal pedonal que vai ter esta extensão até ao fim e, portanto, a partir de uma visão macro, nós vamos resolvendo os problemas caso a caso esta é uma negociação agora a outra que está a decorrer com os proprietários do Moinho das Antas, haverá outra mais adiante e mais adiante até conseguirmos chegar à estação negociando com aqueles que podem ter interesse em que a zona à volta da estação e, nomeadamente no caso da Fundação de Oeiras possam ter também resolvidos os problemas de mobilidade ciclável e de mobilidade pedonal em todo este eixo. -----

-----O objetivo agora e aquilo que nós propomos é que se faça o período de discussão pública, quer da delimitação da unidade de execução, quer da solução contida na delimitação de unidade de execução e simultaneamente da discussão pública da revogação do plano, ou seja, faz sentido esta reflexão em simultâneo, porque uma coisa vai substituir a outra. -----

-----Tem vantagem e tem desvantagem e há que ponderar entre vantagem e desvantagem. No nosso ponto de vista esta perspectiva é mais vantajosa para a utilização pelas pessoas do espaço público aqui, do que a outra que tinha uma ocupação edificada maior e que praticamente não tinha qualquer utilização em termos de espaço público pedonal, verde, aqui dentro da área adquirida, porque aqui havia uma rua que antigamente transformar-se-ia imediatamente num parque de estacionamento linear em paralelo com o caminho de ferro e o que vai haver é um



Câmara Municipal
de Oeiras

circuito ciclável e pedonal. -----

----- Os carros vão desaparecer por baixo desta praça que é onde está o parque de estacionamento principal desta operação. -----

----- As questões de tráfego foram estudadas, foi feito um estudo de tráfego abrangente que nos permite dizer que isto, com esta solução, funciona, numa primeira fase poderá não ser possível executar na integralidade esta solução, tal e qual como está aqui, mas poderá ter que haver uma fase intermédia ou pode não haver, porque não será difícil chegar a um acordo por causa de um bocadinho de terreno que está ali da Telecom e que não impede que toda a operação possa ser posta em movimento. -----

----- O arquiteto Baptista Fernandes já tem tido contacto com eles no sentido de se perceber se isto é muito complicado para eles e parece não ser, porque, de facto, não há prejuízo nenhum para eles em disponibilizar um bocadinho de terreno ali.-----

----- Esta era a solução que permitia concretizar este objetivo nesta fase e depois iremos continuar a garantir que esses objetivos se vão fazendo até chegarmos à solução final, que é garantir que vai ser executada a ligação entre o Parque dos Poetas e a plataforma das Fontainhas.”-----

----- A **Senhora Vereadora Carla Castelo** disse o seguinte: -----

----- “Obrigada Senhor arquiteto.-----

----- Não é uma dúvida é um pedido, para que conste na ata estas explicações que aqui nos foram dadas além de constar no Salão Nobre Digital a apresentação.-----

----- Não serei eu no dia nove, porque não posso, far-me-ei substituir de modo que nos interessa também ter estes elementos.” -----

----- II - Esta proposta, por decisão do **Senhor Presidente**, que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser analisada e votada em próxima reunião. -----

74 - PROPOSTA N.º. 979/22 - DOT - DELIMITAÇÃO DA UNIDADE DE EXECUÇÃO DO

ESPARGAL - DELIMITAÇÃO DA UNIDADE DE EXECUÇÃO E APROVAÇÃO DO RESPETIVO MODELO URBANO, APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO DE URBANIZAÇÃO E ABERTURA DO PERÍODO DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA: -----

-----Esta proposta, por decisão do **Senhor Presidente**, que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser analisada e votada em próxima reunião.-----

75 - PROPOSTA Nº. 980/22 - DOT - PLANO DE PORMENOR OCIDENTAL DE PORTO SALVO - FASE II - PRORROGAÇÃO DO PERÍODO DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO: -----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e voto contra da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar a prorrogação do prazo para a conclusão da elaboração do Plano de Pormenor Ocidental de Porto Salvo-Fase Dois, por mais dezoito meses, com efeitos a partir do dia dezanove de novembro de dois mil e vinte e dois. -----

-----Proceder à publicação da presente deliberação no Diário da República e à sua divulgação através da comunicação social, da plataforma de gestão territorial (DGT) e na página da “internet” deste Município. -----

-----Nos termos do artigo septuagésimo sexto, do Decreto-Lei número oitenta, de dois mil e quinze, de catorze de maio.-----

76 - PROPOSTA Nº. 981/22 - DPOC - RECONHECIMENTO DA CONCESSÃO DE ISENÇÃO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) E DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS TRANSMISSÕES ONEROSAS (IMT):-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo,



Câmara Municipal
de Oeiras

mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar o reconhecimento de isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas (IMT) para os requerentes descritos na proposta de deliberação, verificando-se reunidas as condições de atribuição conforme processos números P um/mil novecentos e cinquenta e oito/cinquenta e quatro/zero, P um/dois mil e dezasseis/cento e noventa e dois/zero, P um/mil novecentos e setenta/cento e trinta e seis/zero e P um/mil novecentos e sessenta e dois/noventa e um/zero. -- -----

----- Nos termos da Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro, alterada pela Lei número cinquenta e um, de dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto.-----

----- Decreto-Lei número duzentos e oitenta e sete, de dois mil e três, de doze de novembro, artigos centésimo décimo segundo e centésimo décimo segundo-A, com a redação dada pela Lei número sete-A, de dois mil e dezasseis, de trinta de março, com as alterações introduzidas pela Lei número cento e catorze, de dois mil e dezassete, de vinte e nove de dezembro, ao Decreto-Lei número duzentos e quinze, de oitenta e nove, de um de julho.-----

77 - MARCAÇÃO DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA: -----

----- Sob proposta verbal do **Senhor Presidente** a Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, marcar uma reunião extraordinária para o próximo dia nove de novembro, pelas catorze horas, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- Proposta de deliberação número novecentos e setenta e oito - Revogação do Plano de Pormenor do Espargal; -----

----- Proposta de deliberação número novecentos e setenta e nove - Delimitação da Unidade de Execução do Espargal - Delimitação da Unidade de Execução e aprovação do respetivo Modelo Urbano, Aprovação da Minuta do Contrato de Urbanização e Abertura do

período de participação Pública.-----

-----Outros assuntos que careçam de aprovação.-----

-----Considerar desde já convocados para o efeitos os Senhores Vereadores, bem como proceder à elaboração do respetivo Edital.-----

78 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:-----

-----Às vinte horas e quarenta e cinco minutos, o **Senhor Presidente** declarou encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que vai ser por si assinada e pela Chefe da Divisão de Gestão Organizacional.-----

O Presidente,



(Isaltino Moraes)

A Chefe de Divisão,



Vera Lúcia da Rocha
Ferreira de Carvalho de
Ascensão / 500745943
2022.11.15 11:35:06 Z

(Vera Carvalho)